

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**

VANESSA ORBAN ARAGÃO SANTOS

**A influência do capital social:
as redes de relações nos distritos policiais e nos Conselhos
Comunitários de Segurança em São Paulo**

ORIENTADORA: PROF.^a DR.^a GILDA FIGUEIREDO PORTUGAL GOUVÊA

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO APRESENTADA AO
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA DA UNICAMP PARA
OBTENÇÃO DO TÍTULO DE MESTRE EM SOCIOLOGIA.**

CAMPINAS, 2012

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE MESTRADO EM SOCIOLOGIA

VANESSA ORBAN ARAGÃO SANTOS

**A influência do capital social:
as redes de relações nos distritos policiais e nos Conselhos
Comunitários de Segurança em São Paulo**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO APRESENTADA AO
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA DA UNICAMP PARA
OBTENÇÃO DO TÍTULO DE MESTRE EM SOCIOLOGIA.

Esse exemplar corresponde à **versão final** defendida por Vanessa Orban Aragão Santos, sob a orientação da Profa. Dra. **Gilda Figueiredo Portugal Gouvêa**.



Assinatura da Orientadora

CAMPINAS, 2012

FICHA CATALOGRÁFICA
ELABORADA POR CECÍLIA MARIA JORGE NICOLAU – CRB8/3387
– BIBLIOTECA DO IFCH UNICAMP

Sa59i	<p>Santos, Vanessa Orban Aragão, 1982-- A influência do capital social: as redes de relações nos distritos policiaes e nos Conselhos Comunitários de Segurança em São Paulo / Vanessa Orban Aragão Santos. -- Campinas, SP : [s. n.], 2012.</p> <p>Orientador: Gilda Figueiredo Portugal Gouvêa. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.</p> <p>1. Conselhos Comunitários de Segurança em São Paulo. 2. Capital social. 3. Redes de relações sociais. 4. Delegacias de polícia. I. Gouvêa, Gilda Figueiredo Portugal, 1944- II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.</p>
-------	---

Informação para Biblioteca Digital

Título em Inglês: The influence of social capital: the network of relations within police precincts and the Community Security Councils from Sao Paulo

Palavras-chave em inglês:

Community Security Councils from Sao Paulo

Social capital

Social networks

Police stations

Área de concentração: Sociologia

Titulação: Mestre em Sociologia

Banca examinadora:

Gilda Figueiredo Portugal Gouvêa [Orientador]

Sérgio França Adorno de Abreu

Wania Pasinato

Data da defesa: 21-01-2012

Programa de Pós-Graduação: Sociologia

Vanessa Orban Aragão Santos

“A influência do capital social: as redes de relações nos distritos policiais e nos Conselhos Comunitários de Segurança em São Paulo”

Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas sob a orientação da Profa. Dra. Gilda Figueiredo Portugal Gouvêa

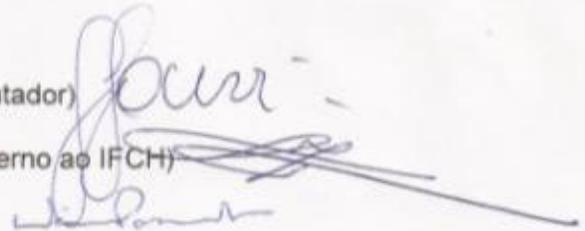
Este exemplar corresponde à redação final da Dissertação defendida e aprovada pela Comissão Julgadora em 21/03/2012.

BANCA:

Profa. Dra. Gilda Figueiredo Portugal Gouvêa (orientador)

Prof. Dr. Sérgio França Adorno de Abreu (titular externo ao IFCH)

Prof. Dr. Wania Pasinato (titular externo ao IFCH)



SUPLENTE:

Prof. Dr. Marcelo Siqueira Ridenti (suplente interno)

Prof. Dr. Arlete Moysés Rodrigues (suplente interno)

Março de 2012

*À Chispita, Dudu e Millie.
Pelos momentos de reconforto quando os obstáculos pareciam intransponíveis.*

Agradecimentos

Começar a agradecer a todos que colaboraram para este trabalho é, talvez, a tarefa mais árdua, porque em alguns anos de trabalho várias foram as pessoas que passaram pela minha trajetória intelectual e a marcaram de alguma forma, através de boas intuições, boas ideias, leituras e discussões sobre algum tema que apareceu de forma tangencial ou central nessa dissertação. Foram muitos os amigos e agradeço a cada um deles.

Meu agradecimento inicial segue a minha família, antes de tudo a minha mãe, mulher tão batalhadora quanto bonita, que desde a minha infância ensinou-me que não existiam limites para aquilo que se desejava ser, inclusive socióloga. Mesmo não tendo conhecimento necessário para saber sobre o que me dediquei nestes últimos anos de trabalho me apoiou simplesmente porque sabia que era importante para mim.

Agradeço a minha tia Ediógenes que, com dedicação, ajudou-me a debruçar-me sobre leituras essenciais desde a graduação, colaborando na minha formação intelectual. Recordo-me do primeiro texto de Pierre Bourdieu, que aparentava uma grande esfinge com seus enigmas indecifráveis. Ela, com sua paciência, ajudou-me nas primeiras decodificações deste autor que, mais tarde, seria minha principal referência teórica. Agradeço aos meus outros tios, tias e primos que indiretamente me apoiavam e sempre acreditaram na minha capacidade, particularmente à tia Edinalva e tio Wilson. À Luarah, que com seu eterno sorriso de criança me incentiva a viver cada dia e fazer valer cada instante que estávamos juntas.

A lista dos amigos é imensa, então perdoem-me se esqueço de alguém, não por desleixo, mas por falta de memória. Agradeço a grande amiga Gorete, que sempre esteve ao meu lado, compartilhando as boas ideias, as leituras e tempo, algo tão precioso nos dias atuais. À Roberta que me acompanhou em momentos difíceis e pôde, como sua sabedoria, dizer as palavras certas no momento certo.

Agradeço à Mariana, que teve papel fundamental ao longo desta dissertação: ensinou-me a ser socióloga. Questionava-me em cada conceito e termo utilizado, colocando-me à prova dos desafios em que o mundo intelectual me testaria. Obrigada pelas leituras incessantes deste trabalho.

Aos amigos do NEV, cada um deles, aos que já partiram e aos que ainda permanecem. Lá encontrei grandes amigos, atualmente raros de serem encontrados nos espaços de trabalho, lugares geralmente competitivos e sem tamanho calor humano. Aos amigos da ANDHEP e principalmente ao Eduardo, que me deu apoio durante o curso das disciplinas que me obrigavam a ausentar-me do trabalho.

Agradeço as minhas amigas Nicolly, Camila, Sabrina e Ewelyng pela eterna amizade que perdura faz 11 anos e durará mais quatro décadas. Dessas, um agradecimento especial às amigas Vanessa e Carolina, pelas revisões deste trabalho. É

bom saber que mesmo depois de tantos anos ainda sinto vocês tão perto. Agradeço também ao Marcelo pelo apoio que me deu no início deste projeto, quando ainda havia a pretensão de tornar-se uma dissertação e era, apenas, um punhado de ideias. À Haydée a ao Danilo pelo carinho de sempre e interesse pelo trabalho que desenvolvi.

Agradeço aos meus informantes, policiais, delegados e entrevistados. A cada um deles meu mais sincero obrigado, pois sem o depoimento sincero ao qual se propuseram não seria possível trazer a síntese de ideias que surgiu durante este trabalho.

Ao departamento de Sociologia da Unicamp, exemplificado na figura da Chris, que me ajudou com todas as dúvidas burocráticas e sempre se mostrou tão amável, desmistificando que funcionários públicos não são prestativos. A CNPq, responsável pela bolsa que possibilitou a realização desta pesquisa, a qual seria impossível sem esta fundamental colaboração. E, por último, a minha orientadora, Gilda, que pôde acompanhar minha evolução intelectual, conduzindo e discutindo os percursos necessários para o resultado final, que poderá ser apreciado nas páginas que seguem.



*"Nenhum dever é mais importante do que retribuir um favor",
declarou Cícero, imperador de Roma*

Resumo:

A presente pesquisa tem como tema as diferenças no atendimento dedicado ao público nos distritos policiais e nos Conselhos Comunitários de Segurança (CONSEGs) de São Paulo. Os conceitos de capital social, capital cultural, *habitus* e campo jurídico de Pierre Bourdieu, nosso autor referencial, foram nossa base teórica. Os métodos utilizados para a pesquisa de campo consistiram em observações nos distritos policiais e CONSEGs da região do Jaçanã e de Pinheiros, entrevistas com delegados, policiais, moradores e público frequentador dos espaços. Constatamos um vínculo entre os distritos policiais e os CONSEGs através de um “fluxo” do capital social, que permite o trânsito de benefícios entre grupos sociais restritos. Dessa forma, o “fluxo” viabiliza que as decisões nos conselhos gestores interfiram nas atividades desenvolvidas nos distritos policiais, e, do mesmo modo, que os representantes dos distritos influam na dinâmica decisória dos CONSEGs.

Palavras chaves: capital social, capital cultural, distritos policiais, Conselhos Comunitários de Segurança (CONSEG).

Abstract:

The current research has as its subject the differences in the attendance rendered to the public by the police precincts and by the Community Security Councils (CONSEG) from São Paulo. The concepts of social capital, cultural capital, *habitus* and the juridical field of Pierre Bourdieu, our reference author, composed our theoretical basis. The used methods for the field researches consisted on observations on the police precincts and CONSEGs of the region of Jaçanã and Pinheiros, interviews with Marshalls, policemen, local dwellers and the public that frequents such spaces. We have found a link among the police precincts and the CONSEGs through a “flow” of the social capital, which allows for the transit of benefits among restricted social fields. Thus, the “flow” enables that the decisions on the managing councils might interfere on the developed activities in the police precincts and, likewise, that the precincts’ representatives bear an influence on the decision dynamics of the CONSEGs.

Keywords: social capital, cultural capital, police precincts, Community Security Councils (CONSEG).

Sumário

INTRODUÇÃO	1
Capítulo 1 - CAPITAL SOCIAL COMO MOBILIZADOR DE BENEFÍCIOS – LEITURAS E ANÁLISES	7
1. As diferentes interpretações do conceito de capital social	8
1.1. Análise do conceito de capital social na perspectiva teórica norte-americana	8
1.2. Análise do conceito de capital social na perspectiva teórica francesa	18
2. Escolha da interpretação francesa e justificativas	25
Capítulo 2 – METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO E ETNOGRAFIA DAS REGIÕES DE PINHEIROS E JAÇANÃ	35
1. Métodos de pesquisa	35
2. Dados sobre a região de Pinheiros	42
3. Dados sobre a região do Jaçanã	55
Capítulo 3 – A PESQUISA DE CAMPO NOS DISTRITOS POLICIAIS DE PINHEIROS E JAÇANÃ	65
1. As observações de campo no 14º DP de Pinheiros	66
1.1. O atendimento no distrito policial durante a noite	68
1.2. O atendimento no distrito policial durante o dia	72
2. As observações de campo no 73º DP do Jaçanã	84
3. Comparando os distritos policiais	95
Capítulo 4 - O USO DO CAPITAL SOCIAL NAS INSTÂNCIAS PARTICIPATIVAS: OS CONSELHOS COMUNITÁRIOS DE SEGURANÇA	97
1. O CONSEG de Pinheiros	100
2. O CONSEG do Jaçanã	108
3. Uma abordagem comparativa	115
Capítulo 5 – O CAPITAL SOCIAL EM USO	119
1. Os distritos policiais e o capital cultural	119
2. Os CONSEGS e o capital social	127
2.1. O capital social e suas mobilizações	131
CONSIDERAÇÕES FINAIS	135
BIBLIOGRAFIA	141
ANEXOS	147

INTRODUÇÃO

É comum encontrar pessoas que reclamam do atendimento dado nas delegacias quando necessitam fazer um boletim de ocorrência, relatando maus tratos e descaso dos funcionários e, em alguns casos, até abuso de poder. Os meios de comunicação revelam que são comuns casos de mulheres, por exemplo, que quando denunciam a violência doméstica nas delegacias são desestimuladas a dar continuidade aos trâmites. São comuns também, casos em que as vítimas de crimes reclamam da inoperância da delegacia no encaminhamento do caso, quando não adentra a etapa investigativa. Apesar das reclamações frequentes da população sabemos que há uma porcentagem dos boletins de ocorrência que entram na fase dos inquéritos policiais, ou seja, saem da denúncia¹ e entram na fase investigativa, como consta nos arquivos da polícia disponíveis para pesquisa pública. Parece haver, então, uma seleção dos casos que serão investigados, cujos critérios investigativos não estão claros para a população em geral. Uma das explicações que a população atribui a esta diferença de atendimento condiz com o uso do que classificam como “o jeitinho brasileiro”, definido como maior acesso a indivíduos-chaves da burocracia da delegacia a fim de beneficiar seu caso. O relato de situações como essas parece ser tão recorrente que nos sugere que o *tratamento desigual* nas delegacias se constitui em um *problema social* digno de análise da sociologia.

O “jeitinho brasileiro” é algo tão comum nos discursos da população brasileira que merece um olhar mais atencioso quando definimos nosso problema social. O senso comum descreve essa característica comportamental como algo intrínseco do trato do dia-a-dia e necessária para alcançar objetivos e ter acesso a burocracias das mais diversas, tanto no âmbito das instituições públicas quanto nas relações comerciais,

¹ “Denúncia” é o termo popularmente empregado quando o público se dirige à delegacia para produzir uma reclamação do âmbito criminal que é formalizada através do boletim de ocorrência. Esse termo se distingue da “denúncia” oferecida pelo Ministério Público, que é peça processual para o início do processo penal propriamente dito.

sociais e culturais. Ter acesso a pessoas chaves dos processos burocráticos ou simbólicos parece ser uma ferramenta necessária para alcançar objetivos segundo o senso comum. Mas será que no âmbito das delegacias esta “ferramenta de acesso” é essencial para obter um melhor atendimento?

As reclamações da população quanto ao tratamento dado nas delegacias vêm acompanhadas, com frequência, de explicações que associam o mau tratamento à condição socioeconômica do solicitante e ao acesso a pessoas chaves da delegacia. Diante do observado nos colocamos várias questões: será que estas percepções do senso comum da população estão corretas? Quais seriam as diferenças de atendimento que a população observa e como as avalia? Teria a condição socioeconômica do público uma interferência direta no atendimento? Uma das explicações sociológicas para a distinção entre grupos de condições socioeconômicas diferenciadas refere-se ao uso do capital social pelo indivíduo, no qual sua pertença a uma determinada rede de relações poderia, em última instância, colaborar para o acesso a benefícios num determinado espaço social. Ao associarmos este conceito ao atendimento recebido nas delegacias e às percepções da população é possível questionar se o uso do capital social pode gerar diferenças de tratamento nas instituições públicas que atendem a população. Em que medida este dispositivo serve para explicar e descrever o fenômeno da diferenciação de atendimento nas delegacias de São Paulo?

Na sociologia há pouca bibliografia brasileira que utiliza o conceito de capital social para explicar as diferenças de tratamento dado à população nos distritos policiais e nos espaços de participação comunitária. As pesquisas sociológicas que envolvem a população dos distritos policiais geralmente estudam violências sofridas pelo público, como racismo, violação de direitos, tortura e maus tratos. Já as pesquisas que estudam conselhos gestores apontam os benefícios do capital social na construção de laços cooperativos e de confiança colaborando para a produção do bem público. Entretanto, não existem pesquisas que utilizam o capital social como categoria explicativa para as diferenças de atendimento nos distritos policiais. Nesse sentido, a contribuição desta pesquisa é transformar o problema social, caracterizado pelo atendimento desigual

relatado pelos cidadãos quando utilizam o distrito, em um problema sociológico, da mobilização do capital social para obtenção de vantagens em serviços públicos.

Em outras palavras, nosso problema de pesquisa pode ser formulado da seguinte maneira: *em que medida o público frequentador das delegacias utiliza seu capital social para conseguir soluções mais eficientes do Estado para casos criminais nos quais aparecem como vítimas?* Optamos por pesquisas empíricas exploratórias junto às delegacias de Pinheiros e Jaçanã selecionadas segundo critérios de sua localização em São Paulo. A pesquisa busca conhecer o perfil socioeconômico e cultural do público, as demandas mais comuns, como se relacionam com as instituições e com os funcionários que trabalham nesses distritos policiais.

Durante o desenvolvimento da pesquisa constatamos a necessidade de explorar novos cenários antes não previstos, decorrentes da dificuldade de observação direta do capital social no tratamento da população no interior das delegacias. Informações de campo sugeriam que os conselhos gestores de segurança seriam espaços de produção de capital social, o que foi confirmado pela nossa observação empírica. Os Conselhos Comunitários de Segurança (CONSEGs), dessa forma, se revelaram os principais espaços de formação e articulação do capital social, capazes, inclusive, de interferir nas atividades investigativas das delegacias.

Esta dissertação se divide em seis capítulos: o primeiro aborda uma discussão teórica sobre o conceito de capital social, comparando a interpretação norte-americana, a qual foi mais apropriada pela ciência política, com a interpretação francesa, mais explorada pela sociologia. Nossa discussão conceitual centra-se nas consequências do uso do capital social pelo indivíduo, que podem ter duas formas distintas: como consequências positivas ou negativas para a comunidade à qual o indivíduo pertence. A interpretação norte-americana entende o capital social como elemento colaborador para a participação social na gestão pública local potencializando-se como um grande instrumento pedagógico na construção de sujeitos politizados, ou seja, como elemento *positivo* utilizado para reforçar os espaços democráticos e aumentar seu grau interno de politização.

Já a interpretação francesa do conceito, cujo autor central é Pierre Bourdieu, adota o conceito do capital social como um mecanismo utilizado pelos agentes para adquirir e monopolizar informações e bens dos mais variados tipos. Significa dizer que o acúmulo de capital social pode gerar a exclusão ou a auto-exclusão de indivíduos não dotados de capital das instâncias de participação política ou de instituições públicas. Sendo assim, o capital social pode gerar consequências *negativas* para a comunidade ou grupo que rodeia o indivíduo.

O segundo capítulo traz a metodologia utilizada para apreender as observações de campo, assim como o motivo das escolhas dos distritos do Jaçanã e de Pinheiros. Nesse capítulo também apresentaremos a etnografia sobre as regiões selecionadas, evidenciando que fatores sócio-históricos são essenciais para as análises das redes de relações que analisaremos no terceiro capítulo.

O terceiro capítulo aborda a pesquisa de campo realizada no 14º Distrito Policial de Pinheiros e no 73º Distrito Policial do Jaçanã. Os distritos policiais, conhecidos popularmente como delegacias, são instituições públicas que atendem a população quando vítima de crimes definidos no Código Penal e tem por função a investigação dos casos e encaminhamento para o judiciário. Apresentaremos as análises do público frequentador desses espaços: como se relacionam com os funcionários, como se expressam, quais suas demandas junto ao distrito policial. Identificamos nos distritos acompanhados que o capital cultural é elemento essencial porque permite ao indivíduo utilizar ferramentas do conhecimento para ser melhor atendido.

O quarto capítulo apresentará a pesquisa de campo realizada nos CONSEGs de Pinheiros e do Jaçanã. São entidades comunitárias que tem por função discutir, analisar, planejar, avaliar e acompanhar a solução dos problemas de proteção social nos distritos e regiões onde a comunidade local habita. Analisaremos como ocorrem as decisões no interior desses conselhos gestores, quem são os principais atores, quais os acordos entre membros e como este conselho consegue interferir no andamento do distrito policial.

O quinto capítulo apresentará as análises da observação de campo à luz das leituras teóricas de Pierre Bourdieu. Desenvolveremos alguns conceitos referenciais nesta dissertação: um deles é o conceito de “fluxo do capital social”. As pesquisas de campo, realizadas nos distritos policiais e CONSEGs, permitiram a observação do “fluxo” do capital social pelas redes de relações entre os indivíduos que circulam nesses espaços. Foi possível identificar quais relações garantem os benefícios, onde se formam e como são utilizados. Nesse sentido, para apreender o “fluxo” foi necessário utilizar diversas técnicas de pesquisa, que se iniciaram por meio das observações exploratórias em ambas as instituições e que forneceram elementos essenciais para as entrevistas com pessoas chaves do “fluxo”.

O leitor, quando se depara com a ordem em que serão apresentados os capítulos, cujo capítulo teórico está à frente da pesquisa de campo, pode incorrer no erro de concluir que a teoria foi estudada antes das observações do campo. Contudo, cabe ressaltar que o campo forneceu um rico material que, *a posteriori*, serviu para as análises e para a busca do autor que melhor pudesse explicar a realidade observada. As anotações do caderno de campo revelaram o quão pertinente era a teoria de *campo*, *habitus* e *capital* de Pierre Bourdieu, evidenciando importantes categorias sociológicas observáveis no trato da vida cotidiana, como ocorre no interior dos distritos policiais e conselhos gestores de segurança.

Capítulo 1

CAPITAL SOCIAL COMO MOBILIZADOR DE BENEFÍCIOS

- LEITURAS E ANÁLISES -

O presente capítulo compreende uma revisão bibliográfica sobre o que a literatura corrente nas ciências sociais define como capital social. A discussão conceitual que desenvolveremos centra-se nas consequências do uso do capital social pelo agente social, que podem assumir características positivas ou negativas, conforme conseguem beneficiar ou prejudicar grupos e comunidades que interagem com o agente. Apresentaremos duas interpretações teóricas e seus autores referenciais. A primeira vertente, a norte-americana, compreende o capital social como elemento colaborador para a participação social na gestão pública local, potencializando-o como um grande instrumento pedagógico na construção de sujeitos politizados. Ou seja, nesse contexto o capital social assume características positivas porque é utilizado para reforçar os espaços democráticos e aumentar o grau de politização desses espaços. Esta interpretação do conceito foi mais apropriada pelos teóricos da ciência política.

A segunda vertente, a francesa, a qual teve como principal precursor Pierre Bourdieu, desenvolveu a interpretação sociológica na qual o entendimento dos fenômenos sociais pode realizar-se a partir do conceito do capital social, entendido pela rede de relações do agente para obter acesso a informações e bens dos mais variados tipos. As consequências desta obtenção podem assumir características tanto positivas quanto negativas para o entorno e para a comunidade na qual o agente está inserido. Significa dizer que o acúmulo de capital social pode propiciar ações monopolizadas junto a alguns agentes ou grupos, bem como a exclusão ou a auto-exclusão de indivíduos não dotados de capital nas instâncias de participação política ou instituições públicas. Desse modo, este capítulo nos fornece acesso às discussões conceituais para uma posterior análise dos dados provenientes da pesquisa de campo, que será abordada nos capítulos seguintes.

O conceito de capital social não é consensual no universo acadêmico. As duas principais interpretações têm variações significativas quanto às consequências do uso do capital social para a comunidade. Se a interpretação norte-americana tem como definição mais geral a capacidade de uma sociedade de estabelecer laços de confiança interpessoais e redes de cooperação com vistas à produção de bens coletivos (PUTNAM, 1996; FUKUYAMA, 1996; D'ARAÚJO, 2003, BAQUERO, 2010), para a interpretação francesa o conceito se define, de forma resumida, pelo grau de mobilização e benefícios que o indivíduo consegue a partir da sua pertença a um grupo ou rede social. (BOURDIEU, 1985, 2004, 2007, 2009; COLEMAN, 1987, 1994; PORTES, 2000). Inicialmente estas definições podem parecer similares porque ambas condizem com as redes de relações em que o indivíduo é capaz de se inserir. Entretanto, estas definições contêm, na verdade, interpretações teóricas díspares porque estão baseadas nas consequências que o uso do capital social pode trazer para o coletivo que rodeia o indivíduo. A primeira interpretação se embasa na construção de espaços amplos de discussão e na capacidade de firmar vínculos de confiança entre indivíduos que prioritariamente trazem benefícios para a comunidade democrática, produzindo consequências positivas para o coletivo. Já a interpretação francesa do conceito demonstra a capacidade do indivíduo de mobilizar sua rede social para adquirir benefícios pessoais ou para um grupo específico, que podem acarretar prejuízos à participação democrática, configurando consequências negativas para as instâncias sociais.

1. As diferentes interpretações do conceito de capital social

1.1. Análise do conceito de capital social na perspectiva teórica norte-americana

A interpretação norte-americana do conceito de capital social geralmente utiliza como base de análise a teoria do ator racional (ou da escolha racional), justificando a necessidade de subsídios empíricos que partam da análise das ações do ator individual a fim de compreender as transformações sociais. Formada a partir de uma aliança

estratégica entre as universidades de Colúmbia e Havard visava fazer a crítica ao nível de abstração da linha interpretativa francesa e mantinha grande preocupação com a operacionalização dos conceitos mais abstratos. As investigações europeias, para os cientistas políticos dessas universidades, eram demasiadamente abstratas, sem grandes comprovações empíricas para as afirmações teóricas. A crítica dos cientistas políticos norte-americanos se contrapunha à *global theories*, em que lhes incomodavam as teorias explicativas amplas demais a respeito dos problemas sociais, desenvolvida pela interpretação europeia, especificamente a francesa. (SANTOS²).

Refutando a teoria social europeia das observações globais a interpretação norte-americana desenvolveu metodologias de observação empírica, baseadas no indivíduo, nas quais a compreensão das ações sociais só pode ocorrer quando analisada em um nível micro, no qual o indivíduo seria o cerne explicativo das ações sociais. É somente partindo da observação dos eventos e ações individuais que há a possibilidade de compreensão das mudanças sociais, em nível macro. Coleman (1990) já afirmava em sua teoria que as ações sociais praticadas por indivíduos são os nexos causais que ligam os fenômenos do nível macro uns com os outros. A valorização dada à ação individual possibilitou grandes pesquisas - principalmente no campo do empirismo - relativas à compreensão das motivações individuais e suas consequências. Como resultado de pesquisas nessa vertente houve a elaboração da teoria do ator racional ou escolha racional, defensora de que os atores são movidos por escolhas racionais que possam lhes beneficiar. Para estes atores haveria um cálculo racional de quais estratégias melhor lhes poderiam beneficiar com vistas a alcançar determinado fim.

A teoria da escolha racional, proveniente da tradição do pensamento econômico, defende que quando os atores agem de forma racional e buscam o maior benefício com menor custo, necessitam, para isso, de espaços de articulação em que possam compartilhar as mesmas posições e necessidades com outros atores possuidores dos mesmos objetivos. Dessa forma, os grupos de interesse fariam parte dos principais espaços de articulação dos atores ali envolvidos, que se proporiam a unir forças para

² Cif. Boaventura de Souza Santos, "Introdução a uma ciência pós-moderna", 1989, pg. 124.

alcançar objetivos comuns e a repartir os benefícios, numa oferta sempre particularista. Consequentemente a presente teoria compreende as relações sociais como um jogo dependente das práticas racionais. Seus precursores foram Kenneth Arrow, Anthony Downs, James Buchanan e Mancur Olson, mas foi através dos trabalhos de Robert Lucas Junior³, da Universidade de Chicago, que tornou-se uma teoria difundida. Com a crise da teoria do funcionalismo (da qual os principais autores foram Robert C. Merton, Talcott Parsons e Paul Lazarsfeld), a teoria do ator racional desempenhou papel crescente nos Estados Unidos e até hoje é uma vertente respeitada como linha de pensamento e análise teórica.

Alguns autores norte-americanos⁴ ligados à teoria da escolha racional se apropriaram do termo capital social a fim de compreender quais seriam as influências que os indivíduos conseguiriam produzir sobre outros indivíduos e como influenciam a cadeia social em que se inserem. Para os cientistas políticos que desenvolveram a intersecção entre ambas as teorias o capital social se define basicamente pela capacidade de uma sociedade de estabelecer laços de confiança interpessoal e redes de cooperação com vistas à produção de bens coletivos (PUTNAM, 1996; FUKUYAMA, 1996; D'ARAÚJO, 2003). O capital social seria elemento chave para gerar coesão social e funcionaria como uma *“argamassa que mantém as instituições em contato entre si e as vincula ao cidadão visando à produção do bem comum.”* (D'ARAÚJO, 2003, p. 10). Para eles o conceito está fortemente vinculado a construção de mecanismos democráticos comandados pela sociedade civil e sua capacidade de tomar decisões que afetem diretamente a vida política e associativa da comunidade a qual pertencem. Por ser um mecanismo de estudo das práticas democráticas e dos seus respectivos instrumentos de participação é usado pelos cientistas políticos visando o estudo dos processos e instituições democráticas.

Contudo, permanece a questão de como os atores guiados pelo pensamento racional e defensores dos interesses individuais influenciam positivamente a construção

³ Cf. MACHADO, Luiz. Grandes Economistas XIV: Robert Lucas e as expectativas racionais. Conselho Federal de Economia. 13 de August de 2007.

http://www.cofecon.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=940&Itemid=114

⁴ *Opus Citatum.*

da democracia. A vertente de autores formada por Robert Putnam e Francis Fukuyama no fornece respostas importantes para esta questão. São eles nossos principais teóricos escolhidos por apresentarem a intersecção da teoria da escolha racional junto ao conceito de capital social. Eles defendem que quando os grupos de interesse têm regras transparentes para receber novos membros ou permitir sua permanência, é possível construir espaços políticos de participação da comunidade e sociedade cívica em que o uso do capital social adquire características positivas e potencializadoras das ações racionais dos indivíduos pertencentes ao grupo. A incorporação de novos membros poderia garantir a amplitude do interesse do grupo, que assume características da sociedade cívica e ajuda na formação de espaços em que a discussão política e decisória ganha ares de consciência política. Cria-se, assim, uma ideia de capital social fundada na capacidade de cooperar e de confiar para a produção do bem público. Dessa forma, numa visão mais genérica, podemos definir que a concepção de capital social positivo, para os autores, pressupõe uma relação de confiança mútua entre atores em um mesmo espaço político fundamental para desenvolver acordos, discussões e negociações.

O grupo de autores selecionados, Putnam e Fukuyama, aponta para uma confluência interpretativa em relação à capacidade do capital social de cooperar para a produção do bem público, fincado fortemente na ideia de confiança entre as partes. O conceito foi muito explorado pelos presentes autores em diferentes perspectivas, mas numa visão mais ampla, apresentam olhares complementares, com algumas singelas diferenciações quanto à apropriação do conceito. Putnam foi um dos mais referenciados autores a falar de capital social, pois sua obra foi a que primeiro trouxe destaque ao termo indagando o que leva os indivíduos a colaborarem com a sociedade de forma eficiente. Elaborou como resposta o capital social. Já Fukuyama destacou a importância de elementos culturais para a maximização das relações econômicas, onde o capital social é parte essencial deste jogo econômico. Coleman, numa visão diferenciada dos anteriores, o definiu como um mecanismo de satisfação e completude para a vida social em que as normas são elementos fundamentais para dar sentido à sociedade, orientar ações e tornar os comportamentos previsíveis.

Robert Putnam adquiriu notoriedade quando em 1993 publicou sua obra mais citada *Comunidade e democracia: A experiência da Itália moderna*, que se tornou um clássico das Ciências Sociais ao buscar entendimento para as discrepâncias de desenvolvimento entre a região sul e norte da Itália. Através do estudo do processo de descentralização política no país o governo objetivava promover o desenvolvimento, maximizar investimentos e garantir maior transparência. Putnam, após longos estudos relativos ao porquê de a região sul da Itália ainda apresentar índices inferiores de desempenho institucional chegou a conclusão de que variáveis como a cultura cívica, o civismo, a cultura política e as tradições republicanas eram fatores fundamentais para fortalecer a participação da sociedade e induzir positivamente as instituições a uma melhoria do desempenho institucional.

O norte da Itália apresentava uma distinção importante quanto à permanência de cultura cívica mais fincada na confiança interpessoal. Havia uma inclinação maior dos indivíduos à confiança entre si e nos governos, estabelecendo laços horizontais de participação. Significa dizer que, para Putnam, a capacidade de associativismo do norte era geradora de confiança entre os grupos e atores que se fundavam num recurso de poder fundamental com contornos de um determinado capital. Este capital designado por ele como capital social é regido pela confiança, matriz básica para gestar regras de participação cívica aliada à reciprocidade que confluem para uma maior estabilidade democrática (*op. cit*, 1996, p. 177).

Putnam estabelece como centro de sua análise a indagação do que leva os indivíduos a colaborarem com a sociedade de forma eficiente e, elabora como resposta, o capital social. Para ele, este é um bem público que se caracteriza por ser um atributo da cadeia social em que está o indivíduo. É herança histórica, produzida e ampliada conforme as experiências de grupo e retroalimentada à medida em que há mais confiança entre as partes.

Entretanto as críticas feitas à teoria de Putnam confluem na direção da sua visão romântica ou neotocquevilliana da política (SKOCPOL *apud*. D'ARAÚJO, 2003). Afirmamos, além disso, que ele subestima a atuação do governo, colocando-o em

segundo plano em relação à atuação dos arranjos comunitários. Sua interpretação indica que o principal fator de sucesso para as políticas públicas do Estado seria a participação dos grupos sociais. O que não necessariamente é verdade, uma vez que esta análise deposita muita autonomia de intervenção e modificação para os grupos coletivos, ignorando outros fatores externos como política de câmbio, relações internacionais, transformações políticas ou mesmo modificações das políticas públicas ao longo das trocas de governos. Sua análise também estabelece grandes expectativas nos grupos sociais, não refletindo a possibilidade dos grupos terem forte organização interna visando interesses particulares.

Uma visão semelhante a de Putnam foi desenvolvida por Francis Fukuyama, que dedicou uma série de publicações onde discute as relações entre prosperidade econômica, cultura e capital social utilizando análises do desenvolvimento industrial de países na Ásia, Europa e Estados Unidos. Nessa perspectiva suas publicações *Confiança: as virtudes sociais e a criação da prosperidade* e *A Grande Ruptura: A natureza humana e a reconstituição da ordem social* sustentam que a base de prosperidade de uma nação recai sobre a confiança entre seus membros, designada pelo autor como capital social. Para ele a previsibilidade de comportamento do outro permite expectativas de reciprocidade entre as pessoas da comunidade e possibilita normas comuns e compartilhadas sobre o que é ou não legítimo entre os membros do grupo. A confiança de que as normas serão respeitadas por todos os integrantes do grupo possibilita maior colaboração de todos e maior aproveitamento das oportunidades que surgem. O grupo consegue maximizar as oportunidades por ter como base a relação de confiança mútua, reduzindo custos com burocracias, gasto de tempo e documentação.

Um bom exemplo dado por Fukuyama (1996) demonstra sua teoria quando relata a relação do grupo de judeus nova-iorquinos que trabalham com joias. A joia a ser avaliada ou comprada passa por muitas mãos desde o dono até o comprador, circulando por uma série de avaliadores em que nenhum deles exige documentação, seguro ou desconfia das avaliações definidas. Esta relação de confiança entre o grupo reduz custos com seguro e cartórios e conseqüentemente reduz tempo de trabalho

gasto com burocracias. Quando as mesmas transações comerciais são realizadas em outros espaços em que não há a mesma relação de confiança se faz necessária uma série de burocracias legais que garantam uma justa troca comercial.

O exemplo acima, quando analisado sob a ótica de Fukuyama, indica que a habilidade de cooperar socialmente depende de hábitos, tradições e normas anteriores, as quais possibilitam estruturar melhor o mercado. Quando o autor seleciona países classificados por economia desenvolvida para sua análise conclui que os diferentes graus de participação associativa dessas sociedades influem diretamente no bom desenvolvimento da economia. São países com alto grau de sociabilidade espontânea que compartilham normas e relações de confiança utilizadas em trocas mercantis e conseqüentemente aceleram a economia. Contudo, quando sociedades possuem uma sociabilidade calcada em estruturas hierárquicas ou mesmo autoritárias, classificadas por ele como países em desenvolvimento, as relações de confiança e as normas compartilhadas são frágeis e inibem a maximização da economia. Assim o elemento cultural para Fukuyama é essencial e fixa valores morais e de confiança social.

D'Araujo (2003), em uma das leituras feitas a respeito da literatura de Fukuyama expressa de forma clara e resumida a ideia do autor, definindo a importância da cultura:

São os códigos não-escritos e não-falados que permitem ao cidadão minorar os custos da transação, praticar criatividade e agir coletivamente. Em um mundo globalizado a cultura se tornaria um instrumento tão ou mais importante do que o capital físico, no que toca as vantagens e desvantagens econômicas (*op. cit*, 2003, p. 34).

Assim, o capital social, para este autor, é produto de cooperações racionais que podem simplesmente ser definidos como a “*existência de certos conjuntos de normas e regras informais compartilhadas entre os membros de um grupo, que permite a cooperação entre eles*” (FUKUYAMA, 1996, p.10). São normas e regras geralmente transmitidas por mecanismos culturais, como a religião, tradição ou hábitos históricos e têm como elemento fundamental para seu bom desenvolvimento a confiança entre as partes.

Nessa dissertação, no entanto, estabelecemos uma crítica à interpretação de Fukuyama quando transpõe as relações micro-comunitárias para toda a cadeia produtiva de uma nação. Certamente, países que possuem pequenos e médios comércios em boa quantidade, como na Europa e nos Estados Unidos, podem se beneficiar mais das relações de confiança entre os membros da micro-comunidade. Entretanto há uma série de fatores da macroeconomia que interferem diretamente nas transações comerciais quando realizadas em grande escala. Geralmente estas grandes transações não estão sujeitas a somente laços de confiança e necessitam de todo um aparato burocrático para sobreviver e não depender de exclusivamente um ou dois atores. Pensar que as relações de confiança seriam a base de uma economia sólida seria ignorar as observações histórico-sociológicas já feitas por Sergio Buarque de Holanda na publicação *Raízes do Brasil* sobre a realidade brasileira. Holanda ressalta que a constituição da burocracia dos Estados racional-legal firmou-se em superar as particularidades do universo familiar em benefício da construção de um espaço público permitindo o desenvolvimento de um corpo burocrático e a manutenção de especialistas capazes de direcionarem o Estado em uma estrutura racional-legal (HOLANDA, 1969, p. 101). A superação das relações particulares possibilitou erigir um Estado burocrático por excelência, permitindo uma divisão tradicional do universo público e privado e possibilitando o avanço do Estado-Nação e da burocracia necessária para sua sustentação. Notadamente, seria complicado afirmar que há uma ligação direta entre o grau de confiança das micro-comunidades e a estabilidade econômica de uma nação, ignorando os avanços burocráticos que os Estados democráticos de direito adquiriram ao longo desses dois últimos séculos, superando as personalidades entranhadas nas relações comerciais e fincando raízes em sólidas relações burocráticas.

Ao analisarmos a concepção de James Coleman sobre o capital social constata-se que ocorrem divergências sobre qual linha interpretativa este autor estaria vinculado. Furlanetto (2008), por exemplo, o associa mais próximo a teoria de Bourdieu e conseqüentemente à linha interpretativa europeia graças a concepção de que o capital social, para Coleman, não é parte inerente da sociedade, mas pertencente ao indivíduo

e utilizado para fins determinados. Apesar de sua teoria explicar onexo causal entre o fenômeno do nível macro e as ações sociais individuais utilizando a teoria da ação social, semelhante a Pierre Bourdieu, ele está vinculado à tradição norte-americana através dos conceitos do individualismo metodológico e da teoria da escolha racional para explicitar o comportamento de indivíduos e sua relação com o funcionamento do sistema social, longamente exemplificado em suas principais publicações (1987, 1988, 1990). Suas conclusões extraem um modelo simples de explicação do componente individual, característica marcante da interpretação norte-americana. Sendo assim, nesta dissertação, Coleman se apresenta vinculado à linha interpretativa norte-americana, uma vez que mesmo tendo se apropriado de algumas metodologias de análise social francesa, sua conclusão se centra em explicações simples, racionais e individuais para os fenômenos sociais, típicas da interpretação norte-americana.

Norte-americano e partidário da teoria da escolha racional, Coleman ganhou notoriedade em sua obra *Foundations of Social Theory* no início dos anos 1990, que abordava o conceito de capital social, conceito este que seria melhor propagado com Putnam em 1994. Coleman trouxe o termo capital social para a sociedade acadêmica norte-americana, uma vez que boa parte da literatura escrita por Pierre Bourdieu não tinha inserção em outros países devido a limitação da língua, na qual as publicações ocorreram inicialmente no francês.

Coleman, como seguidor da tradição norte-americana, considera fundamental estudar os elementos que expõem o sistema social em vez de estudar o sistema em si. Significa dizer que para ele o sistema social é uma abstração e só pode ser capturado através da observação de fenômenos sociais. Para isso seria necessária uma análise interna das ações e orientações das unidades individuais “*consistindo algo mais próximo de uma teoria do sistema de comportamento do que uma explicação que permanece no nível do sistema*” (COLEMAN, 1994, p. 4). Apesar de sua defesa quanto às metodologias que usam os sistemas de comportamento, ele acredita que comportamentos de indivíduos singulares não possibilitam respostas quanto ao funcionamento do sistema social, sendo necessário avaliar os sistemas sociais por meio das relações de confiança e autoridade entre indivíduos. O capital social, para

Coleman, consistiria nestas relações de confiança e autoridade. E, nesse aspecto, é o elemento que responde às demandas dos atores por normas sociais. Para ele o capital social é uma consequência do envolvimento dos indivíduos em atividades que exigem sociabilidade, no qual os laços sociais e as normas compartilhadas poderiam enaltecer a eficiência econômica. Através de normas de cooperação e reciprocidade, interferência sobre organizações formais, sistema judiciário ou empresas, o capital social pode contribuir para aumentar a eficiência da sociedade. A principal influência desse estudo, como aponta Baquero (2010), foi a de convencer os economistas de que deveriam dar mais atenção aos laços sociais e à cultura.

Ressaltamos uma interessante observação na teoria de Coleman (não evidenciado em Putman e Fukuyama) quanto a capacidade dos indivíduos racionais de questionar a obediência às normas, abrindo mão de beneficiar-se imediatamente em prol do benefício coletivo (COLEMAN, 1994, p. 242). Este seria um dos elementos positivos da teoria do autor, quando ressalta a possibilidade dos indivíduos construírem benefícios no âmbito individual sem necessariamente beneficiar a comunidade cívica. Nesse sentido as normas seriam um exemplo de como podem ser questionadas pelos indivíduos, quando não lhes beneficiam no nível macro. Mesmo possuindo benefícios no âmbito coletivo, quando não beneficiam o indivíduo são questionadas e burladas. *“As normas são constructos situados no nível macro, baseadas em ações racionais no nível micro, mas criadas sob certas condições através de uma transição micro-para-macro”* (Ibid., p. 244). A obediência as normas só ocorreriam, segundo o autor, quando ocorre a transição do nível micro-para-macro. E a resposta para esta transição se dá nos tipos de relações existentes entre os indivíduos causando uma interdependência. Sua teoria do ator racional expõe diversos tipos de relações sociais definidas pelas relações de favor, relações de autoridade, demandas por normas e efetivação de normas. Seriam estas relações de interdependência que propiciariam demandas por normas e a obediências delas. Na medida em que há interdependência entre os atores suas satisfações só podem ocorrer quando agem conjuntamente. A ação coletiva, base das relações sociais, é o que propicia ao indivíduo atingir seus objetivos, os quais teriam um custo muito alto ou inatingível se não houvesse tais relações. Esse conjunto

de relações que possibilita trocas, benefícios coletivos e individuais, construção de normas é o que Coleman denomina como capital social. Assim o capital social, para ele, é como um mecanismo de satisfação e completude para a vida social (em que as normas são um bom exemplo disto), dando sentido à sociedade, orientando ações, tornando comportamentos previsíveis e criando certos bens àqueles que o detém.

Inicialmente, o que parece um avanço na teoria de Coleman porque questiona a capacidade dos indivíduos em agir racionalmente para maximizar suas ações, se revela um refluxo quando simplifica a complexidade de sua teoria nas suas conclusões e não fornece respostas para a questão inicial que formula. Apesar da consciência quanto aos muitos componentes irracionais das ações humanas ele procura eliminar o maior número possível de variáveis e representar do modo mais rudimentar suas interdependências. Tenta, desta forma, evidenciar seu ponto de partida analítico, ou seja, um modelo simples de explicação do componente individual. (*Ibid.*, pg. 21). O autor ainda afirma que muito do que foi “*descrito como não-racional ou irracional o é meramente porque os observadores não descobriram o ponto de vista do ator, a partir do qual a ação é racional*” (*Id.*, 1990, p.18). Assim a própria norma teria explicações racionais no nível individual que não necessariamente poderiam ser passíveis de apreensão se estudadas numa perspectiva da coercitividade dos fatos sociais⁵.

1.2. Análise do conceito de capital social na perspectiva teórica francesa

Em oposição à interpretação norte-americana se encontra a interpretação francesa que define o capital social pelo *grau de mobilização e benefícios que o indivíduo consegue a partir da sua pertença a um grupo ou rede social*. O capital social não seria uma característica necessariamente da sociedade, que possibilita reforçar laços sociais e ajudar na construção da vida democrática, mas pertenceria a alguns grupos específicos que lhe detém, tendo consequências negativas, atuando numa

⁵ Coleman faz uma crítica a teoria de Émile Durkheim e sua explicitação dos fatos sociais e como estes exercem coerção sobre os indivíduos.

perspectiva instrumental, “*pois estaria baseada no proveito que os indivíduos obtêm ao participarem em estruturas sociais*” (PORTES, 2000, p. 146).

A concepção de que a participação de indivíduos em grupos pode ter consequências positivas para o indivíduo e para a comunidade não é nova entre os sociólogos, uma vez que já foram trabalhadas ideias similares com outros autores como Émile Durkheim, Karl Marx, Max Weber, Norbert Elias, já apontando as inter-relações entre indivíduos, influências e como estes atuavam no coletivo. Porém, a originalidade do conceito se estabelece quanto ao fato de que podem haver fontes importantes de poder e influência, não necessariamente ligados aos recursos monetários, atuando de forma tão poderosa quanto. O primeiro autor que trouxe o termo capital social para uma análise sistemática contemporânea foi Pierre Bourdieu. Seu texto *Notas Provisórias*, publicado em francês em 1980, não trouxe grandes repercussões pela limitação da língua e por adentrar num compêndio de textos da área da Educação.

As discussões que se sucederam decorrentes das várias interpretações entre as quais a francesa e a norte-americana quanto ao uso do conceito de capital social, ocorreram em meados nos anos 90 estabelecendo férteis debates no mundo acadêmico. As sucessivas críticas quanto às interpretações dos norte-americanos ao conceito tiveram como principal precursor Pierre Bourdieu. Consistindo em críticas voltadas a visão de análise da realidade social, geralmente Bourdieu os acusava de serem “vagos” e “abstratos”, bem exemplificada na seguinte crítica quando afirma:

Seria na verdade abusivo conceder à chamada corrente Hard da sociologia americana o reconhecimento do rigor empírico que ela se atribui, contrapondo-se a tradições mais teóricas muitas vezes identificadas com a Europa. É preciso todo o efeito de dominação exercido pela ciência americana (...) para que passem despercebidas as insuficiências e os erros técnicos que a concepção positivista da ciência acarreta, em todos os níveis de pesquisa, desde a montagem até a análise estatística dos dados: são incontáveis os casos em que os planos de experiências que arremedam o rigor experimental disfarçam a total ausência de um autêntico objeto sociologicamente construído (BOURDIEU, 2004, p. 32)

Bourdieu baseou suas críticas à teoria da ação racional em três pontos fracos: 1) o próprio pressuposto de que os atores agem racionalmente, 2) o pressuposto de uma racionalidade com relação a fins em que se calcula o máximo de benefício obtível com o mínimo de custo, 3) a suposição de que os atores somente se sentem motivados por interesses materiais, passível de ser convertido em lucro financeiro (*Id.*, 1996, p. 142). Acreditamos que juntamente aos argumentos utilizados por Bourdieu na sua crítica à interpretação norte-americana, Max Weber desenvolveu com muito mais propriedade a discussão da ação individual em meio ao coletivo ⁶.

A contestação da vertente empirista americana, contudo, não foi utilizada por Bourdieu como seu projeto de superação diante das outras linhas interpretativas das Ciências Sociais. Simplesmente pontuou a incoerência da ação racional em guiar o indivíduo dotado de toda informação útil e capaz de controlá-la de forma racional. O *individualismo metodológico*, desta forma, seria para ele uma versão afrancesada da teoria da ação racional⁷ (*Id.*, 2004, p. 64), esbarrando nas contradições do “*método racional como processo que vai dos princípios aos fatos*” (*Ibid.*, p. 63). O tratamento que Bourdieu dá ao conceito é instrumental, focando nos benefícios obtidos pelo indivíduo quando participante da construção de sociabilidades com vistas à adquirir capital social (BOURDIEU, 2007, *passim*).

Crítico da teoria da escolha racional, Bourdieu tem como um dos melhores exemplos para sua discordância o conceito de *habitus* quando questiona tanto o estruturalismo de Lévi-Strauss, em que os agentes se apresentam como meros epifenômenos da estrutura (*Idem*, 2004, p. 21), quanto a racionalidade dos indivíduos, propagada pelos norte-americanos. Para Bourdieu os agentes não respondem a simples execução de uma regra, mas à disposições adquiridas pela experiência, logo

⁶ Max Weber apresenta um conceito similar em que o indivíduo é o centro da análise social: *sentido da ação*, em que não existe um mundo objetivo, a objetividade social só pode ser apreendida através das ações individualizadas. A adequação dos tipos-ideais a uma realidade objetiva adquire fundamental importância e todo o problema se resume em construir uma tipologia da ação para permitir apreender as objetivações respectivas: capitalismo, religião, política, ciência. Porém na perspectiva de Weber a ação orientada do indivíduo não contém a total clareza das conseqüências que sua ação levará, mesmo tendo objetivos definidos (WEBER, 1983).

⁷ Fazemos referência as obras e conceitos explorados por Coleman já citados (1987, 1988, 1994) quando explicita o individualismo metodológico e a teoria da escolha racional (ou da ação racional).

variáveis segundo o lugar e o momento. Isto permite, segundo o autor, gerar uma infinidade de “lances” adaptados a uma infinidade de situações possíveis, que nenhuma regra, por mais complexa que seja, pode prever. Então, para ele, o que existe não são regras dos agentes, mas estratégias que podem muito bem ser conduzidas a determinados fins sem ser conscientemente dirigidas a ou por esses fins (*Idem*, 2004, p. 22). Desta forma, as premissas epistemológicas que orientam o trabalho deste autor, caminham em oposição aos dois extremos de conhecimentos antagônicos: o objetivismo e a fenomenologia (ORTIZ, 2002, p. 150), em que as mudanças estariam sujeitas ou a variações da estrutura condutora do sujeito ou a mercê das inclinações individuais. Esta última, ainda ligada à teoria da escolha racional⁸, é questionada por Bourdieu quando aponta que as ações dos agentes carregam subjetividades e irracionalidades que não estão claras ao agente, desencadeando trajetórias não escolhidas ou não racionalizadas.

O conceito de *habitus* utilizado por Bourdieu responde a uma série dos embates teóricos entre o social e o individual, inclusive. Uma vez que pressupõe um conjunto de “esquemas generativos” em que “*cada agente (...) é produtor e reproduzidor de sentido objetivo porque suas ações e suas obras são produto de um modus operandi do qual ele não é o produtor e do qual ele não possui o domínio consciente*” (BOURDIEU, 2000, p. 182). Cada agente tem suas ações, formas de pensar e sentir o mundo circunscritas ao seu entorno. Contudo há uma liberdade de planejamento e metas construídas pelo agente que não elimina os limites postos pela sociedade global. Assim Bourdieu propõe uma *teoria da prática*, em que as ações estão objetivamente estruturadas, mas contém um elemento individualizante. O *habitus* se processa quando ocorre a internalização do mundo objetivo pelo agente, somente possível de forma subjetiva. *Habitus* aqui é entendido como uma forma de concepção de mundo, organização cultural e simbólica, como referências solidamente constituídas na tradição e reproduzidas através de ações cotidianas vistas como naturais. Nas palavras do autor *habitus* significa:

Sistemas de disposições duráveis, estruturas predispostas a funcionarem como estruturas estruturantes, isto é, como princípio

⁸ Representada nesta dissertação pelos autores Robert Putman e Francis Fukuyama já analisadas acima.

que gera a estrutura, as práticas e as representações que podem ser objetivamente “regulamentadas” e “reguladas” sem que por isso sejam produto de obediência de regras, objetivamente adaptadas a um fim, sem que se tenha necessidade da projeção consciente deste fim ou do domínio das operações para atingi-los, mas sendo, ao mesmo tempo, coletivamente orquestradas sem serem produto da ação organizadora de um maestro (*Id.*, 2005, p. 191).

Assim as estruturas estruturantes, definidas pelo autor, permitem uma margem de transformação do processo de interiorização das normas, ao mesmo tempo em que inclui sistemas de classificações que prescindem a ação e a escolha do agente. É nesse quesito, inclusive, que as maiores críticas à teoria de Bourdieu se instalam quando suas obras indicam poucas constatações quanto ao processo de mudança e transformação. Uma vez que o *habitus* exprime-se no interior de um ciclo de reprodução há pouca margem de ação para os processos históricos de transformação (ORTIZ, *op. cit.*, p. 171).

Para Bourdieu a autonomia se encontra diretamente ligada à reprodução do que ocorre no interior do *campo*, que pode estar mais ou menos dependente das influências da sociedade global. Quanto mais dependente o campo estiver dessas influências menor a autonomia dos seus agentes para realizar mudanças. Dessa forma o campo se apresenta como elemento fundador de sua teoria que se define pelo espaço onde ocorrem as disputas entre os agentes por posições no interior do campo. É o *locus* onde se trava uma luta concorrencial entre os agentes em torno de seus interesses específicos e no qual eles possuem posições fixadas, *a priori*, no interior do campo. Sendo assim, Bourdieu centra sua teoria no estudo das relações de poder entre os agentes. O campo é um território socialmente definido, possuidor de normas e hierarquias que somente os agentes pertencentes a este campo conhecem. Logo, quando Bourdieu estabelece espaços de disputa entre os agentes está, na verdade, analisando a questão do poder, destacando as relações de poder existentes entre os agentes e a forma como ocorre o sistema de dominação de uns sobre os outros. O autor analisa a reprodução da ordem que ultrapassa os aparelhos de coerção do Estado e atua em níveis mais profundos como as representações sociais e as escolhas

estéticas. Desta forma é dentro do campo que se manifestam as relações de poder e a posse de um *quantum* de poder sobre os outros agentes, definido por ele como capital.

Bourdieu utiliza a noção de capital social para designar os efeitos sociais para além do agente singular. Sua análise sugere uma observação ampla do que ocorre ao redor do agente social, e como suas ações interferem no coletivo. É necessário, como aponta o autor, compreender as relações que os indivíduos estabelecem entre si e são passíveis de apreensão. Assim, o grau de mobilização e benefícios que o indivíduo consegue a partir da sua pertença a um grupo ou rede social pode ser designado como capital social. Sua definição se caracteriza:

O capital social é o conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma *rede durável* de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-reconhecimento ou, em outros termos, à *vinculação a um grupo*, como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns (passíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros ou por eles mesmos), mas também são unidos por ligações permanentes e úteis. (*Id.*, 2007, p. 67- *grifos do autor*).

Quando Bourdieu apresenta o pertencimento do agente a um grupo no qual as ligações se fazem permanentes ou duráveis evidencia a necessidade das relações serem alimentadas constantemente através de trocas econômicas ou simbólicas. Estes vínculos permitem o reconhecimento dos participantes do grupo como iguais, ou, mais particularmente designado pelo autor como um *“reconhecimento de um mínimo de homogeneidade ‘objetivo’ e que exerce um efeito multiplicador sobre o capital possuído com exclusividade”* (*Ibid.*, p. 67). A definição nos permite pensar que o capital social, diferentemente do capital econômico e cultural, está calcado nas estruturas das relações com o outro, sua fonte de poder e influência se firma na relação que o outro oferece ao agente e não está nele próprio. Este capital só existe porque está em constante movimento. É a sua participação nos grupos que possibilita a construção de sociabilidades e solidariedades entre os agentes que se autoidentificam como iguais.

Já o capital cultural, também conceituado por Bourdieu (2007, *passim*), foi definido por um conjunto de bens simbólicos observados sob duas perspectivas: de um

lado as disposições duráveis de um organismo, o conhecimento adquirido e guardado e a apreensão dos códigos do conhecimento, que pode dar-se através do domínio do saber de um mestrado, de línguas, de cultura cultivada, viagens etc. De outro lado há as realizações materiais através de um estado objetivado, patrimônio de bens culturais (livros, dicionários, instrumentos máquinas). O capital cultural pode socialmente se encarnar num estado institucionalizado de títulos, diplomas, êxitos em concursos etc., que são objetivamente reconhecidos como competências pela sociedade. Ele não é algo que pode ser herdado sem um esforço dos agentes, demanda um trabalho contínuo de aprendizagem e aculturação, ou mesmo investimento material e de tempo como parte integrante do *habitus*. (*Id.*, 1985, 2000, 2007) É um bem que pode ser adquirido fora do âmbito da troca ou da total dependência do outro agente.

Diferentemente do capital cultural, o capital social na interpretação da teoria bourdiana, é fundamentado na crença de que sua existência somente ocorre quando há troca entre os agentes sociais. Este tipo de capital não é algo que pode pertencer ao indivíduo de forma isolada, como um recurso outro, mas só pode ser ativado e mensurado quando está em uso, é um *dispositivo de ação*.

Esta análise do conceito caminha ao encontro da definição de Alejandro Portes quando publica um artigo referencial para o estudo do tema intitulado *Capital Social: origens e aplicações na Sociologia contemporânea* (2000) se tornando um “clássico recente” do conceito através de inúmeras citações em quase todos os trabalhos posteriores. Ele distingue os beneficiários e os “dadores” das trocas, pautando o conceito em três tratamentos sistemáticos distintos: “a) os possuidores de capital social (os que fazem as solicitações); b) as fontes do capital social (os que acedem às solicitações); e c) os recursos propriamente ditos” (PORTES, 2000, p. 137).

Portes faz uma análise dos principais autores e pesquisas empíricas sobre o uso do capital social, analisando seus usos positivos e negativos. Sua vertente de análise é o poder de ação que o capital social exerce no controle social e define quatro consequências negativas do conceito: 1) a exclusão dos não membros, 2) exigências excessivas a membros do grupo, 3) restrições a liberdade individual, 4) e normas de

nivelação descendente. Portes aponta nessa classificação as principais formas em que o capital social é usado como meio de controle sob os membros do grupo exercendo o “encastramento em estruturas sociais” que podem trazer resultados socialmente indesejáveis (*Ibid.*, p. 149).

A crítica de Portes se centra sob os modelos explicativos que tentam propor uma explicação absoluta para todas as diferenças observadas, correndo o risco de cair em uma explicação circular, ou seja, o capital social visto simultaneamente como causa e efeito dos problemas democráticos em algumas nações⁹. Sua crítica se acentua sobre a análise que utiliza o capital social para explicar características cívicas de uma comunidade ou nação, como realizadas pela ciência política, na qual a explicação utiliza o termo para os grandes efeitos sociais. Desta forma, sua visão se direciona na utilização do conceito de capital social para a explicação teórica no nível individual. Define, assim, que *“nada existe de intrinsecamente errado em redefini-lo como propriedade estrutural de grandes agregados. Este ponto de partida conceitual requer, contudo, maior cuidado e refinamento teórico do que o que tem sido demonstrado até aqui”* (*Ibid.*, p. 152).

Sendo assim o autor define os laços sociais como capital social, capaz de funcionar em vários âmbitos: produzir um maior controle sobre comportamentos desviantes e fornecer acesso privilegiado a recursos; pode restringir liberdades individuais e vetar o acesso de recursos a terceiros através de preferências particularistas. Por esta multiplicidade de razões sua opção é por uma abordagem multifacetada como “fatos sociais” a serem estudados em toda a sua complexidade, tanto em suas características positivas quanto negativas.

2. Escolha da interpretação francesa e justificativas

Após a incursão entre os principais teóricos que discutem as consequências do uso do conceito de capital social seguimos na justificativa dos autores escolhidos bem

⁹ Mais especificamente Portes direciona sua crítica a Putman e sua análise da falta ou presença de capital social definidora para as nações mais ou menos estruturadas economicamente.

como o porquê desta seleção. As pesquisas de campo puderam revelar importantes constatações que confluíram para a crença de que as consequências negativas do capital social - ou seja, aquele que é constituído pelo indivíduo para se beneficiar - não necessariamente colaboram para o coletivo ou para reforçar os laços democráticos, como afirmam os teóricos da interpretação norte-americana. Ao contrário, os indivíduos, por se sentirem lesados quanto ao tratamento que recebem em órgãos públicos, como os distritos policiais, procuram espaços ou grupos que possam dar-lhes acesso às formas de resolução do seu problema. Contudo sua presença nesses espaços não vem se mostrando sinônimo de ampliação dos espaços democráticos e nem de fortalecimento dos espaços políticos participativos. Este, no entanto, é um tema que discutiremos mais profundamente nos capítulos seguintes, que trarão as observações de campo à luz das discussões teóricas.

Ao analisarmos o conceito de capital social sob a ótica da interpretação norte-americana constatamos que o mesmo se baseia na capacidade de uma sociedade estabelecer laços de confiança interpessoal e redes de cooperação com vistas à produção de bens coletivos. O que significa dizer que o capital social assume características positivas na construção de espaços amplos de discussão, favorecendo vínculos de confiança entre indivíduos que prioritariamente trazem benefícios para a comunidade democrática. A visão positiva, então, encontra-se associada à construção cívica. Ponderamos, entretanto, que esta interpretação apresenta algumas falhas no percurso reflexivo em que se baseia. Em primeiro lugar existe uma debilidade em defender que a confiança seja um fator necessariamente produtor de capital social. Os espaços de participação política e gestão de decisões podem conter indivíduos não aptos a cooperarem com o coletivo e se organizarem em torno de interesses individuais. Isto pode favorecer a formação de grupos de interesse nos quais as regras de funcionamento do grupo não são abertas a todos os membros do espaço de decisão. Como afirma Heloiza Matos (2009), capital social são relações sociais e por isso sua caracterização como positiva ou negativa pode variar conforme o lugar em que atuam seus agentes. Em segundo lugar esta linha interpretativa se foca nas ações racionais dos indivíduos para alcançar determinados fins anteriormente medidos e

analisados. Esta afirmação não releva todos os processos inconscientes que passam pelo indivíduo, bem como a possibilidade do ator racional agir em benefício próprio em vez do coletivo. Na verdade a teoria parece contraditória em alguns momentos porque caminha no sentido inverso, excluindo as exceções, como bem defendeu Coleman. Para os pensadores desta teoria é fundamental excluir as exceções a fim de construir um modelo ideal para produção e implementação de políticas econômicas e sociais em larga escala. Entretanto, pensar políticas em grande escala sem refletir sobre as ações contrárias que podem surgir ao longo do processo é ignorar a atuação dos grupos de interesse e a sobreposição de alguns sobre muitos nos espaços ditos democráticos, tentando barganhar e persuadir os outros membros. Assim, a crítica que a linha interpretativa norte-americana faz ao *global theories*, para o qual as explicações atingiriam dimensões amplas demais, encontra limitações quando alguns de seus principais propagadores (Putman e Fukuyama) se propuseram a fazer exatamente o movimento intelectual de trazer grandes conclusões baseadas em um número restrito de elementos.

Baseado nessas duas críticas, defendemos que, para a definição do conceito como positivo ou negativo instala-se a necessidade da análise contextual de uma série de elementos que possibilitem entender como as relações sociais estão atuando. Necessita-se da análise das motivações internas aos grupos, explanando-se os interesses específicos de membros que podem caminhar no sentido oposto à participação, à tolerância e à igualdade. Necessita-se também da análise dos elementos externos aos espaços participativos, como as variações de contextos socioeconômicos e análise das fragilidades democráticas dos Estados que podem ter crises econômicas, crises demográficas, crises políticas. Por fim, também necessitamos da análise dos elementos culturais de uma sociedade que influenciam a formação dos laços de confiança interpessoal e das redes de cooperação.

Partindo-se das limitações dos argumentos que defendem o capital social na condição unicamente positiva para a construção dos espaços democráticos a opção desta dissertação foi a de se apropriar dos autores que observam o conceito em suas multifaces. Sendo assim, Bourdieu é o principal teórico que norteia o estudo do

conceito, uma vez que responde a complexidade de fatos observados na pesquisa de campo e engloba uma concepção negativa do capital social, na qual os agentes tendem a buscar espaços para resolução de seus problemas individuais sem necessariamente colaborar para a construção de laços de confiança e redes de cooperação.

Nesse sentido a bibliografia do autor nos possibilita compreender o funcionamento do capital social no interior das redes de relações sociais. Estas relações sociais, por sua vez, são “*o produto de estratégias de investimento social consciente ou inconscientemente orientadas para a instituição ou para a reprodução de relações sociais úteis, a curto ou longo prazo*” (BOURDIEU, 2007, p. 67). São relações contingentes, como relações de vizinhança, de trabalho ou mesmo de parentesco e implicam obrigações duráveis subjetivamente sentidas (sentimentos de respeito, reconhecimento, de amizade, etc.) ou institucionalmente garantidas (direitos). Esta relação de conhecimento e reconhecimento é garantida através da troca e transforma as coisas trocadas em signos de reconhecimento, limitando os membros do grupo e suas regras. Assim a reprodução do capital social é garantida por indivíduos que podem oferecer trocas legítimas e manter a existência do grupo.

Essas ligações são irredutíveis às relações objetivas de proximidade no espaço físico (geográfico) ou no espaço econômico e social porque são fundadas em trocas inseparavelmente materiais e simbólicas cuja instauração e perpetuação supõem o reconhecimento desta proximidade. (*Ibid.*, p. 67).

Para haver certa homogeneidade no grupo, segundo o autor, instalam-se relações firmadas em proximidades físicas, econômicas e/ou simbólicas, nas quais seja possível criar um arcabouço de conhecimento e reconhecimento comum. Assim, analisando a teoria bourdiana podemos supor que mesmo havendo uma disparidade de *quantum*¹⁰ de outros capitais (econômicos e culturais) o tipo simbólico possibilita eterna troca calcada em outras dimensões não mensuradas por critérios quantitativos, para os quais o reconhecimento no outro é, em si, uma troca.

¹⁰ Quantum, aqui definido como um elemento social, passível de quantificar, que indica a posição social no qual o agente se insere no campo. É definida também como o "capital social". (ORTIZ, 1983).

Segundo Bourdieu as trocas de um grupo (família, antigos alunos de escolas de “elite”, clube seletivo, nobreza, etc.) podem firmar-se em ocasiões (rallyes, cruzeiros, caçadas, saraus, recepções, etc.), lugares (bairros chiques, escolas seletas, clubes, etc.) ou práticas (esportes, jogos de sociedade, cerimônias culturais). Entretanto estes exemplos explanados pelo autor circunscrevem uma realidade de estratos sociais franceses muito bem definidos e com recursos elevados. Sua aplicação teórica se fixa em um Estado que conseguiu homogeneizar a cultura e monopolizar a violência instaurando um Estado absolutista que repercutiu longamente na formação das camadas sociais e da consolidação do Estado-Nação (ELIAS, 2001). Evidencia-se isto quando ele descreve o funcionamento do campo jurídico (BOURDIEU, 2000) em que há uma homogeneização e neutralidade em quase todas as camadas sociais, não expondo as mesmas contradições da típica sociedade brasileira. Nossa pesquisa permite a apropriação destes conceitos em uma realidade distinta que apresenta algumas semelhanças de comportamento, diferenciando o perfil dos grupos em que circula o capital social.

As relações que estes agentes sociais estabelecem entre seus pares detêm um *quantum* semelhante de conhecimento, influência e poder de ação no campo da Justiça, que possibilita aos agentes a movimentação de informações relativas ao seu interesse. Assim quando agentes sociais transitam no meio jurídico detêm meios de influenciar ou pressionar para que seus interesses sejam atendidos através de outros agentes reconhecidos que assim circulam no mesmo campo. No processo de categorização dos agentes sociais envolvidos podemos fazer uma breve associação entre aqueles que detêm ou não o capital social e o meio em que atuam. Para isso é necessário fazer uma distinção dos grupos pertencentes ao que aqui denominamos enquanto o campo da justiça, ou campo jurídico.

Os agentes sociais que detêm este *quantum* - ou capital social - dentro do campo agem segundo sua rede de influências, formada por vizinhos, amigos, parentes, colegas de trabalho, ou aqueles que se reconhecem indiretamente através de terceiros. Estes são os que consideramos pertencentes de um máximo capital social, classificado dentro da estrutura do campo como dominante. Em oposição, há os agentes sociais

categorizados como dominados, que são aqueles que detêm a ausência ou raridade do capital social. Circunscrito à nossa pesquisa, significa dizer que os dominados, quando estão no distrito policial ou nos Conselhos Comunitários de Segurança (CONSEGS), não detêm o poder de ação forte o suficiente para receber um bom atendimento e conseguir a mesma eficiência dedicada àqueles que detêm capital social. Nos parece que estas instituições tem se mostrado vulneráveis às influências das posições que os agentes sociais ocupam no bairro ou na cidade. São agentes que se articulam para adquirir respostas mais eficientes junto aos órgãos públicos capazes de ajudá-los. Assim, o campo se particulariza como um espaço onde se manifestam relações de poder (ORTIZ, 1983). Estas não precisam ser necessariamente disputas travadas entre os agentes dominantes e dominados, mas podem se manifestar através daqueles que ofertam as solicitações e aqueles que as demandam, ou os recursos propriamente ditos (PORTES, 1998).

Se a justiça e as leis formais não funcionam como o designado pelos Código Penal e Código do Processo Penal, então percebemos que ocorrem hierarquias niveladoras entre os diferentes grupos sociais conforme uma série de fatores. O capital social surge como um dispositivo passível de acionar o funcionamento no campo da justiça, disponível àqueles que já possuem os meios para acioná-lo. Nossa pesquisa busca, justamente, entender e analisar quais são estes espaços, práticas e situações que possibilitam o agir destes agentes sociais.

A pergunta que pontuamos em relação ao campo jurídico diz respeito ao entendimento do porquê de seu funcionamento não ser igualitário para todos os seus solicitantes. Esta realidade não está somente circunscrita às práticas da justiça brasileira, mas parece ser uma regra em todos os países que se organizam pela dominação racional-legal, em que o estatuto legislativo é a principal fonte de poder (WEBER, 2010 [1967]).

Pierre Bourdieu, em sua publicação intitulada *O Poder simbólico* (2000), faz apontamentos relativos ao funcionamento do direito, ressaltando alguns importantes elementos na sua definição enquanto um campo. O direito, para o autor, circunscreve-

se como um campo porque se constitui como um universo social autônomo, capaz de produzir e reproduzir, pela lógica de seu funcionamento específico, um corpus jurídico relativamente independente dos constrangimentos externos. É uma forma por excelência de violência simbólica legítima, cujo monopólio pertence ao Estado combinado ao exercício da força física.

O campo jurídico se baseia em uma máscara ideológica de neutralidade e autonomia, como afirma o autor, que é a própria expressão de seu funcionamento. Porém, se constitui em hierarquias internas, nas quais as disputas ocorrem entre os técnicos do direito e suas diferentes definições do trabalho jurídico e da lei. Os peritos judiciais (advogados, notários, etc.) podem pôr a sua competência jurídica à serviço de interesses de algumas categorias da sua clientela e tecer as inúmeras estratégias graças às quais as famílias ou as empresas podem anular os efeitos da lei (*op. cit.*, p. 217). Então, em parte, a significação da lei se determina na confrontação entre diferentes interesses específicos e divergentes, representados por técnicos do direito que correspondem de maneira estrita à posição da sua clientela na hierarquia social. (*op. cit.*, p.218).

Com efeito o conteúdo prático da lei que se revela no veredicto é o resultado de uma luta simbólica entre profissionais dotados de competências técnicas e sociais desiguais, portanto, capazes de mobilizar, embora de modo desigual, os meios ou recursos jurídicos disponíveis pela exploração das regras possíveis e de os utilizar eficazmente, quer dizer, como armas simbólicas, para fazerem triunfar a sua causa. (*op. cit.*, p. 224).

A prática dos agentes encarregados de produzir ou aplicar o direito se deve muito às afinidades que unem os detentores do poder simbólico aos detentores de poder temporal, político ou econômico. A proximidade de interesses e, sobretudo, a afinidade dos *habitus*, ligada às formações familiares e escolares semelhantes, favorecem o parentesco das visões de mundo. As escolhas que o corpo jurídico faz, em cada momento, entre interesses, valores e visões do mundo diferentes ou antagonistas têm poucas probabilidades de desfavorecer os dominantes, de tal modo que o *ethos* dos agentes jurídicos e a lógica imanente dos textos jurídicos são evocados tanto para

justificar como para os inspirar, e são adequados aos interesses, aos valores e as visões de mundo dos dominantes (*op. cit.*, p. 242).

Nesta análise nos questionamos qual o papel da polícia civil, a quem cabe investigar no interior do sistema de justiça criminal a que Bourdieu se debruça. Ele define a polícia vinculada ao teórico do direito puro ou ao especialista do direito constitucional por uma cadeia de legitimidade que subtrai seus atos ao estatuto de violência arbitrária (*op. cit.*, p. 220). Isto pelo menos ocorre em tese. Entretanto na realidade brasileira é comum encontrar uma polícia arbitrária na qual a lei não é o que norteia suas ações.

No caso brasileiro, a Polícia Civil possui uma burocracia organizacional que recebe grande influência das decisões do executivo. Isso porque o secretário de segurança pública dos estados federados é indicado pelo governador e suas decisões políticas afetam a atuação da polícia. As decisões quanto às estratégias de trabalho, distribuição de verba, investimentos em determinadas áreas da polícia, atuação conjunta com outros setores governamentais são vinculadas as deliberações do executivo. Doravante o cotidiano da polícia civil está vinculado as decisões jurídicas, uma vez que uma parte considerável do seu trabalho vincula-se ao Ministério Público e aos Fóruns Criminais. Este modelo de organização policial difere do analisado por Bourdieu, na França que é vinculado diretamente ao especialista do direito. Nesse sentido, a polícia civil, estudada nessa pesquisa, estaria classificada em um nível intermediário, por responder ao executivo ao mesmo tempo em que estabelece uma relação cotidiana com os órgãos da justiça, através das investigações encaminhadas aos Fóruns Criminais e investigações solicitadas pelo Ministério Público.

As arbitrariedades de tratamento da polícia civil podem ser melhor observadas no *Estudo da Impunidade Penal no Município de S. Paulo* (ADORNO; PASINATO, 1999), no qual foram aventadas relações entre capital social e maior disposição da polícia para investigar crimes. A pesquisa constatou que é menor a probabilidade de uma ocorrência vir a ser convertida em inquérito em localidades onde as variáveis socioeconômicas revelavam maior presença de população de baixa renda e precária infraestrutura

urbana. A análise estatística do estudo revelou forte correlação entre baixas taxas de conversão de boletins em inquéritos e elevada concentração de população de adolescentes entre 10 e 19 anos de idade. Os estudos parecem indicar que a polícia é menos pressionada a investigar crimes em bairros onde essas características estão presentes com maior participação. Ao contrário, em bairros onde a idade média da população é mais elevada e as condições de infraestrutura urbana são consideradas satisfatórias, a população parece exercer maior pressão junto às autoridades para que os crimes sejam investigados.

Nossa pesquisa se propõe a investigar a relação entre a influência dos moradores dos bairros com melhores recursos econômicos e todo o arcabouço de redes de relações que são acionadas em benefício de suas demandas. Estas observações foram confirmadas na pesquisa quando grupos de moradores procuravam espaços locais de articulação política para melhorar sua rede de relações e seu acesso a benefícios dos mais diferentes tipos. A hipótese a ser sustentada frente a estas observações, é a de que as consequências negativas do capital social podem funcionar como elemento a favorecer individualmente alguns moradores na aquisição de benefícios para suas ruas, pontos comerciais e residências.

Durante o desenvolvimento da pesquisa uma série de espaços foram acompanhados a fim de se perceber a articulação dos moradores quando buscam beneficiar-se. Destes, dois espaços mostraram-se relevantes para a articulação dos moradores dos diferentes bairros observados: os distritos policiais, escolhidos graças a sua estrutura aberta a qualquer cidadão, em qualquer horário e que recebe as mais variadas demandas; e os CONSEGs (Conselhos Comunitários de Segurança) que se mostraram importantes na articulação entre os moradores para demandas que ultrapassam o nível da resolução imediata, e também porque congregam enorme articulação com a delegacia do bairro. Estes dois espaços foram centrais para as análises contidas nessa dissertação e poderão ser melhor apreendidas nos próximos capítulos.

Capítulo 2

METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO E ETNOGRAFIA DAS REGIÕES DE PINHEIROS E JAÇANÃ

Este capítulo tem por objetivo apresentar os métodos utilizados para as investigações de campo, assim como as justificativas para nossas escolhas. Pretendemos, também, apresentar os dados socioeconômicos das regiões do Jaçanã e de Pinheiros, que foram selecionadas para compor a pesquisa de campo. Um percurso sócio-histórico destas regiões nos ajudará a compreender como esses fatores podem influenciar na dinâmica local das redes de relações.

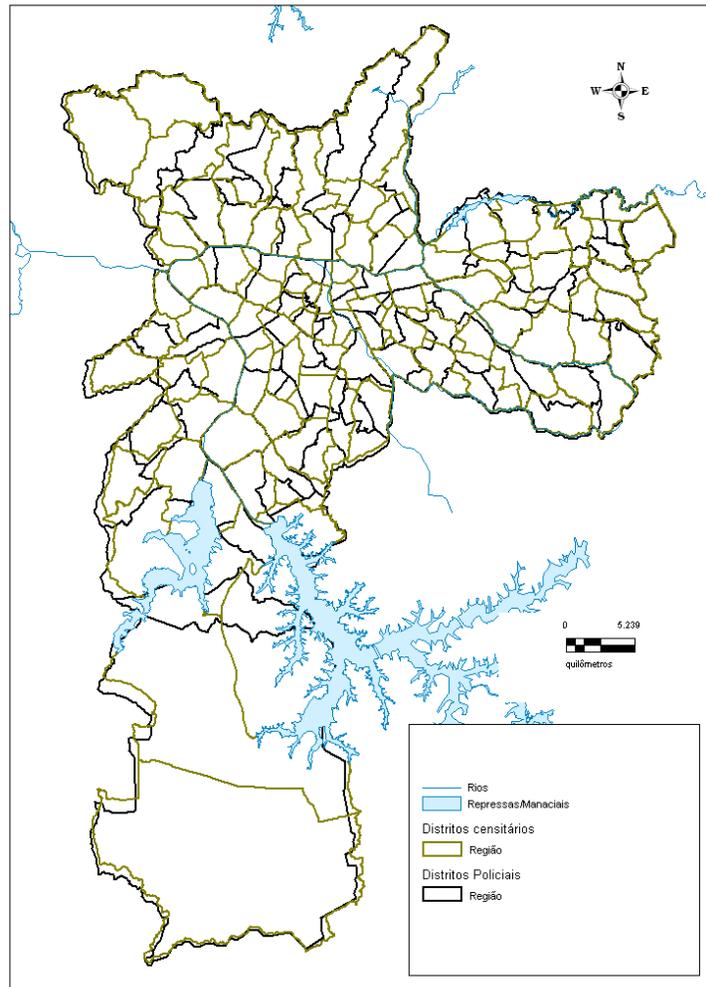
1. Métodos de pesquisa

A pesquisa foi realizada nos distritos policiais e nos CONSEGs de Pinheiros e Jaçanã. O processo de escolha dos distritos policiais se deu segundo critérios socioeconômicos e socioculturais de cada região que, quando comparados, apresentavam contrastes de perfil social passíveis de análise. Contudo, no momento da coleta de dados dos distritos censitários¹¹ que seria nossa fonte de informação sobre a população local e que frequenta os distritos policiais selecionados, observamos que os limites físicos de ambos não coincidiam. Como podemos observar no mapa 1 a área de atuação dos distritos policiais da cidade (demarcada em preto) não corresponde à área dos distritos censitários (demarcada em verde).

¹¹ Divisão territorial e política feita pela prefeitura de São Paulo.

MAPA 1

Mapa do município de São Paulo com os limites dos distritos censitários e distritos policiais

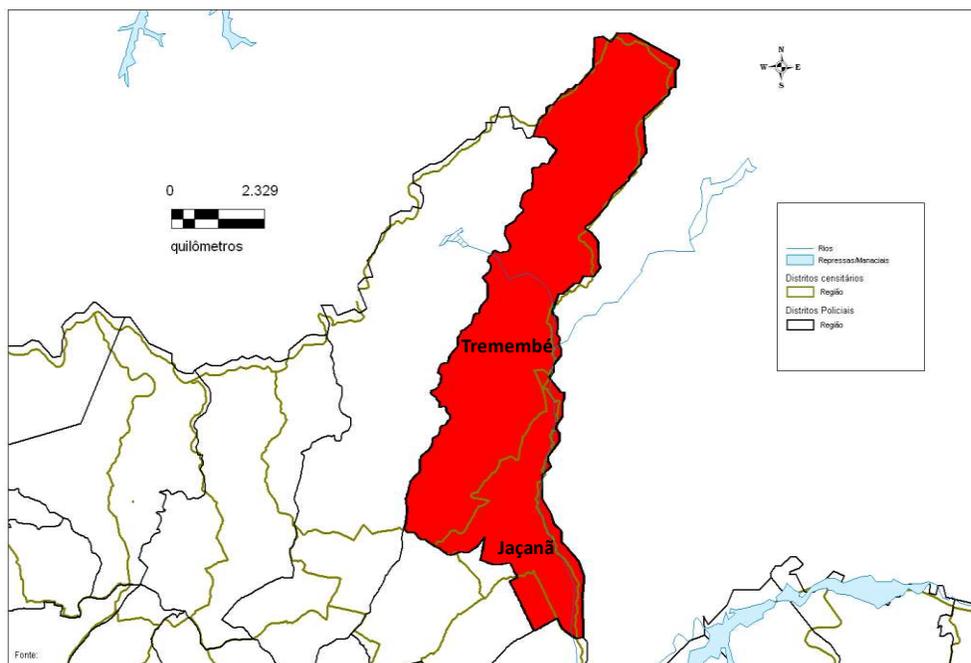


No mapa 2 podemos observar como se organizam espacialmente essas divisões na região do Jaçanã-Tremembé. A área em vermelho indica a área de atuação do 73º Distrito Policial (73º DP). Esta área não corresponde aos limites dos distritos censitários do Jaçanã e Tremembé, delimitado pelo traçado verde. A área de atuação do 73º DP extrapola os limites do distrito do Jaçanã e não engloba todo o distrito do Tremembé, havendo outro distrito policial responsável pelo restante da área. Já a divisão da subprefeitura do Jaçanã-Tremembé utiliza ambos os distritos censitários como limite

geográfico. Devido a este fator o levantamento socioeconômico e cultural da população atendida pelo 73º DP necessitou englobar ambos os distritos.

MAPA 2

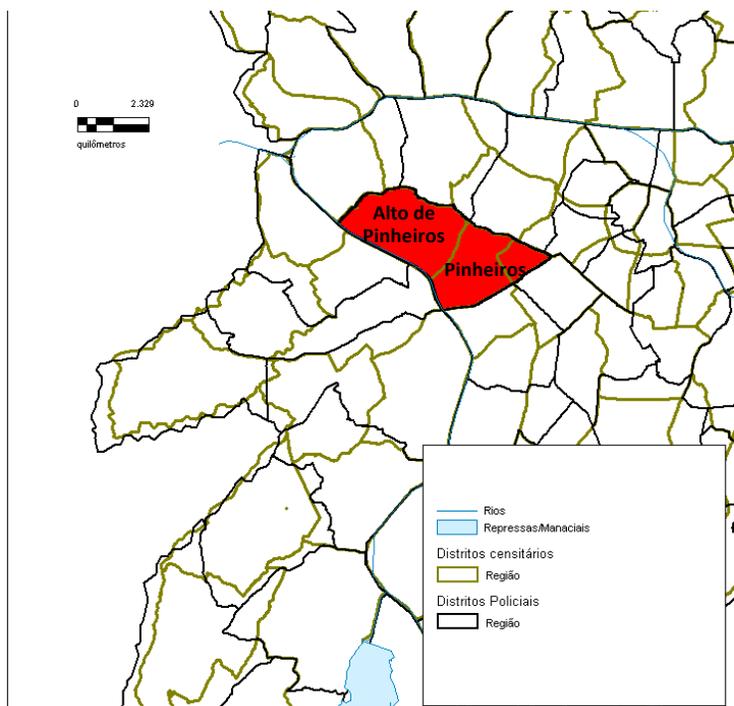
Intersecção dos distritos censitários do Jaçanã e Tremembé com o 73º Distrito Policial do Jaçanã



Estes fatores também foram observados na região de Pinheiros. A subprefeitura de Pinheiros abrange os distritos censitários de Pinheiros e Alto de Pinheiros e não corresponde a área delimitada de atendimento do 14º Distrito Policial de Pinheiros (14º DP), como observamos no mapa 3. A área vermelha indica a área de atuação do 14º DP e os distritos censitários estão indicados pelo traçado verde. Desta forma, para conseguir analisar o perfil socioeconômico e cultural da área atendida pelo 14º DP utilizamos dados dos distritos censitários de Pinheiros e Alto de Pinheiros.

MAPA 3

Intersecção dos distritos censitários de Pinheiros e Alto de Pinheiros com o 14º Distrito Policial de Pinheiros



Cabe ressaltar que ao longo desta dissertação quando nos referirmos ao termo *região* estamos designando a região da subprefeitura que abarca os dois distritos correspondentes. A região de Pinheiros corresponde aos distritos de Pinheiros e Alto de Pinheiros e a região do Jaçanã aos distritos do Jaçanã e Tremembé.

O 14º DP de Pinheiros foi escolhido devido a concentração de bairros com alto poder aquisitivo e alto grau de escolaridade, como aponta a pesquisa realizada pelo Datafolha (2009¹²), o que poderia, em tese, facilitar a identificação de moradores com maior quantidade de capital social. Entre as regiões da cidade com alto poder aquisitivo a de Pinheiros foi selecionada devido ao acesso facilitado que obtivemos no 14ª DP, o que não aconteceu na mesma forma em outras regiões analisadas ainda na pesquisa exploratória. A região, segundo dados da Secretaria de Segurança Pública, é uma das que apresentam maior índice de furtos de veículos, caracterizando-se pelos altos

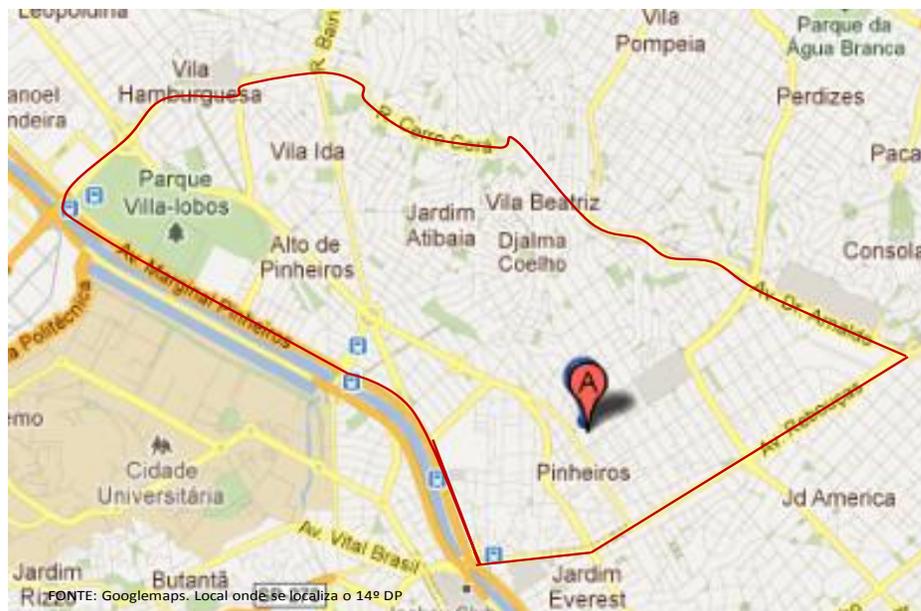
¹² DNA Paulistano. Datafolha, Caderno “Cotidiano”, Publifolha. São Paulo, 2009.

índices de dano ao patrimônio¹³. Esta característica foi ponderada no momento de compararmos regiões da cidade e caracterizarmos os tipos de crime mais freqüentes nas regiões pesquisadas. Sendo assim, uma região que apresenta alto índice de dano ao patrimônio deve ser levada em consideração quando compararmos os tipos e crimes. Também favorecido pela localização central na cidade, este distrito policial atende os bairros de Boaçava, Jardim Califórnia, Vila Jataí, Jardim Jacarandás, Jardim Atabaia, Alto de Pinheiros, Sumarezinho, Vila Beatriz, Vila Nogueira, Vila Madalena, Jardim das Bandeiras, Pinheiros e Parque Vila Lobos. Sendo assim, esse perfil de população poderia sugerir um atendimento diferenciado nos distritos policiais quando comparado à população de bairros com menores recursos econômicos. Abaixo, no mapa 4, podemos ver os limites de ruas e avenidas que delimitam a área de atuação do 14º DP, circunscrita pela Marginal Pinheiros, Avenida Rebouças, Avenida Dr. Arnaldo, Rua Cerro Corá e Avenida Queirós Filho.

Mapa 4
Limites da área de atuação do 14º DP

¹³ Observar os dados do sitio da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo que apresenta os índices de crimes por distrito policial no município NOS ANEXOS 4 E 5. Os dados indicam que em 2011, no 14º DP de Pinheiros, o número de furtos de veículos foi de 1197, correspondendo a 12,98% do total de crimes do ano. O número total de casos envolvendo dano ao patrimônio no mesmo DP é bem superior ao número de casos envolvendo crimes contra a pessoa, o qual .

http://www.ssp.sp.gov.br/estatistica/porDP.aspx?dp_id=1257&mun_id=565#ctl00_ContentPlaceholder1_lbIDP



* “A” corresponde a localização do 14º DP.

Para construir, então, um quadro de contrastes, o outro distrito policial selecionado foi o 73º DP, do Jaçanã, localizado na periferia da cidade, na fronteira com Guarulhos e entrecortado pela rodovia Fernão Dias. A primeira razão para essa escolha foi o perfil socioeconômico da população, que comparado ao de Pinheiros, apresentava índices bem inferiores. Faz parte do distrito uma infinidade de bairros novos, que aumentam a cada ano, produto de novos loteamentos e de ocupação desordenada. Até o final desta pesquisa os bairros listados foram Vila Solemar, Furnas, Jardim Maria Cândida, Vila Pereira, Parque Edu Chaves, Vila Nilo, Jardim Brasil, Jardim Guapira, Jardim Cabuçu, Jardim Filhos da Terra, Jardim Modelo, Chácara São João, Conjunto Residencial Montépio, Jaçanã, Vila Carolina, Vila Paulistana, Vila Ester, Bortolândia, Cohab Apuanã, Jardim Joana D’Arc, Jardim Piqueri, Vila Aurora, Vila Dornas, Jardim Martins Silva, Chácara São José, Sítio São João, Sítio Barrocada, Chácara Paraíso e Chácara Santa Sofia. O distrito censitário do Jaçanã e Tremembé apresentaram índices socioeconômicos de uma região de classe média baixa de São Paulo, definida por uma maioria de moradores com renda familiar até cinco salários mínimos e grau de escolaridade fundamental ou médio, como veremos nos dados mais a frente.

que essa característica pudesse indicar espaços de articulação entre os moradores, nas situações em que se sentem vulneráveis à violência.

Com base nessas características pudemos explorar as contradições de cada uma das regiões selecionadas para a pesquisa empírica, e as relações que são construídas entre os moradores de cada uma delas. Nos capítulos seguintes iremos caracterizar as duas regiões trabalhadas, a partir de nossas observações em campo. Essas observações, entretanto, não serão apresentadas na mesma ordem em que foram realizadas, mas conforme sua recorrência, exemplificadas através de acontecimentos, falas e ações que se repetiam nos espaços observados. Algumas observações foram pontuais, mas mesmo assim selecionadas por serem exemplares e representativas quanto ao uso do capital social pelos agentes sociais. Muitas vezes, falas e ações podem ser exemplares para descrever determinado comportamento de um grupo.

2. Dados sobre a região de Pinheiros

As observações realizadas no 14^o Distrito Policial, localizado na zona Oeste de São Paulo¹⁴ no bairro de Pinheiros, puderam revelar algumas interessantes caracterizações da região e de seu entorno. Cada um dos bairros que compõem a área de atendimento do 14^o DP apresenta características bem específicas que os diferem ou aproximam dependendo do aspecto analisado. Um exemplo das aproximações são as condições de escolaridade da população: os distritos de Pinheiros e Alto de Pinheiros possuem grande contingente de moradores com ensino superior completo, como indicado pelos dados da tabela 1. Segundo a pesquisa DNA Paulistano (2009), a região de Pinheiros, que engloba os distritos de Pinheiros e Alto de Pinheiros, 54% e 49% da população que vive nesses distritos tem curso superior. Proporção bem acima do restante da população de São Paulo, onde apenas 16% possui curso superior.

¹⁴ Endereço: Rua Deputado Lacerda Franco, 372.

Tabela 1
Perfil social e econômico

(Perfil – resposta em %)

Perfil		Alto de Pinheiros ¹⁵	Pinheiros ¹⁶	Jaçanã ¹⁷	Tremembé ¹⁸	São Paulo ¹⁹
Grau de escolaridade	Fundamental	19	14	34	47	40
	Médio	32	31	53	45	44
	Superior	49	54	13	8	16
Média de Idade		44,6	44,9	36,8	36,5	38
Renda familiar mensal ²⁰	Até 5 s.m.	33	23	71	73	69
	5 a 10 s.m.	25	26	13	15	15
	10 a 20 s.m.	17	25	7	5	7
	20 a 50 s.m.	11	14	3	3	3
	Mais de 50 s.m.	3	2	0	0	0
	Não sabe/recusa	11	11	6	5	7
Classificação econômica ²¹	A	23	21	1	4	5
	B	50	57	36	32	33
	C	24	19	53	53	53
	D	2	2	9	9	8
	E	0	1	0	0	1
	Não sabe/recusa	0	0	0	1	0
Ocupação principal ²²	PEA	69	68	70	66	72
	Não PEA	31	32	30	34	28
Nº de pessoas por residência	1	22	24	10	8	14
	2	23	21	22	17	24
	3	15	23	23	26	25
	4	16	11	19	19	20
	5	8	4	9	11	9,5
	6 pessoas ou mais	16	17	12	14	6,7
	Média de pessoas que residem na casa	3	2,5	3,6	3,7	3,2

*Dados extraídos da pesquisa DNA Paulista, 2009. A presente pesquisa foi realizada em 2008 com 28.389 respondentes com mais de 16 anos, equivalente a 0,26% da população adulta de São Paulo, residentes em um dos 96 distritos do município.

¹⁵ Amostra 310 e margem de erro 6.

¹⁶ Amostra 308 e margem de erro 6.

¹⁷ Amostra 301 e margem de erro 6.

¹⁸ Amostra 307 e margem de erro 6.

¹⁹ Média do município de São Paulo.

²⁰ A renda familiar calculada a partir de todos os moradores da casa e medida pelo número de salários mínimos (s.m.). No período da elaboração da pesquisa, 2008, o salário mínimo correspondia a R\$ 415,00 reais mensais.

²¹ A classificação econômica é calculada segundo Critério de Classificação Econômica Brasil (CCEB) que é um instrumento de segmentação econômica que utiliza o levantamento de características domiciliares (presença e quantidade de alguns itens domiciliares de conforto e grau escolaridade do chefe de família) para diferenciar a população. O critério atribui pontos em função de cada característica domiciliar e realiza a soma destes pontos. É feita então uma correspondência entre faixas de pontuação do critério e estratos de classificação econômica definidos por A1, A2, B1, B2, C1, C2, D, E. Ver mais em: <http://www.abep.org/novo/Content.aspx?SectionID=84>. Consulta realizada em: 24/12/2011.

²² Ocupação principal é dividida entre população economicamente ativa (PEA) e população não economicamente ativa (não PEA).

Um dos fatores que está relacionado com a alta escolaridade, como mostrado no capítulo teórico, é a condição socioeconômica dos moradores, uma vez que o alto poder aquisitivo possibilita investimento em cursos universitários. A renda da população e sua classificação econômica acompanham os altos índices de escolaridade. A mesma tabela indica que a renda familiar em Pinheiros está bem distribuída: 23% da população tem renda familiar de até 5 salários mínimos, 26% entre 5 a 10, e 25% entre 10 a 20 salários mínimos. No distrito de Alto de Pinheiros a distribuição não ocorre de maneira tão uniforme, havendo predominância da população com renda familiar de até 5 salários mínimos.

Quando verificamos a classificação econômica desses dois distritos observamos que há predominância da classe B em ambos. Esta classificação, quando comparada à maioria da população de São Paulo, de classe C, indica que são regiões que possuem um contingente de moradores com condições socioeconômicas superiores à média da população paulistana. Outro elemento que se destaca do restante dos distritos em São Paulo é a idade da população, tanto de Pinheiros, como do Alto de Pinheiros. A tabela 1 mostra a média de idade dos moradores entre 44 e 45 anos, superior à média de São Paulo, que é de 38 anos.

Outra variável característica da região é a boa qualidade de vida, pois são bairros com quantidade razoável de parques, localizados próximos às áreas comerciais e pontos culturais, a proximidade quanto ao local de trabalho dos moradores. A tabela 2 nos permite verificar o perfil de hábitos, cultura e qualidade de vida, indicando, por exemplo, que o tempo médio gasto para se chegar ao local de trabalho está entre 20 e 30 minutos. Da mesma maneira, o acesso a bens culturais (como cinemas) e bens comerciais (como shoppings e academias), é bem superior ao do resto da cidade e da média dos outros bairros, como é possível comparar na mesma tabela.

Tabela 2**Perfil de hábitos, cultura e qualidade de vida**

(Perfil – resposta em %)

Perfil	Alto de Pinheiros ²³	Pinheiros ²⁴	Jaçanã ²⁵	Tremembé ²⁶	São Paulo ²⁷
Mora em casa	41	34	94	96	77
Tempo médio para chegar ao trabalho (em min.)	28,3	20,9	33,6	37,2	37,4
IMC – média	24,7	24,5	24,4	25	24,8
Tem animal de estimação	45	52	64	62	54
TV por assinatura	72	70	26	24	28
Telefone fixo	88	89	66	74	70
Vai ao cinema pelo menos uma vez por semana	11	13	4	3	4
Vai ao shopping pelo menos uma vez por semana	35	29	21	15	23
Viaja pelo menos uma vez por mês	21	23	8	10	10
Vai à academia pelo menos um ou mais vezes por semana	23	28	14	14	12
Costuma acessar a internet	71	77	48	49	51

**Dados extraídos da pesquisa DNA Paulistano, 2009. A presente pesquisa foi realizada em 2008 com 28.389 respondentes com mais de 16 anos, residentes em um dos 96 distritos do município.*

Na pretensão de entender como a formação da região de Pinheiros possibilitou agregar as populações com este perfil socioeconômico faremos uma incursão nas origens da constituição histórica da região. O bairro de Pinheiros é o mais antigo da cidade de São Paulo, fundado em 1560. Sua origem se deu graças à ocupação indígena na vila de São Paulo de Piratininga, tendo como consequência o erguimento às margens do Rio Pinheiros do forte de Embuaçava pelos portugueses. A região era privilegiada pelo estreitamento da várzea do rio que possibilitava sua travessia por comerciantes, tropeiros e índios da região, configurando rotas comerciais e a

²³ Amostra 310 e margem de erro 6.

²⁴ Amostra 308 e margem de erro 6.

²⁵ Amostra 301 e margem de erro 6.

²⁶ Amostra 307 e margem de erro 6.

²⁷ Média do município de São Paulo.

aglomeração de mercados locais para a troca de mercadorias. Assim constituiu-se o único acesso para as terras que ficavam além do rio, denominando-se Caminho dos Pinheiros – o que hoje é a Rua da Consolação. O grande fluxo do comércio local passou a despertar o interesse da Igreja Católica que fundou uma pequena capela na região do Largo da Batata²⁸ a fim de acompanhar os fluxos comerciais e cobrar impostos das transações. Nasce, assim, o aldeamento de Pinheiros (PONCIANO, 2002; REALE, 1982)

O bairro se constituiu, desde seu início, em uma referência comercial que, ao final do século XIX, já tinha em seu entorno importantes pontos de fluxo do comércio paulistano, como a Avenida Rebouças (ainda uma estrada de terra), a Avenida Teodoro Sampaio e a Rua Butantã (antiga Rua do Comércio). A foto 1 evidencia a chegada do Hospital do Isolamento²⁹ na antiga Avenida Municipal, hoje Avenida Dr. Arnaldo, fazendo da região referência na área médica na década de 20 do século seguinte. Período também em que os bairros de classe média alta começaram a se configurar no entorno através dos loteamentos conhecidos hoje como Cerqueira Cesar e Alto de Pinheiros.

²⁸ No século XVIII a capela cederia lugar para a matriz do bairro denominada Nossa Senhora de Monte Serrat. Isto facilitou para o entorno da matriz constituir-se o Largo da Matriz ou Largo da Batata.

²⁹ Atual Instituto Emílio Ribas. No século XIX o Hospital do Isolamento foi fundado para atender uma epidemia de varíola na região que necessitava estar localizado em lugar distante do restante da cidade.

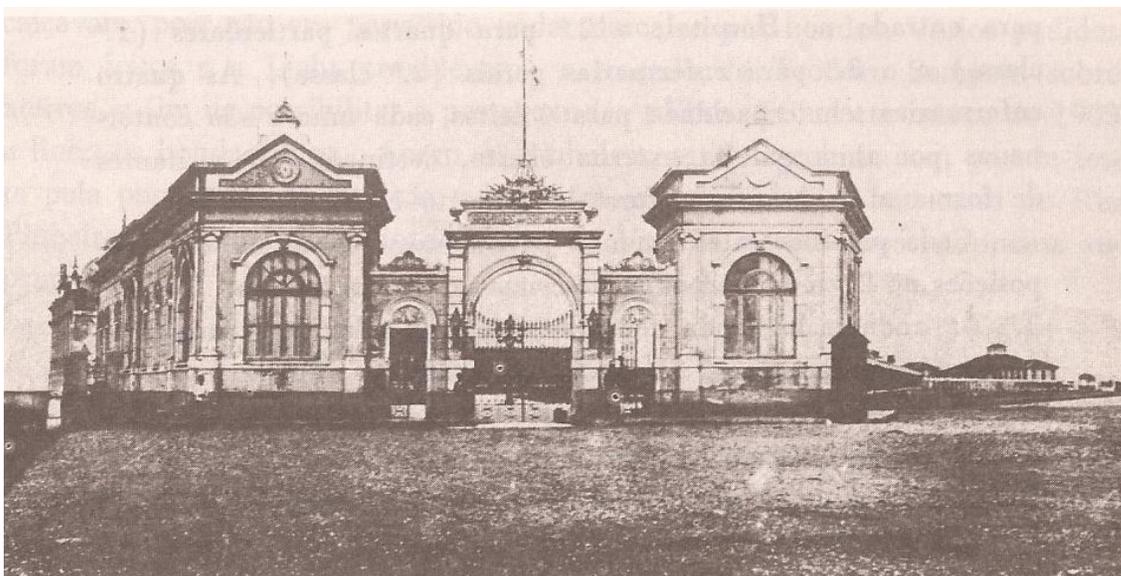


FOTO 1- Antigo Hospital do Isolamento, 1910. Atual Instituto Emílio Ribas. (Fonte: REALE, 1982).

Aos poucos a região começou a ganhar ares de modernidade com a urbanização do século XX, que assumiu velocidade assustadora com três fatos centrais. O primeiro foi a construção do complexo Hospitalar das Clínicas no início dos anos 30³⁰. O segundo foi a chegada das linhas de bondes a partir de 1904, ligando o Largo de Pinheiros ao cemitério do Araçá. As fotos 2 e 3 evidenciam a transformação ocorrida na região do Largo da Batata num período de 10 anos, através da chegada da eletricidade e novas estradas que aumentaram o comércio devido as linhas dos bondes. Em terceiro, a função comercial do bairro, com o Mercado de Pinheiros, a Sociedade Hípica Paulista e a Cooperativa Agrícola de Cotia nos anos 30, bem exemplificada na foto 4, que retrata os primeiros espaços físicos fixos dos comerciantes da região.

³⁰ A Faculdade de Medicina e Cirurgia foi fundada em 1931 e possibilitou outra configuração de grupos socioeconômicos à região com a chegada dos novos estudantes do curso. Em 1938 tiveram início a construção do Hospital das Clínicas, vinculado a Faculdade. Apesar da proximidade do já existente Hospital do Isolamento não havia ligação direta entre o Hospital e os novos edifícios.



FOTO 2 – Largo de Pinheiros, 1908. (Fonte: REALE, 1982).



FOTO 3 – Largo de Pinheiros década de 20. (Fonte REALE, 1982).



FOTO 4 – Mercado de Pinheiros década de 20. (Fonte: REALE, 1982).

Estes últimos fatos tornaram a região um pólo comercial e de referência médica, associado a um maior acesso aos novos meios de transporte. O nascimento das grandes avenidas também colaborou para aumentar o fluxo e valorizar a região. O asfaltamento e construção de calçadas da Avenida Rebouças em 1936, como vemos da foto 5, foi uma antiga demanda dos moradores que possibilitou uma ligação rápida e menos íngreme entre o bairro e o centro da cidade. No mesmo ano, a Cia. City começa a construção das casas na região do Alto de Pinheiros, Jardim América, além da Rua Pedroso de Moraes, principal artéria dos novos bairros.



FOTO 5 – Obras de nivelamento e calçamento da Avenida Rebouças em 1936. (Fonte: REALE, 1982).

A história do bairro provoca certo saudosismo para aqueles que nasceram na região e descrevem-na com suas ruas limpas, silenciosas e o transcurso do bonde que subia a Rua Teodoro Sampaio em meados dos anos 30. O projeto de urbanização começou a ganhar força a partir de 1940, quando as regiões mais próximas às áreas comerciais ganharam as típicas casas de classe média do bairro, identificadas como sobrados. A foto 6 exemplifica bem a descrição dos modelos dos imóveis anunciados para venda na década de 40 e 50. Eram imóveis que comportavam, em média, três quartos, sala de jantar, dependência de empregada e pequenos quintais ao fundo. A foto 7 nos revela a atual fachada das típicas casa da região.

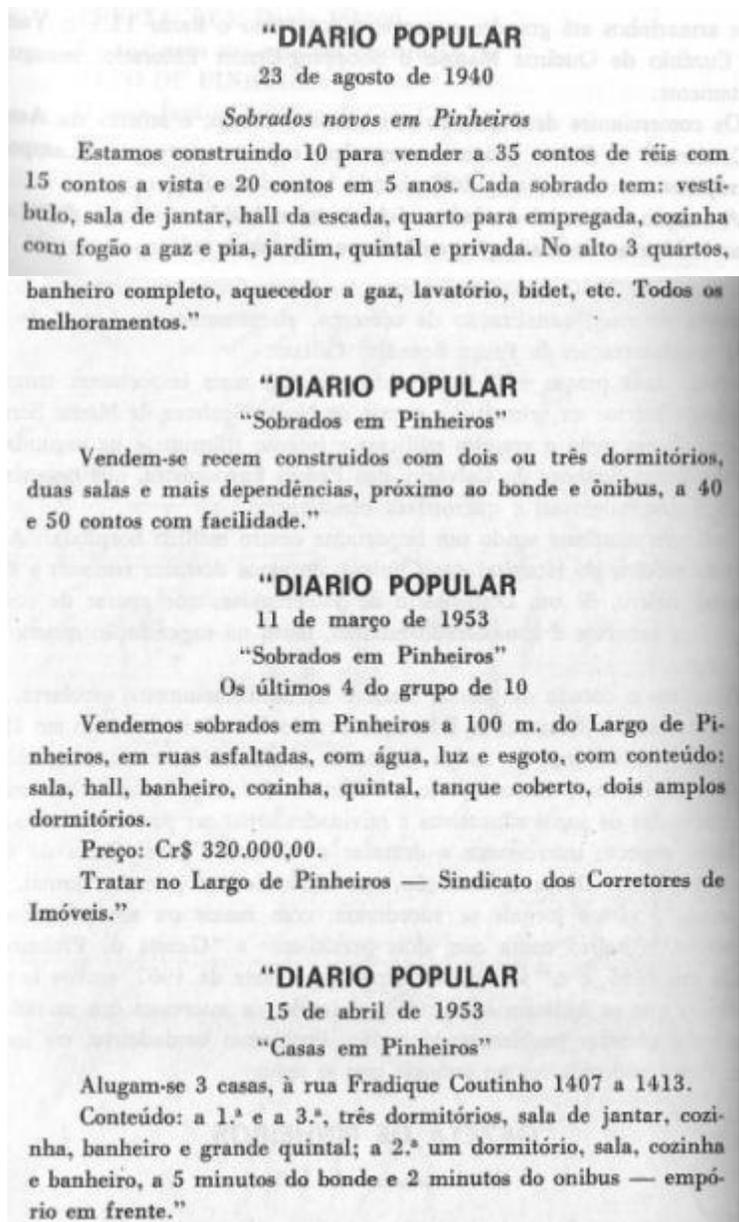


FOTO 6 – Anúncios da década de 40 e 50 de casas na região de Pinheiros. (Fonte: REALE, 1982).



FOTO 7 – Atual fachada das casas típicas dos anos 50 em Pinheiros.

Além dos pontos comerciais e residenciais de classe média, Pinheiros também ficou marcado pela presença de bairros de classe alta, como Alto de Pinheiros e Pacaembu. A urbanização local remonta o trabalho de Barry Parker, famoso arquiteto e urbanista inglês que tornou famoso o conceito de “Cidades-Jardins”, nas quais os bairros construídos se harmonizavam com espaços verdes em uma ambientação rural. Seu trabalho trouxe fama para a região, que se constituiu como um dos primeiros bairros planejados da cidade.

O quadro de modernização dos espaços urbanos se completa com a saída dos bondes que cederam lugar para as vias asfaltadas, com a construção da Avenida Sumaré, ligando a parte superior do bairro, e da Avenida Henrique Schaumann nos anos 70. Posteriormente a chegada da linha verde do metrô, nos anos 90, completou o último grande evento que transformou o bairro em um reduto de classe média. Seu aspecto residencial foi substituído pelas construções mais modernas de edifícios residenciais.

Atualmente é uma região populosa, como podemos ver na tabela 4, indicando que em 2010, chegou a ter 463.804 moradores. A região de Pinheiros, desde seu nascimento, se constituiu como pólo comercial da cidade que garantiu a chegada da modernização das

vias de acesso e despertou o interesse das empreiteiras na construção de bairros residenciais planejados, tornando-se uma região com funções comerciais e residenciais.

Tabela 4
Dados Demográficos dos Distritos pertencentes às Subprefeituras

Subprefeituras	Distritos	Área (km ²)	População (2010)	Densidade Demográfica (Hab/km ²)
Jaçanã	Jaçanã	7.42	94.609	12,606.53
	Tremembé	57.48	197.258	3,184.87
	TOTAL	64.9	291.867	7.895,70
Pinheiros	Alto de Pinheiros	7.52	43.117	5,403.32
	Itaim Bibi	10.02	92.570	6,869.59
	Jardim Paulista	6.25	88.692	11,273.77
	Pinheiros	8.27	65.364	6,476.98
	TOTAL	32.06	463.804	7.505,89

Fonte: IBGE

Reale (1982) chama a atenção para as movimentações sociais da população local, nas quais sempre houve uma participação política vibrante através dos núcleos PSP³¹ nos anos 50. Desde o nascimento do bairro os comerciantes da região tiveram grande influência na modernização local, cobranças de melhorias urbanas junto à Prefeitura e empenho na fundação de jornais locais que visavam propagar seus ideais políticos e discutir com a sociedade os problemas locais. Os jornais Gazeta de Pinheiros e Jornal do Bairro, fundados nos anos 50 e existentes até hoje, são um bom exemplo da organização em torno de pautas específicas dos comerciantes.

A organização política dos comerciantes da região de Pinheiros em torno de pautas para a melhora estrutural do local - como melhor acesso através de meios de transporte, canalização de ruas e córregos, construção de vias de acesso - remonta as primeiras décadas do início do século XX. Desde a fundação do bairro sempre houve um forte envolvimento dos comerciantes na melhora da região a fim de garantir um bom

³¹ Partido Social Progressista, fundado por Ademar de Barros, em São Paulo em junho de 1946. Criado a partir do Partido Republicano Progressista, presidido pelo mesmo Ademar, foi o resultado de uma fusão que além do PRP juntou o Partido Agrário Nacional (PAN) e o Partido Popular Sindicalista (PPS). O principal espaço político do partido era o estado de São Paulo que elegeu Ademar como governador e prefeito de São Paulo durante a década de 40 e 50.

fluxo comercial. Fator este que colaborou para o planejamento de bairros de classe média alta e classe alta quando os futuros moradores buscavam fácil acesso de vias públicas e comércio próximo.

Na década de 90 o bairro da Vila Madalena transformou-se em um dos principais pólos atrativos de bares e restaurantes da cidade. A região firmou-se como referência na diversidade de bares com temáticas diferentes, casas de show e restaurantes. Lugares especializados em comida japonesa, nordestina, churrascos, pizzarias e casas de show de jazz, samba, MPB, bossa nova e forró passaram a atrair públicos com gostos diversificados. O que antes era um conjunto de bares localizados próximo a rua Aspícueta começou a expandir-se pelas ruas transversais e firmou-se por todo o bairro. Isto pode colaborar para que as relações comerciais ganhassem grande importância no desenvolvimento econômico local e influenciasse a política local por meio dos comerciantes que ganhavam cada vez mais espaço no cenário decisório. O público atraído pelos novos estabelecimentos comerciais possuía poder alto aquisitivo, constituindo a região em um lugar com bares chiques e caros.

Em resumo, a região nos dias atuais, pode ser identificada pelo alto poder aquisitivo de seus moradores e satisfação dos mesmos em residir em bairros com fácil acesso a comércios, equipamentos públicos e a pontos importantes da cidade. São características existentes desde a década de 30, quando se inicia a rápida urbanização na região. A tabela 5 nos dá alguns indícios da satisfação que os moradores da região têm com seu bairro. Mais de 50% dos entrevistados acreditam que ele é muito melhor em comparação a outros da cidade, e, em torno de 90% não tem intenção de se mudar. Fatores como estes se constituíram ao longo de décadas em um processo lento que, aos poucos, foi transformando a região em uma área de ativo comércio e boa infraestrutura para os bairros.

A tabela 5 nos permite observar algumas interessantes opiniões que os moradores têm sobre seu bairro. Quando questionados a visão que possuem sobre seu bairro em comparação a outros da cidade uma porcentagem relevante de moradores entrevistados em todos os distritos afirmaram que seu bairro é muito melhor. Algumas variações são significativas notando-se que distritos com maior acesso a bens culturais, com moradores com melhores recursos financeiros e mais perto do centro tem uma

visão melhor do seu bairro (caracterizado pelos altos índices de aprovação: 69% no Alto de Pinheiros e 52% em Pinheiros afirmaram ser o melhor bairro para se viver). Em oposição, as regiões mais periféricas como Jaçanã e Tremembé também são apontadas como *muito melhor*, e *um pouco melhor* em comparação a outros bairros da cidade. Isto nos revela que mesmo os distritos que apresentam as piores estruturas físicas, escasso acesso a meios de transporte e sentimento de insegurança por parte da população ainda sim revelam uma ligação emocional com seus moradores. Podemos supor que quesitos como a vizinhança, parentes que habitam próximo ao local de moradia do entrevistado e o conhecimento que se tem do bairro são critérios relevantes no momento de avaliar a satisfação dos moradores. Talvez isso seja um dos critérios que explicam a alta proporção de moradores que gostariam de permanecer no seu bairro em todos os distritos selecionados, o qual 93% dos moradores do Alto de Pinheiros, 90% em Pinheiros, 77% no Jaçanã e 70% no Tremembé gostariam de permanecer onde vivem atualmente.

A mesma tabela 5 indica os maiores problemas da rua onde os moradores entrevistados habitam. A principal preocupação dos moradores de Pinheiros e Alto de Pinheiros é o trânsito, respondendo por mais de 20% da principal preocupação. Interessante observar que este mesmo público é quem gasta menos tempo com deslocamento para chegar ao local de trabalho ou local de lazer, como relevado na tabela 2 em que o tempo médio é em torno de 20 minutos.

Os moradores dos distritos do Jaçanã e Tremembé apresentam como principal problema o calçamento, asfaltamento e buracos na calçada e nas ruas. Desmistificando a crença de que a principal preocupação das regiões periféricas é a violência e o acesso a bens e serviços este parece ser um problema secundário, uma vez que transporte não foi citado por nenhum morador e violência teve a mesma proporção que Pinheiros e Alto de Pinheiros. A segunda maior preocupação segundo os moradores foram as enchentes e a canalização dos esgotos revelando, prioridades diferentes para a manutenção da região. O tráfico e o consumo de drogas é sim um dos fatores que despertam preocupação nos moradores, mas não é necessariamente associado à violência como a pesquisa pode revelar.

Tabela 5
Visão dos moradores sobre seu bairro

(Perfil – resposta em %)

Perfil		Alto de Pinheiros	Pinheiros	Jaçanã	Tremembé
Comparação com outros bairros de SP	Muito melhor	69	52	22	29
	Um pouco melhor	23	32	34	28
	Igual	4	8	27	30
	Um pouco pior	1	1	10	9
	Muito pior	0	1	3	3
	Não sabe	4	4	3	1
Intenção de mudar de bairro	Gostaria de mudar	6	9	30	28
	Não gostaria de mudar	93	90	77	70
Principal problema da rua onde mora	Trânsito	25	21	9	4
	Poluição sonora	7	24	6	8
	Calçamento/ asfaltamento/ buraco	8	5	18	16
	Limpeza/ coleta de lixo/ sujeira na cidade	6	7	9	6
	Luz/ rede elétrica/ energia	4	2	11	9
	Segurança/ violência/ criminalidade	6	4	6	4
	Enchentes/ canalização de esgotos	1	2	11	15
	Transporte	3	0	0	0
	Tráfego e consumo de drogas	0	1	5	4
	Saneamento básico	1	0	4	3
	Vizinhança	0	0	1	1
	Comércio/ serviço local	1	2	1	1
	Meio ambiente/ poluição do ar	1	2	0	0
	Não tem problemas	33	26	17	22

* Dados extraídos da pesquisa DNA Paulistano, 2009.

3. Dados sobre a região do Jaçanã

O 73º distrito policial³² está localizado em uma região central do distrito censitário do Jaçanã. Este é um dos fatores que ajuda na locomoção daqueles que desejam ir até o distrito, pois há grande contingente de ônibus. Como já apontado anteriormente, há uma infinidade de bairros atendidos pelo distrito, compondo chácaras mais afastadas localizadas mais ao norte do Tremembé, bairros com características urbanas que englobam as grandes avenidas da região e as ocupações irregulares.

³² Localizado na Rua Paulo Lincoln de Vale Potim nº 744

A população que habita os distritos censitários do Jaçanã e Tremembé tem um perfil similar do ponto de vista socioeconômico. Há uma ínfima população com curso universitário, característica não só da população que frequenta o distrito policial, mas reflexo da região, na qual boa parte dos moradores tem ensino médio e fundamental. Quando observamos a tabela 1 – já apresentada – podemos perceber que ela exemplifica bem estes dados. Segundo ela, somente 13% da população do distrito do Jaçanã e 8% da população do Tremembé têm curso superior. Número abaixo da média da cidade e bem abaixo da região de Pinheiros e Alto de Pinheiros, como podemos comparar. Os baixos níveis não estão somente no grau de escolaridade, mas também se refletem na renda familiar mensal e na classificação econômica. Mais de 70% da população de ambos os distritos tem renda familiar mensal de até 5 salários mínimos, além de 53% estarem classificados economicamente como classe C.

Outro dado interessante é que os moradores desta região são jovens, segundo os mesmos dados apresentados na tabela 1, em que a média de idade desta população é de 36 anos, abaixo da média paulistana.

Constituem uma população que, em sua maioria, reside em casas (acima de 90%) como pode ser observado na tabela 2. O processo de verticalização ainda não chegou com o mesmo vigor que em outras áreas mais vulneráveis à especulação imobiliária, preservando alguns aspectos de qualidade de vida para uma região que carece de mais parques e praças. Ao mesmo tempo residir em casas pode trazer insegurança para os moradores, pois 19% da população do Jaçanã, quando entrevistada na pesquisa do Datafolha, afirmou ter sido vítima de invasão domiciliar no ano anterior a pesquisa, como podemos observar na tabela 6, que revela os índices de segurança dos distritos selecionados. É possível notar que os moradores do distrito do Jaçanã se sentem inseguros numa proporção acima de 50%. Um dos fatores que pode estar relacionado a isso são os altos índices de assaltos, roubo, agressão e invasão domiciliar. Como consequência dos altos índices de insegurança da população do Jaçanã, os moradores informaram utilizar o cão de guarda como a forma mais usual de resguardar o lar.

Tabela 6
Segurança

(Resposta em %)

Questões	Alto de Pinheiros ³³	Pinheiros ³⁴	Jaçanã ³⁵	Tremembé ³⁶	
ensação de segurança no bairro à noite	Muito seguro	33	32	16	24
	Mais ou menos seguro	39	33	29	38
	Um pouco inseguro	17	21	29	23
	Muito inseguro	11	13	26	15
Índice de assalto/roubo/agressão	Sim, no bairro	5	6	13	6
	Sim, na cidade de SP	4	4	4	3
	Sim, fora da cidade de SP	0	0	1	0
	Não foi assaltado, roubado ou agredido	91	90	82	90
Invasão domiciliar	Sim	6	5	19	6
	Não	94	94	81	93
Seqüestro relâmpago	Sim, no bairro	1	0	1	0
	Sim, na cidade de SP	0	0	0	0
	Sim, fora da cidade de SP	0	0	0	0
	Não sofreu seqüestro relâmpago	99	100	99	99
Parente ou amigo assassinado no último ano	Sim, no bairro	1	2	9	15
	Sim, na cidade de SP	3	2	9	6
	Sim, fora da cidade de SP	1	0	3	1
	Não teve parente ou amigo assassinado	95	96	78	78

**Dados extraídos da pesquisa DNA Paulistano, 2009. Pesquisa realizada em 2008, no qual as questões elaboradas questionavam sobre a existência do fato no ano anterior a entrevista.*

³³ Base ponderada: 209. Total nº absoluto: 310.

³⁴ Base ponderada: 297. Total nº absoluto: 308.

³⁵ Base ponderada: 254. Total nº absoluto: 301.

³⁶ Base ponderada: 464. Total nº absoluto: 307.

O perfil de hábitos, cultura e qualidade de vida da população do Jaçanã-Tremembé, indica que eles têm pouco acesso a espaços de lazer como cinemas, shoppings, ou uma rotina de viagens, como verificamos na tabela 2. São índices, que indicam um pior acesso a bens de consumo e bens culturais quando comparados às outras regiões que escolhemos.

Mais especificamente o distrito do Tremembé apresenta o maior contingente de moradores vivendo no mesmo espaço residencial de São Paulo: chegam a viver até 10 pessoas na mesma residência, com uma média de 3,7, verificável na tabela 1. Ainda assim, a parcela mais numerosa dessas famílias, vive com até dois salários mínimos mensais, como indica a pesquisa DNA Paulistano (2009, p.45). São dados que classificam a região como detentora de poucos recursos econômicos.

As características econômicas e culturais da população dos distritos do Jaçanã e Tremembé nos permite verificar que o perfil socioeconômico majoritário dessa população é de pessoas jovens, com ensino fundamental ou médio e maioria pertencente a classe C. Seu acesso a espaços comerciais e de lazer é reduzido, principalmente quando comparado aos distritos de Pinheiros e Alto de Pinheiros, evidenciando baixo poder aquisitivo e uma menor qualidade de vida.

Para além dessas características de perfil econômico, o bairro se constitui pela sua peculiaridade graças à fama propagada por Adoniran Barbosa. O Jaçanã ficou conhecido pela música Trem das Onze³⁷ em que é descrito como aquele bairro distante do tudo, mas que exemplifica seu grande valor emocional para os moradores, que compartilham o local com a família e com os amigos. Assim como na música, a parcela mais antiga de seus moradores carrega certo orgulho de pertencer a este bairro tradicional que, mesmo sem possuir os mesmos índices de qualidade de vida que outros em São Paulo, carrega valores culturais ligados à música tipicamente paulistana e conhecida nacionalmente. Amostra disto são as constantes referências que a população da região faz a Adoniran e as fotos dispostas na entrada do 73º DP, apreciadas nas fotos 8 e 9.

³⁷ Adoniram Barbosa, "Trem das Onze", em *Meus Momentos*, EMI, 1993, CD.



FOTO 8 – Imagem de Adoniram Barbosa na entrada do 73º DP.



FOTO 9 – Fotos no 73º DP com símbolos do bairro: pássaro Jaçanã que deu origem ao nome do bairro, trem que entrecortava o bairro e Adoniran na estação Jaçanã.

Apesar de configurar um bairro com sensação de insegurança grande, para parte da população, como revelado na pesquisa da Folha de S. Paulo³⁸, ainda permanece no Jaçanã certo ar interiorano nas regiões constituídas por chácaras. Há grande apego ao bairro por aqueles moradores mais antigos e envolvidos com sua história. Isto é reflexo de uma visão positiva sobre o bairro, revelada quando mais de 70% dos entrevistados afirmaram não ter a intenção de mudar e mais de 50% consideram um bairro melhor do que outros da cidade, como indica a tabela 5. Até mesmo porque o local é pólo turístico para quem quer conhecer o universo das composições de Adoniran e a famosa estátua feita em sua homenagem. O museu do bairro, chamado Associação Museu Memória do Jaçanã³⁹, mesmo que pouco divulgado, é uma expressão da paixão que a figura de Adoniran exerce sobre seus moradores. O nascimento do museu veio com a intenção de resgatar o pouco de história que há na região, uma vez que é um bairro que carece de informações sobre sua história e crescimento, diferentemente de Pinheiros e tantos outros para os quais há uma vasta bibliografia disponível.

Fundado no século XIX, em 1870, o Jaçanã é um bairro novo quando comparado a outros da cidade. Seu início se deu graças a crença de que na região havia ouro e por isso recebeu o nome de Uroguapira. Como tudo não passou de um grande boato, depois da frustração a população retirou o “ouro” do nome e ficou apenas Sítio Guapira, nome dado pelos indígenas para a região da Cantareira. O nome atual só lhe foi dado em 1930 quando o bairro passou a se chamar Jaçanã devido a grande quantidade de uma espécie de ave ribeirinha, também chamada de parrídea, que se caracteriza pelo tom avermelhado do peito.

Devido ao grande número de mendigos que a região abrigava em 1874 fundou-se o Asilo de Mendicidade Municipal - hoje denominado Hospital Geriátrico e de Convalescença Dom Pedro II - que passou a abrigar doentes e pessoas idosas. Acreditava-se que a região poderia beneficiar pessoas com a saúde mais fragilizada

³⁸ Dados melhor detalhados na pesquisa “DNA Paulistano”. Datafolha, Caderno “Cotidiano”, Publifolha. São Paulo, 2009; capítulo Jaçanã, pg. 34 a 36.

³⁹ Em 30 de dezembro de 1983, foi fundado o Museu Memória do Jaçanã, por Sílvio Bittencourt, com a presença de dona Matilde de Lourdes Rubinato, esposa de Adoniran Barbosa. Sílvio, com a colaboração de antigos moradores, reuniu histórias, fotos, jornais, livros e outros objetos para dar início ao registro da história do distrito. <http://www.museujacana.com.br/>

devido ao clima de colinas, e, por isso atraiu clínicas de recuperação, asilos, leprosários e sanatórios⁴⁰.

O crescimento residencial da região começou com a criação da estação de trem da Cantareira, que objetivava transportar materiais para construir uma adutora de reservatório de água da Cantareira para abastecer o centro da cidade. A foto 10 mostra o trem, movido a carvão, que entrecruzava o bairro no final do século XIX. O trem, em 1895, passou a transportar passageiros, sendo o primeiro transporte coletivo da região, e perdurou até 1965 quando foi desativado. O que ficou conhecido como Trem das Onze, na verdade era o trem das 22h30min, último horário com destino a Cantareira. A foto 11 mostra um momento histórico: Adoniran aguardando a chegada do trem da estação Jaçanã, na década de 30.



FOTO 10 – Trem movido a carvão que entrecruzava a região do Jaçanã no final do século XIX. (Fonte: Associação Museu Memória do Jaçanã).

⁴⁰ Outro hospital muito importante no bairro do Jaçanã é o atual Hospital São Luiz Gonzaga fundado em 1904 com o nome de Leprosário Guapira, mais conhecido também como Hospital de Lázarus.



FOTO 11 – Adoniran Barbosa na Estação Jaçanã, década de 30.

Os terrenos do entorno da estação eram, inicialmente, fazendas e sítios que aos poucos foram loteados e vendidos. O loteamento da região do Jaçanã ocorreu através dos irmãos Mazzei, que em 1934 o dividiram em glebas de terras e o venderam constituindo uma região de classe média baixa devido ao valor baixo dos terrenos. Desta forma se originaram os bairros Vila Mazzei, Vila Izolina Mazzei, Vila Nova Mazzei (PONCIANO,2002).

O valor baixo dos terrenos atraiu uma grande leva de imigrantes italianos. Isso ocorreu, principalmente, na região do Tremembé, antiga Vila Albertina. Esta região conseguiu um desenvolvimento urbano mínimo porque os novos moradores passaram a se organizar para melhorar a infra-estrutura da região. Eram eles quem se cotizavam para instalar luz elétrica e se organizavam para solicitar asfalto junto à prefeitura.

O progresso da região foi lento, mas sem interrupção e se constituiu por bairros eminentemente residenciais, pela inexistência de indústrias e boa qualidade de vida, graças às chácaras e vegetação que existia na região. Hoje, com uma população de 291.867 habitantes, como indica a tabela 4, as características residenciais ainda

permanecem sem receber um vertiginoso crescimento dos edifícios residenciais e comerciais, nem ruas exclusivamente comerciais. É uma região que, diferentemente de Pinheiros, nunca teve um passado comercial e possui uma história recente. Mesmo os loteamentos clandestinos que existem atualmente são recentes, e constituem ocupações das chácaras mais afastadas do centro da região⁴¹.

Algumas dessas ocupações se tornaram conhecidas pelos meios de comunicação há dois anos, quando ocorreram confrontos entre a população local e a polícia militar depois de pedidos de reintegração de posse de terrenos de ocupação ilegal, conhecidos como Morro do Serra Pelada. Contudo, após a retirada das ocupações, a população voltou a ocupar os terrenos novamente, constituindo novas moradias com características mais permanentes, como podemos ver nas fotos 12, 13 e 14.

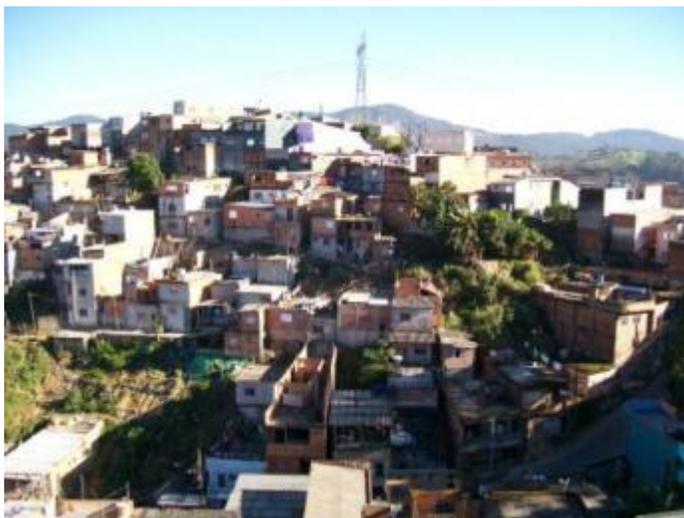


FOTO 12 – Ocupação irregular do Morro do Serra Pelada, no qual ocorreram vários conflitos com a polícia militar nos últimos dois anos devido às reintegrações de posse.

⁴¹ Fontes bibliográficas usadas para reconstituir a história do Jaçanã: Associação Museu Memória do Jaçanã: <http://www.museujacana.com.br/>- consulta realizada em: 28/12/2011. PONCIANO, Levino. Bairros Paulistanos de A a Z. 2ª Ed. Revista – São Paulo: Ed. SENAC, São Paulo, 2002. Sítio Prefeitura de São Paulo – subprefeitura do Jaçanã-Tremembé. www.prefeitura.sp.gov.br.



FOTO 13 – Favelas da região do Jaçanã.

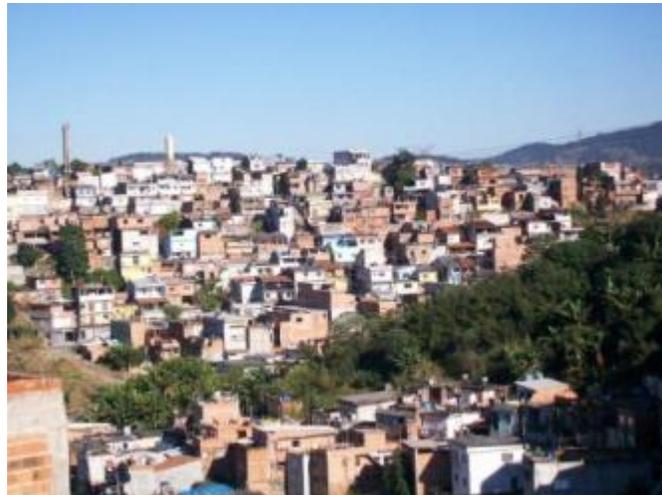


FOTO 14– Favelas da região do Jaçanã.

Por tudo isso a região do Jaçanã se revela em sua excentricidade em relação às demais da cidade e deve ser analisada com cautela nas afirmações comparativas. As entrevistas com os frequentadores do distrito policial e CONSEG revelaram um pouco das dicotomias dessa população, que se divide entre aqueles que visitam o distrito policial, circunscrito a uma classe econômica baixa e culturalmente pouco instruída. E outro grupo de moradores e comerciantes locais que participam ativamente da construção da imagem do bairro e estabelecem critérios rigorosos de análise quando o assunto é criminalidade, segurança e violência. Vejamos o que a pesquisa de campo nos revelou a partir dos capítulos que se seguem.

Capítulo 3

A PESQUISA DE CAMPO NOS DISTRITOS POLICIAIS DE PINHEIROS E JAÇANÃ

Este capítulo tem por objetivo apresentar a pesquisa de campo nos distritos policiais de Pinheiros e Jaçanã. Inicialmente, a observação centrou-se em dois distritos policiais de São Paulo cujas atividades durante o plantão foram acompanhadas ao longo do ano de 2011. É durante os plantões que se realiza a produção dos boletins de ocorrência. Esses espaços possibilitaram observações das relações sociais entre o público frequentador e os funcionários, assim como a interação entre estes e a comunidade do bairro. A partir da observação dessas interações, nosso intuito era apreender o capital social mobilizado nas relações sociais que ocorrem no interior dos distritos policiais.

O mesmo perfil socioeconômico dos moradores da região de Pinheiros e Jaçanã, apresentados no capítulo anterior, foi observado no público frequentador do 14º DP e do 73º DP. Esta constatação nos permitiu observar, ao longo da pesquisa, que as especificidades desse público, como grau de escolaridade e condição socioeconômica, são fatores que influem no comportamento das pessoas no interior do distrito policial, revelando a presença do capital cultural nas relações entre os funcionários mencionados e o público. Sigamos pelas leituras a fim de compreender como esses fatores influem no atendimento no interior dessas instituições.

As conclusões e sínteses que apresentaremos ao longo desta pesquisa são recorrências das observações feitas durante quatro meses de pesquisa de campo nos dois distritos policiais. Pesquisa esta que conseguiu acompanhar um total de 857 atendimentos, alguns dos quais resultaram em boletins de ocorrência e outros não, nos fornecendo importantes elementos de análise dos motivos que deslocam a população para os distritos policiais.

1. As observações de campo no 14º DP de Pinheiros

A pesquisa de campo no 14º DP de Pinheiros englobou como instrumento de coleta de dados, observações junto ao plantão do distrito, entrevistas com funcionários do DP e com o público frequentador que aguardava a confecção do boletim de ocorrência. O instrumento de coleta dos dados foi assim designado porque o tempo de permanência do público na instituição era de cerca de 4 horas, permitindo a realização de entrevistas durante o tempo em que o público aguardava atendimento. A realização da entrevista era dificultada quando solicitada após o atendimento, pois os convidados a participarem da pesquisa geralmente estavam cansados e com pressa.

O 14º Distrito Policial está localizado entre os movimentados bares da Vila Madalena e os intensos fluxos comerciais entre as ruas Teodoro Sampaio e Cardeal Arcoverde. É composto por um prédio de dois andares, como podemos observar na foto 15, com a seguinte organização: no térreo localizam-se o plantão para produção dos boletins de ocorrência, a sala do delegado de plantão e a carceragem; o primeiro andar é ocupado pelos setores dos escrivães, do delegado titular, do delegado assistente e pela 3ª Seccional, que responde por 19 distritos policiais de São Paulo (veja anexo 1). O lugar é limpo e tem espaço amplo, suficiente para atender o público, que aguarda em algumas cadeiras próximas à entrada do prédio. É comum a população se dirigir diretamente ao balcão de recepção (onde ocorre o atendimento) e ser informada que é necessário esperar nas cadeiras, distantes 10 metros do balcão. Não é um espaço que oferece informações úteis à população, como, por exemplo, endereços das Delegacias da Mulher, do Conselho Tutelar, da Ouvidoria ou mesmo da Corregedoria da Polícia. Segundo as declarações dos próprios funcionários, estas informações são repassadas ao público apenas quando solicitadas ou quando eles avaliam a necessidade de encaminhá-los a outros espaços institucionais.



FOTO 15 – Fachada atual do 14º DP em Pinheiros.

As observações de campo foram realizadas durante cinquenta visitas, entre maio e julho de 2011, junto ao plantão do 14º DP, em que se confeccionam os boletins de ocorrência (BO). O plantão possibilitou observar as diferenças nos tipos de casos que ocorrem conforme o dia da semana e horário de atendimento. O perfil do público varia muito, mas pode ser classificado em dois perfis principais: aquele que frequenta o DP durante os dias da semana e no horário comercial (até as 21hs), e aquele atendido nos finais de semana e em horário noturno. Estes perfis constituem duas realidades distintas que frequentam a mesma instituição. As observações foram realizadas em diferentes dias e horários da semana, a fim de apreender as especificidades de cada público, seu comportamento no espaço do distrito policial, as diferenciações de ocorrências conforme perfil socioeconômico e cultural e o comportamento dos funcionários do distrito.

As informações que compuseram o perfil socioeconômico, como grau de escolaridade, idade e origem do público visitante nos distritos policiais, foram obtidos a partir do banco de dados da Secretaria de Segurança Pública do estado de São Paulo. Tínhamos acesso a esse banco de dados no momento em que o funcionário o

acessava para confeccionar o boletim de ocorrência. Por meio do número do Registro Geral (RG), o funcionário tem acesso um banco de dados da população paulista, com informações sobre grau de escolaridade, idade, origem de nascimento, profissão, local de moradia. Esses dados nos ajudaram a associar o perfil socioeconômico e cultural do atendido ao tipo de crime que havia sofrido, que relataremos ao longo deste capítulo. Quando esses dados não estavam disponíveis no banco de dados, o funcionário perguntava ao atendido, possibilitando compor um quadro completo de informações.

1.1. O atendimento no distrito policial durante a noite

O público que frequenta o 14º DP nos períodos noturnos aos finais de semana modifica o ritmo costumeiro do local. O fluxo de pessoas aumenta entre a sexta-feira e o sábado à noite e domingo de madrugada, onde o entorno da Vila Madalena e do Largo da Batata atraem muita gente de outras regiões. Esse grande contingente de pessoas atraídas pelos espaços de lazer nesse período da semana modifica a rotina do distrito policial, que redefine viaturas (no caso da polícia militar) e atende um número bem maior de casos em relação ao restante da semana. Nos horários noturnos as ocorrências são tipificadas em: casos de assalto, brigas em bares e no trânsito, uso e venda de drogas, batidas de carro, depredação de espaço público ou privado e casos envolvendo prostituição. Aos finais de semanas, quando o distrito policial fica mais movimentado, exige-se maior demanda de trabalho dos funcionários de plantão, tanto os de atendimento no DP, quanto de investigadores, solicitados para realizarem perícias nos locais.

Após as 4 horas da madrugada, o distrito policial fica lotado com uma variedade de casos tão grande quanto o perfil do público que o frequenta. A grande quantidade de pessoas embriagadas torna as situações mais tensas e dificulta a condução dos casos, que muitas vezes resulta em prisões temporárias até a pessoa se acalmar para depor. Para os policiais esses dias são denominados “caos do plantão”, motivando, inclusive, comentários irônicos que recaem sobre os funcionários que trabalharão a partir da sexta-feira à noite. Fica claro porque, quando observadas as relações tensas entre os policiais e os envolvidos nos casos que, frequentemente, terminam em gritos e insultos

de ambos os lados, seguidos de prisão por desacato. Lidar com essas situações irrita os funcionários do DP, que costumam ter uma postura mais agressiva em relação à observada nos demais dias da semana, caracterizadas por atitudes intimidadoras, que objetivam controlar a situação.

O público do 14º DP, nas noites de final de semana, é composto, predominantemente, por frequentadores do bairro da Vila Madalena, ponto de encontro de bares e restaurantes chiques da cidade. A maior parte das vítimas dos casos que chegam ao distrito (com exceção dos donos de estabelecimentos comerciais) não é composta por moradores das imediações. O público vem de diversas regiões da área metropolitana de São Paulo, sem predominância de nenhuma região em específico.

As características desse público variam bastante, mas as vítimas de assaltos e furtos são, geralmente, pessoas abaixo de 35 anos, frequentadores dos bares e das casas de *show* da região. Já os casos que envolvem embriaguez, brigas nos bares e nas ruas são, geralmente, protagonizadas por jovens de até 25 anos. Quando esse jovem pertence a uma família com melhores recursos socioeconômicos, percebemos diferenças no acolhimento familiar através de um maior amparo familiar e jurídico. Era comum observar a família se deslocando para o DP durante a madrugada, mediando os casos dos filhos envolvidos e tentando uma negociação junto ao delegado. Os jovens com perfil socioeconômico menos favorável não contam com esse apoio e tendem a ficar presos por flagrante por mais tempo, até que ocorra a mediação de algum familiar ou amigo.

Outro grupo de frequentadores do DP nas madrugadas de final de semana são os proprietários de estabelecimentos comerciais dos bairros da Vila Madalena, Alto de Pinheiros, mediações da avenida Henrique Schaumann e da praça Panamericana. Sua presença no distrito policial é marcada por relatos de brigas e seus consequentes prejuízos, mas há também relatos de assaltos ocorridos contra seus clientes ou denúncias contra aqueles que não pagaram a conta. Observou-se, entretanto, que a relação entre os donos de estabelecimentos comerciais da região e os funcionários do DP é diferente da relação com o restante do público: eles recebem um tratamento menos repressivo e mais educado. Foi possível perceber algumas situações em que

ambos os lados já se conhecem, devido à grande frequência dos donos de comércio no distrito. Mas não há qualquer privilégio no atendimento, em relação aos que já estavam na fila, que segue noite adentro.

Há, também, por conseguinte, outro público frequentador do 14º DP nos finais de semana em horário noturno. São os frequentadores das casas de música nordestina e bares mais baratos, no entorno do Largo de Pinheiros, localizados entre a rua Pedroso de Moraes até imediações da estação Pinheiros da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos. Estes frequentadores constituem um público com um perfil sociocultural e econômico mais baixo e geralmente possuem grau de instrução até o Ensino fundamental. Muitos deles são nordestinos ou descendentes de nordestinos e seus gostos musicais selecionam casas de músicas e comidas típicas.

As observações no distrito policial mostraram que este público possui comportamentos que os distinguem do público frequentador dos bares da Vila Madalena e imediações da praça Panamericana. Quando se envolvem em algum caso que é encaminhado ao 14º DP, como por exemplo, quando são vítimas de assaltos, furtos ou brigas nos estabelecimentos, tentam inicialmente resolver sozinhos. A forma que utilizam para isso é tentando descobrir por si mesmos quem seriam os responsáveis pelo ônus sofrido e exigindo alguma reparação. O distrito policial aparece como última alternativa para eles. Mediar o conflito ou o assalto sofrido por meio da intervenção da polícia lhes parece uma alternativa distante e pouco eficiente. Por essa razão, as visitas ao DP são motivadas pelo envolvimento em brigas com os outros frequentadores do estabelecimento quando buscam solucionar seus problemas. Como um dos funcionários do distrito policial descreveu: este público “tem sangue quente”, “o sangue sobe junto com a peixeira”.

Os prostíbulos também são responsáveis pela chegada de outro público ao DP. Os casos que chegam são somente os mais graves, como assassinatos e lesões corporais, que resultam na intervenção da polícia militar e no encaminhamento do caso ao DP mais próximo. Raramente aparecem casos de roubo, furto ou brigas, porque estes são resolvidos entre os próprios seguranças dos estabelecimentos. Os

responsáveis por esses estabelecimentos negam a existência do prostíbulo, afirmando serem donos de casas de *show*. Muitos desses espaços foram fechados durante a ampliação do Largo de Pinheiros, com a construção da linha amarela do Metrô. Existem, atualmente, algumas políticas da prefeitura do município para fechar estes espaços, decretando-os insalubres ou declarando estarem funcionando sem alvará de funcionamento. Porém, ainda existem unidades que funcionam informalmente.

O período noturno no distrito policial é, sem dúvida, uma realidade distinta do período diurno, em que os casos encaminhados em geral acabaram de acontecer e os envolvidos, muitas vezes, estão alterados e têm posturas passionais. Há uma grande expectativa da população que frequenta o DP nesse horário em relação aos funcionários, que deseja formas de resolução imediata para seus problemas. A população demanda à instituição outras funções para além do simples registro policial das contravenções penais, como, por exemplo, a resolução dos desentendimentos e conflitos. Por conseguinte, a postura dos funcionários pode variar, ora assumindo a posição de mediador dos ocorridos caóticos, conversando com as partes envolvidas e aconselhando-as a refletir num momento posterior, com mais calma; ora utilizando sua autoridade para controlar os casos de desentendimento entre as partes envolvidas, chegando a ofendê-las e ameaçá-las de prisão. Observou-se que a postura agressiva é, com frequência, a mais utilizada no período noturno se comparado ao período diurno.

Notou-se que essa diferença de comportamento dos funcionários do distrito policial corresponde a uma variação do tipo de público que frequenta o espaço. Posturas passionais do público, que geralmente envolvem casos de embriaguez, brigas na rua ou nos estabelecimentos, são tratados de forma mais agressiva e com tom de voz mais alto por parte dos policiais. Geralmente são casos que envolvem o público com menores condições socioeconômicas e culturais, como, por exemplo, os nordestinos e descendentes que frequentam os bares mais baratos da região. O público mais jovem, quando se envolve em brigas ou casos de porte ou consumo de drogas também recebe um atendimento agressivo da polícia. Agressividade esta que só é amenizada quando o jovem pertence a uma família culturalmente e socialmente melhor posicionada na organização social, que intervém a seu favor.

O público que chega ao distrito embriagado ou envolvido em conflitos em bares costuma receber formas ofensivas de tratamento pela polícia. Observamos certa frequência da polícia em classificar os envolvidos como vagabundos que tendem a dar mais trabalho para eles em vez de ficar em casa. Um exemplo que se repetia com frequência foi o envolvimento de cinco jovens em uma briga de bar, os quais três deles afirmavam terem sido ofendidos e ameaçados por dois deles. Os acusados de terem iniciado a briga acusavam os outros três de terem provocado a situação. A disposição dos policiais para resolver este tipo de conflito era nula, chegando a ofender o grupo, chamando-os de vagabundos e ameaçando-os de prendê-los se não ficassem quietos⁴².

É possível perceber que os policiais pré-formulam uma imagem a respeito desse público e o trata melhor ou pior conforme essa pré-definição. Segundo eles, esse tratamento é justificável porque esse público é pouco dialogável e “só respeita policial quando este fala grosso”. Então seu comportamento agressivo se justifica para manter a ordem no distrito num momento em que há muita gente e que exige deles maior autoridade.

1.2. O atendimento no distrito policial durante o dia

Em oposição ao perfil do público atendido no horário noturno dos finais de semana está o público frequentador nos dias da semana e em horários comerciais, até as 21 horas. O ambiente no local do atendimento encontra-se menos tumultuado, se

⁴² Transcrição de um trecho do diálogo:

Os policiais militares solicitados para atender ao chamado de briga chegam com cinco jovens as 3:40h da madrugada de sábado no 14ºDP. Eles eram acusados de briga dentro de uma casa de show. O delegado de plantão de reporta a eles dizendo: “o que esses vagabundos fizeram agora?” Cada um conta a versão de forma resumida antes de se abrir qualquer processo. O delegado pede para chamar o dono do bar e pergunta se houve algum prejuízo. Ele afirma que sim, que houve cadeiras, copos e pratos que foram quebrados. O delegado se dirige novamente ao grupo e afirma: “- Eu devia obrigar vocês a trabalharem pra pagar o prejuízo que fizeram, bando de vagabundo! Vocês acham que é fácil estar aqui de plantão em vez de estar com a minha família pra cuidar de vagabundo como vocês? Já que você tem tanta energia pra gastar a noite porque não vão trabalhar? O que vocês fazem da vida?” Boa parte deles responde que é estudante de comunicação. “- Estudante? Então é vagabundo mesmo! Não faz nada além de ser sustentado pelo pai... Moura, vai lá e coloca eles na escada, porque vai demorar o atendimento. Quem sabe assim sossega o faixo de vocês! Porque vai ficar aqui até o dia raiar!” se vocês me derem problema hoje vão conhecer o que é estar preso. Acho bom calarem a boca e ficar lá. O delegado se dirige para o dono do estabelecimento e diz que pela fila vai demorar bastante para ser atendido o caso. O comerciante afirma que vai esperar.

comparado ao noturno, uma vez que o fato criminoso já aconteceu há algumas horas ou dias e as expectativas de resolução do público são menores. Seu comportamento também é menos passional, o que facilita a condução dos trabalhos pelos funcionários.

O público é muito variado, constituindo-se tanto por moradores dos bairros do entorno como por transeuntes e trabalhadores das áreas comerciais. O que segmenta o público em dois grupos diferenciados, conforme o local de residência: moradores e não moradores da região. O grupo constituído por pessoas que não residem nos bairros atendidos pelo DP são vítimas dos mais diversos crimes, identificados nos boletins de ocorrência, como furtos e roubos de carteira, carro, celulares, estendendo-se para outros tipos menos comuns de registro de boletins, como brigas de rua, extorsão, desaparecimentos e boletins de óbito para casos atendidos no hospital das Clínicas. Incluem-se, geralmente, entre os casos envolvendo flagrante, moradores de áreas mais periféricas da cidade. Este grupo apresenta nível de instrução mais baixo, tendo, geralmente, ensino fundamental ou médio.

O público acima referendado tem como característica marcante a forma como apresentam seus casos no momento da confecção do boletim de ocorrência. Geralmente descrevem e adjetivam os envolvidos nos fatos como pessoas boas ou más, denotando forte carga moralista⁴³ na construção dos fatos e na rotulação dos envolvidos. Evidenciam-se a passionalidade e a emotividade como elementos utilizados para se expressarem. Têm por hábito lamentarem-se pelo ocorrido e sempre se

⁴³ No âmbito das ciências humanas há uma diferenciação entre o conceito de *moral* e de *ética*. Ambos são juízos de correção sobre o que é certo ou errado. Contudo as diferenças variam conforme distintas interpretações dos autores. Para Jürgen Habermas a moral responde a questões mais universais, do que é bom para todos. Ela teria uma função mais geral e filosófica sobre as necessidades humanas. Já a ética, para o mesmo autor, seria uma moral centrada em necessidades específicas, circunscritas segundo uma comunidade, cultura ou grupo social. Nas palavras do autor: *“Emancipação é um tipo especial de autoexperiência porque nela os processos de autoentendimento se entrecruzam com um ganho de autonomia. Nela se ligam ideias ‘éticas’ e ‘morais’.* Se for verdade que nas questões ‘éticas’ nós procuramos obter clareza sobre quem nós somos e quem nós gostaríamos de ser, e que nas questões ‘morais’ nós gostaríamos de saber o que é igualmente bom para todos, então é possível afirmar que na conscientização emancipatória, as ideias morais estão conectadas a uma nova autocompreensão ética.” (Habermas, J. *Passado como Futuro*. Tradução por Flávio B. Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1993 p. 99). Nesta pesquisa nós utilizaremos o conceito de moral porque a concepção do grupo observado em campo remete a questões universais, segundo seu ponto de vista. Não seriam questões passíveis de interpretação conforme o grupo, mas partem do princípio de que suas percepções morais de sociedade são inquestionáveis e compartilhadas por toda a sociedade.

identificam como vítima do fato, que merece atenção e compaixão do funcionário produtor do boletim. Não importa muito se o declarante foi a vítima ou a parte envolvida em uma briga ou assalto, o que é exposto condiz com a condição de vítima em que ele se encontra. Podemos dizer que ocorre uma *catarse*⁴⁴ dos indivíduos com menor condição socioeconômica e cultural, um momento de teatralização que decorre, em parte, da necessidade de desabafar a angústia sentida no momento do fato e, em parte, para convencer o funcionário da importância do caso e da sua inocência.

Esta *catarse* é materializada através de choros, berros e um discurso que tenta, a todo instante, convencer o funcionário de que o fato ocorrido não foi sua responsabilidade, mas da outra parte envolvida. Nos casos em que a vítima foi assaltada, sua tentativa é de convencer o funcionário que não houve descuido de sua parte. Nos casos envolvendo batidas de carro o declarante tenta convencer de que não houve imprudência. Nos casos que envolvem flagrante o acusado tenta convencer que esta foi a primeira vez que se envolveu num crime ou, então, que há um engano, que renderam a pessoa errada.

Um exemplo das categorias morais empregadas por este público condiz com o caso de uma mulher que acusava a atual esposa de seu ex-marido de atacá-la no meio da rua. O motivo da *catarse* da declarante não foi causado pelo fato de ela ter sofrido lesões no rosto, mas pela tentativa de convencer os funcionários do DP que a acusada era mau caráter e oportunista, por ter se envolvido com seu ex-marido quando ainda eram casados. Sua indignação era motivada pelo fato de, nas palavras da declarante, uma mulher que “rouba marido das outras, estar solta por aí”, e exigia sua prisão. Sua declaração adjetivava as ações da acusada por meio de acusações pessoais, envolvendo sua vida íntima, com as quais não havia qualquer associação com o fato que a levou ao distrito.

⁴⁴ O termo *catarse* apresenta uma série de significados que podem estar vinculados à Psicologia, à Antropologia ou à Filosofia. Nesta pesquisa o significado empregado remete ao conceito de Aristóteles, quando define *catarse* pelo efeito de “purificação” produzido sobre os expectadores por uma representação dramática. Para a Psicologia, a *catarse* é um método terapêutico que visa resolver um problema subjetivo por meio de uma crise emocional, interpretação a qual nos apropriamos.

A característica mais marcante nessas observações foi a presença de um “discurso da vitimização” que predomina nas classes com menor instrução e menor condição socioeconômica. Um discurso que sempre associa os acusados a quem são os “bons” e os “maus” indivíduos envolvidos no caso. Esse componente moralista na descrição dos fatos foi verificado em diversas circunstâncias: em batidas de trânsito, brigas de rua, furtos no espaço de trabalho, entre outros. Podemos afirmar que há uma recorrência na produção desses discursos quando os declarantes com este perfil sociocultural vão ao distrito policial.

O público não morador do entorno, quando se vê vítima, estabelece com o distrito policial grande expectativa na resolução do seu caso. Suas expectativas se dão no âmbito da moral, ou seja, expectativas de uma ação policial que lhe beneficie, porque ele se auto-reconhece como uma pessoa honesta, que se comporta corretamente na sociedade. Por esse motivo, seria merecedor de compaixão da polícia. Para esse público, convencer o escrivão que lhe atende de sua integridade e responsabilidade familiar (“pai ou mãe de família”) são fatores essenciais para ter seu caso investigado com maior determinação. Atribuímos este comportamento, em parte, por desconhecerem as funções e os papéis dos funcionários no interior do DP, o que explica a confusão da função do escrivão com a do investigador. Dessa forma, se reforça a expectativa de que produzir um boletim de ocorrência é sinônimo de ter seu caso investigado e, conseqüentemente, de ter o Estado intervindo ao seu favor, participando do seu “drama”.

Ao longo das observações foi possível averiguar que as grandes expectativas desse público sobre o papel do distrito policial são criadas, muitas vezes, devido à ínfima infraestrutura das regiões em que vivem. O distrito policial é visto como um espaço acessível dentre os equipamentos públicos, uma vez que seu horário de atendimento possibilita seu acesso 24 horas, além de apresentarem menores restrições burocráticas quando comparadas as instituições jurídicas. O distrito policial está disponível todos os dias e horas da semana, e precisa ter sempre a presença de uma autoridade de plantão. Ninguém é impedido de entrar no DP, sendo comum se encontrar pessoas embriagadas, com problemas mentais, moradores de rua ou

transtornadas adentrando o espaço para solicitar ajuda, dormindo nos bancos do plantão de atendimento junto com seus cachorros. A postura agressiva dos funcionários com relação a esse público só ocorria quando esse público se dirigia a eles para solicitar algo, caso contrário, era-lhes permitido permanecer no espaço. Para o público que se dirige ao DP para conversar com uma autoridade de plantão o acesso a essa instituição significa a possibilidade de pedir ajuda ao Estado. Suas demandas correspondem a solicitações imediatas, como a possibilidade do Estado lhes ajudar a resolver seu drama pessoal. Um bom exemplo desse comportamento, condizente com a conduta dos requisitantes no DP, é quando pessoas que, em uma postura humilde, adentravam o distrito de cabeça baixa e evitando olhar nos olhos de quem os atendia. A forma como se dirigiam aos funcionários era de subalternidade, referindo-se a todos como “doutor”. O distrito policial, para eles, assumia uma função de instituição de caridade, pronta para ajudá-los a resolver seus dramas pessoais e para atender suas solicitações de favor.

Já o público morador da região apresenta outro perfil e outro comportamento dentro do distrito policial. A maioria possui nível de instrução superior completo e condição socioeconômica mais alta em relação ao público não morador na região. Isto significa que o público morador que frequenta o distrito tem o mesmo perfil da média da população local (ver tabela 1). Os casos mais comuns identificados são: assalto a residências e roubos de carro, de *notebooks* e celulares, geralmente à mão armada. São casos que envolvem perda de patrimônio, característica marcante desse público. Porém, apesar da situação de violência vivida no momento, a forma como se apresentam para a produção do boletim de ocorrência é a de aparente tranquilidade, e a descrição dos fatos ocorre de forma detalhada, bastante técnica e com ares de neutralidade. O processo de catarse raramente ocorre, salvo algumas exceções de casos acompanhados por pessoas acima de 80 anos, que tendem a construir um cenário de vitimização pela sua idade⁴⁵. Com exceção aos casos mais pontuais, a

⁴⁵ Um desses casos foi o de uma senhora, síndica de um edifício, que toda vez que era acusada de furto da verba do condomínio por algum condômino (já era a sexta vez em menos de dois meses que relatava o mesmo ocorrido) se dirigia ao DP para fazer um boletim de ocorrência por difamação. Um dos funcionários, já irritado com a situação, lhe disse que se ela aparecesse mais uma vez para confeccionar outro boletim sobre o mesmo tema, ele mesmo investigaria a situação para saber se ela,

população com melhores recursos econômicos e melhor instrução se relaciona com os funcionários do plantão em uma condição de igualdade e não de subalternidade, conforme o relatado com relação à maioria do público com baixo nível de escolaridade. Esse público tinha clareza do seu direito de registrar uma queixa ou denúncia junto ao Estado.

As expectativas do grupo com melhores recursos junto ao funcionário que lhe atende são voltadas, geralmente, a somente produzir o boletim de ocorrência, sem demandar que sejam feitas intervenções ou que se assumam posições que lhes sejam favoráveis. Não há expectativas em convencer o funcionário de que se é vítima de determinada situação injusta. A instituição policial, para este grupo, assume uma função instrumental, ou seja, a produção do boletim de ocorrência é apenas uma pequena parte de um longo processo do judiciário para se conseguir resolver seu problema. Suas demandas se caracterizam apenas pelo direito de registrar o fato e utilizar o boletim para outras etapas do processo jurídico. O distrito policial, assim como o boletim de ocorrência, é mais um instrumento de acesso à justiça, e não a justiça em si.

O papel instrumental que o distrito policial assume para os moradores da região pode ser exemplificado com casos de brigas entre vizinhos. Esse tipo de caso foi largamente observado no distrito do Jaçanã, porém, o comportamento e demanda dos frequentadores era totalmente diferente. No Jaçanã, as brigas entre vizinhos são casos em que, costumeiramente, há demanda de intervenção do policial pelos envolvidos e é acompanhado do processo de catarse, com discussões dentro da instituição. Entretanto, no 14^o DP, as raras reclamações que ocorreram envolvendo esse tema revelaram outra expectativa de resolução do caso. Um bom exemplo se remete ao caso de um casal que desejava fazer um boletim de ocorrência contra seus vizinhos devido ao barulho que estes haviam feito na madrugada do dia anterior. Eles informaram ao funcionário que iriam utilizar o boletim de ocorrência como mais uma das provas apresentadas ao judiciário contra seus vizinhos. O boletim representava apenas mais uma das várias provas necessárias para um fim determinado.

de fato, furtava dinheiro dos condôminos.

Este tipo de postura não ocorre em casos isolados. Representa uma recorrência de comportamento desse público, que se estende também em casos de roubos de casa e carro, estelionato, prisão por pensão, falsificação de documentação, entre tantos outros. O boletim de ocorrência, para esse público, significa apenas mais uma ferramenta necessária ao desenrolar do processo nos órgãos judiciários que, de fato, têm condições de julgar e resolver suas demandas. O boletim não tem valor resolutivo em si, não é um fim em si mesmo, mas uma das várias etapas necessárias para o indivíduo acessar o sistema judiciário, ou para acionar a seguradora do carro, ou da casa, ou cumprir uma formalidade de roubo e repassar as características do assaltante. Suas demandas estão restritas a um boletim que contenha, de forma detalhada e técnica, os fatos, e nada mais além disso. O distrito policial é visto por esse grupo como um dos vários instrumentos que o Estado oferece no processo penal brasileiro e responde a um fim determinado, que é a formalização de uma queixa ou denúncia. Há uma clareza, por parte desse público, de que o distrito tem limitações na resolução do seu problema⁴⁶.

Da mesma forma em que há disparidades de comportamento do público conforme sua posição socioeconômica, também ocorre o sentido inverso, em que os policiais também exercem distintas formas de tratamento conforme o grupo de frequentadores. Um dos fatos que mais chamaram a atenção durante as observações de campo foi a diferença de informações cedidas aos frequentadores pelos funcionários, cujas informações essenciais

⁴⁶ Segue alguns casos que exemplificam estas afirmações:

Caso A: Chega uma jovem acompanhada de sua mãe solicitando fazer um boletim de ocorrência por ter sofrido assalto a mão armada em sua casa localizada no Alto de Pinheiros. Elas solicitavam bastante riqueza nos detalhes para que pudessem acionar a seguradora da casa e, para isso, necessitavam de uma descrição policial com o maior número de detalhes das coisas que foram assaltadas.

Caso B: um senhor dirigiu-se ao DP para a produção de boletim de ocorrência porque ele havia estacionado o carro em frente à garagem de uma casa e o dono da residência o ameaçou e arranhou o carro dele. Ele desejava mover uma ação contra o dono da residência para pagar os prejuízos do seu carro. O reclamante possuía em torno de 60 anos e era engenheiro.

Caso C: solicitação de boletim de ocorrência por um homem em torno de 40 anos devido a roubo de carro a mão armada na região próximo a rua Oscar Freire. O pedido objetivava a acionar o seguro do carro.

Caso D: solicitação de uma série de clientes de uma casa lotérica na região que reclamavam terem pagado contas das mais diversas na lotérica e o estabelecimento não efetuou o pagamento junto às instituições. Os clientes desejavam utilizar o boletim para processar a casa lotérica pelos prejuízos sofridos.

para o devido andamento do caso eram ou não disponibilizadas conforme o tipo de caso e público atendido.

Essas diferenciações talvez tenham sido as mais difíceis de apreender ao longo da pesquisa de campo, porque nossa sensação inicial era de que todo o público é mal atendido, revelando certa homogeneidade nesse quesito. Foi comum encontrar funcionários cansados e com pouca paciência quanto às dúvidas do público, evitando qualquer diálogo que não fosse o essencial para colher as informações. Frases do tipo: “só me responda o que eu te perguntar” eram comumente proferidas pelos funcionários do plantão ao atendido. Houve, até mesmo, situações em que o público desejava produzir um boletim de ocorrência e o funcionário se negava a fazê-lo afirmando não ser necessário para o caso relatado ainda na triagem, ou ainda posturas rudes que inibiam o solicitante. Porém, durante as semanas de observação, foi possível perceber que alguns atendidos recebiam informações essenciais sobre órgãos e procedimentos necessários para dar prosseguimento ao seu caso.

Um exemplo de informação essencial diz respeito ao *procedimento “representação”*. Termo definido pelo Código do Processo Penal, a “representação” da vítima junto ao setor responsável é fundamental para a continuação do caso, em que alguns crimes exigem que o ofendido faça uma representação criminal. A *representação criminal* é uma confirmação de que o ofendido deseja ver a pessoa que cometeu o crime ser processada. Pelo Código do Processo Penal⁴⁷ as possibilidades de um boletim de ocorrência chegar a virar inquérito policial podem dar-se quando ocorre um flagrante, nesse caso a investigação é aberta automaticamente, ou quando o declarante do boletim de ocorrência formaliza sua vontade por meio do pedido de representação. Isso ocorre para a abertura de inquérito policial, cuja solicitação é feita junto ao departamento dos escrivães, no andar superior, na 3ª Seccional. Assim, a *representação* é fator fundamental na transformação do boletim de ocorrência em inquérito policial, quando não flagrante, e conseqüente investigação do caso para encaminhamento ao judiciário.

⁴⁷ Casos descritos no Código do Processo Penal para a abertura de inquérito policial:

TÍTULO II - DO INQUÉRITO POLICIAL

§ 4º O inquérito, nos crimes em que a ação pública depender de representação, não poderá sem ela ser iniciado.

§ 5º Nos crimes de ação privada, a autoridade policial somente poderá proceder a inquérito a requerimento de quem tenha qualidade para intentá-la.

Nesta pesquisa, um dos métodos utilizados para compreender a dinâmica das visitas nos distritos policiais foi a realização de entrevistas com alguns frequentadores dos distritos (ver anexo 2). Uma das perguntas feitas ao público era: *Você conhece o procedimento “representação” após efetuar seu boletim de ocorrência?* Verificamos que cerca de 94% dos frequentadores informaram desconhecer o procedimento “representação”, principalmente quando vindos de grupos sociais com menor condição socioeconômica e escolaridade. Mesmo o grupo com formação universitária não vinculado a área do Direito afirmaram não conhecer os procedimentos internos ao distrito policial e os caminhos necessários para ter seu caso investigado. A tabela 3 indica de forma detalhada a porcentagem do público que conhecia este procedimento⁴⁸. É possível observar que apenas 6% dos entrevistados têm conhecimento da representação, ou seja, apenas 3 dos 51 entrevistados. Dentre os que têm conhecimento sobre o procedimento a maioria possui nível universitário. Obviamente, os dados numéricos das entrevistas não têm relevância estatística que leve à alguma afirmação mais geral, mas podem suscitar interessantes observações quanto à ausência de informação que boa parte da população recebe para dar encaminhamento ao seu caso. Essa constatação explica, em parte, porque uma parcela razoável da população acredita que somente a produção do boletim de ocorrência é suficiente para iniciar a investigação do seu caso.

Tabela 3

Entrevistados que conheciam o procedimento “Representação”⁴⁹

Perfil: grau de escolaridade por bairro	Ensino fundamental completo/incompleto		Ensino médio completo/incompleto		Ensino universitário completo/incompleto*		Total
	Conhece	Não conhece	Conhece	Não conhece	Conhece	Não conhece	
Pinheiros	0	1	0	2	0	4	7

⁴⁸ As entrevistas foram feitas com os frequentadores dos distritos policiais 14º DP e 73º DP e englobavam uma série de questões das quais muitas não foram utilizadas na elaboração desta dissertação de mestrado. No anexo “Roteiro 1 de entrevistas” é possível observar quais questões foram postas aos entrevistados e os objetivos das perguntas.

⁴⁹ A tabela 3 apresenta as respostas dos 51 entrevistados no 14º DP e no 73º DP segmentada pelo grau de escolaridade e local de moradia. A pergunta feita ao público era: *Você conhece o procedimento “representação” após efetuar seu boletim de ocorrência?*

Alto de Pinheiros	0	0	0	1	1	3	5
Cerqueira César	0	0	0	2	0	3	5
Vila Madalena	0	0	0	0	1	2	3
Jacaná	0	3	0	2	0	1	6
Tremembé	0	4	1	2	0	0	7
Vila Mazzei	0	3	0	1	0	0	4
Parque Casa de Pedra	0	2	0	1	0	0	3
Vila Germinal	0	3	0	0	0	0	3
Jardim Filhos da Terra	0	3	0	1	0	0	4
Outros bairros	0	3	0	1	0	0	4
Total	0	22	1	13	2	13	51

* Exclui profissionais da área do Direito ou que trabalham com o campo jurídico.

Nas observações realizadas nos distritos policiais a “representação” era um procedimento raramente informado ao frequentador. Quando os funcionários foram questionados quanto à ausência desta informação no atendimento dos plantões a resposta foi categórica: *“esta informação se encontra escrita ao final do boletim de ocorrência, constando ciência do ofendido quanto ao prazo de seis meses para representação. Por isso, não tem como dizer que eles não sabem que é necessário representar”*. Mas nas entrevistas com os frequentadores ficou claro que o termo *representar* fora totalmente ignorado na leitura do documento e ninguém se propunha a perguntar a algum funcionário o significado do termo.

Entretanto, não podemos afirmar que as informações sobre a necessidade de fazer a “representação” não era repassada ao público, uma vez que havia alguns frequentadores do distrito que recebiam informação sobre o procedimento. O critério de escolha dos frequentadores não seguia padrões socioculturais ou econômicos, como imaginado *a priori*, mas o critério era o tipo de crime e suas provas. Aqueles casos em que, segundo os critérios dos investigadores, tinham maior possibilidade de resolução, despertavam maior interesse no funcionário do plantão. Dessa forma, as perguntas necessárias para a confecção do boletim eram mais densas e iam além das perguntas padrão, como endereço, objetos furtados e a devida descrição do ocorrido. Eram

solicitadas descrições mais minuciosas da aparência do acusado, local do crime e hora, aparência da arma, bem como características do assalto, como tom de voz utilizado etc.

Os casos que despertavam o interesse dos funcionários geralmente eram aqueles em que havia grande quantidade de provas (como imagens de vídeo ou outros vestígios evidentes), em que se sabia o autor do crime (incluindo local de moradia ou local de trabalho), em que havia crimes frequentes cometidos pelo mesmo criminoso (reconhecido segundo a fisionomia do acusado e local comum de atuação), ou em que os crimes repercutiram nos meios de comunicação. De uma forma geral, os casos que despertavam interesse dos investigadores eram aqueles que havia um acompanhamento pelos meios de comunicação ou aqueles que eram de fácil resolução, com detalhes do criminoso e provas irrefutáveis. Os casos que apresentavam estas características eram favorecidos, havendo, por conseguinte, maiores esclarecimentos e informações aos frequentadores quanto à necessidade de fazer a representação para dar prosseguimento ao caso.

Um exemplo de como o tipo do crime e suas provas influenciam no repasse de informações condiz com um dos boletins feitos no 14º DP em que três pessoas tiveram seus notebooks roubados na avenida Faria Lima por um homem bem vestido que portava uma pistola. A investigadora de plantão, que atendia ao lado da escrivã, demonstrou grande interesse pelo caso porque os policiais já estavam procurando um assaltante com as mesmas características do descrito por eles. Informações sobre o exato local do assalto, sobre a forma de abordagem do assaltante e sobre o modelo da pistola foram solicitados pela investigadora a fim de que estas informações pudessem colaborar para identificar os locais onde o assaltante atuava. Era possível observar que a quantidade de provas e a facilidade de encontrar o assaltante foi determinante para o interesse da equipe investigativa.

Como exemplo oposto ao caso anterior destaca-se um assalto ao Goethe-Institut, em São Paulo, no qual dois homens furtaram 20 notebooks no momento do *coffee-break* de um seminário que recebia grupos de pesquisadores alemães. Todas as vítimas se dirigiram ao distrito policial na expectativa de que houvesse investigações

policiais e para descrever os assaltantes. A formalidade foi cumprida com a produção do boletim de ocorrência e a solicitação de imagens das câmeras de segurança ao responsável pelo Instituto. Porém, no local do assalto, não havia câmeras que identificassem os criminosos, o que culminou no desinteresse pelo caso por parte dos investigadores.

Apesar dos dois casos selecionados terem o mesmo objeto roubado – *notebooks* – foi a quantidade de provas que determinou a forma como os funcionários do distrito conduziram as interrogações e repassaram as informações ao público sobre os procedimentos necessários. Outro exemplo foi o caso, já descrito anteriormente, do casal que formalizou uma queixa de barulho contra seus vizinhos e receberam todas as informações necessárias, incluindo a de *representação*. Em casos envolvendo batidas de carro com feridos, atropelamentos em que o número da placa foi anotado, crimes em que havia filmagens disponíveis, obtinha-se informações do procedimento “representação”.

O 14º DP possibilitou fazermos comparações do atendimento dedicado ao público quando possuem melhor ou pior índices socioeconômicos e culturais. Vimos que quando o público possui uma forma mais clara e imparcial de se expressar recebe um atendimento mais educado e, no sentido oposto, quando tem dificuldade de se expressar, ou fazem isso de forma passional, há uma resistência dos funcionários em conduzir esses casos, agindo de forma mais agressiva. O processo catártico que uma parte da população utiliza para se expressar é característica de um grupo social que usa essa ferramenta para convencer o funcionário e para desabafar a angústia em que se encontra. De certa forma, as ferramentas de comunicação que esta população apresenta quando procuram um DP é reflexo do meio cultural em que estão inseridos. Meio este formado pelo ambiente social, pelas escolas, pelos cursos, relações fixadas e linguagem específica, constituindo um ambiente próprio daqueles que possuem uma condição cultural e financeira similar. O capital cultural revelou-se, assim, elemento fundamental que o indivíduo detém e que influencia no momento do atendimento no distrito policial. Veremos isso de forma mais detalhada no capítulo 5.

Com base nas observações feitas no distrito policial de Pinheiros fez-se necessário acompanhar outro distrito, a fim de averiguar se as observações ocorriam de forma pontual apenas nesse local ou havia uma recorrência no tratamento da polícia despendido à população. O outro distrito policial selecionado foi o do Jaçanã, cujos motivos de escolha já indicamos anteriormente.

2. As observações de campo no 73º DP do Jaçanã

O 73º distrito policial⁵⁰ está localizado em uma região central do distrito censitário, e é polo de outros três distritos policiais do Jaçanã e Tremembé, o que significa que, durante o período noturno aos finais de semana, o 73º DP é a única unidade policial que se encontra aberta para receber casos urgentes. O espaço de atendimento é composto por um balcão responsável por fazer uma triagem dos casos a fim de averiguar se os casos correspondem àquela unidade policial ou se são, de fato, casos que necessitam de boletim de ocorrência. A população, após a triagem, aguarda nas cadeiras ao lado para o atendimento em uma das três salas individuais. É possível observar a organização espacial do 73º DP pelas fotos 16 e 17.

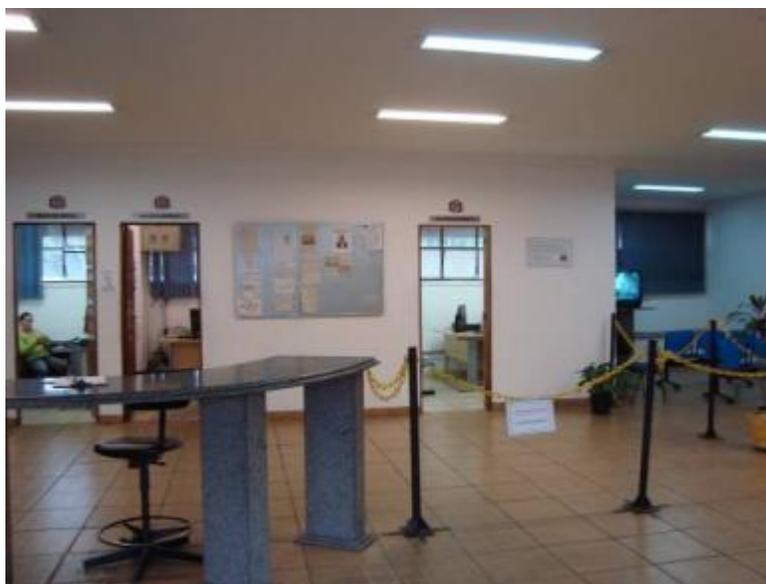


FOTO 16 – Local de recepção do público no 73º DP, no qual, à direita, estão localizadas as cadeiras para aguardar atendimento e, ao centro, as salas de atendimento.

⁵⁰ Localizado na rua Paulo Lincoln de Vale Potim nº 744



FOTO 17 – Fachada do 73º DP do Jaçanã-Tremembé.

Como definição espacial da área de atuação do 73º DP, os limites são o rio Cabuçu, a avenida Coronel Sezefredo Fagundes, e as ruas Manoel Benjamim Gaia e a Rua Sotomano, como já observados no mapa 5. O grande contingente de bairros atendidos faz com que o 73º DP produza um alto índice de boletins de ocorrência, tendo sido 11 000 boletins emitidos entre janeiro e outubro de 2011 e com a previsão do delegado titular de emissão de 15 000 até o final do ano de 2011. Pela sua dimensão espacial, se espera que haja grande variedade de casos atendidos, principalmente porque os bairros englobados se dividem em urbanos e chácaras mais afastadas.

Os perfis dos casos atendidos são bem diferentes dos acompanhados no 14º DP. A diversidade de casos que se apresentam no plantão vão desde violência doméstica – muito comum nesses bairros – até casos de conflitos com indígenas, devido às famílias Fulni-ô que convivem de forma mais ou menos isolada nas chácaras no norte do distrito⁵¹. Há casos, também, que envolvem estrangeiros, dado a grande

⁵¹ Os Fulni-ô são povos indígenas originários da região conhecida como “Polígono das Secas”, no município de Águas Belas, no estado de Pernambuco, que migraram para a região do Jaçanã a mais de 100 anos, mas continuam tentando manter algumas de suas tradições. Na região, sobrevivem da produção de artesanatos, bonés e camisetas, cuja matéria-prima recebem dos índios Fulni-ô de Pernambuco. Fonte: Índios na cidade de São Paulo. Comissão Pró-índio de São Paulo. Disponível em: <<http://www.cpisp.org.br/pdf/indios1.pdf>>. Consulta realizada em: 28/12/2011.

concentração de bolivianos que habitam a região e costumeiramente se envolvem em brigas entre vizinhos. A complexidade da região se completa com os bairros onde residem moradores com alto poder aquisitivo, como é o caso do bairro da Água Fria. No restante, de acordo com as informações passadas pelo delegado titular, a maioria do público frequentador do distrito é composto por pessoas pertencentes à classe D, com nível de instrução até, no máximo, ensino médio completo. Muito raramente aparecem frequentadores com curso superior, algo já observado quando caracterizamos a região no capítulo anterior.

Durante as quatro semanas que estivemos observando o 73º DP, entre os meses de agosto e setembro, foram acompanhados 500 atendimentos. Foi possível perceber algumas recorrências importantes quanto aos tipos de caso, ao comportamento do público e ao atendimento dos funcionários. O público frequentador é formado, majoritariamente, por jovens entre 16 e 30 anos, com nível de instrução até o ensino médio e residentes dos bairros do entorno. É um público com menor poder aquisitivo, reflexo da constituição histórica da região, como vimos no capítulo anterior. Diferentemente do distrito policial de Pinheiros, onde ocorre uma segmentação de público em diferentes níveis socioeconômicos e de escolaridade, no Jaçanã a quase totalidade dos frequentadores do distrito possuem recursos econômicos inferiores e possuem baixa escolaridade.

Há, também, uma recorrência no perfil dos casos, além do perfil socioeconômico dos frequentadores do distrito. São casos que, em sua maioria, envolvem conflitos familiares ou de vizinhança, constituindo-se em problemas de relacionamento e de ordem pessoal. É raro observar casos envolvendo usurpação de patrimônio, como ocorre no 14º DP. Foram comuns, também, as ocorrências de casos de violência sexual contra crianças, maus tratos e pedofilia que, no geral, não chegavam por meio do plantão, mas de denúncias em outros âmbitos⁵², como por exemplo, no Disque Denúncia. No mais, o 73º DP atende, basicamente, ocorrências de conflitos pessoais.

⁵² O fato das denúncias de mau trato infantil ou abuso sexual não chegarem diretamente ao plantão não permitiu um acompanhamento mais detalhado dos casos, uma vez que o objetivo desta pesquisa era observar o espaço de contato entre a população e os funcionários dos distritos policiais. O recorte não

Evidenciaram-se inúmeros casos de conflitos entre vizinhos nas ocorrências relatadas pelo público. Os motivos eram os mais variados, desde espancamento, passando por furto de comida e de roupas no varal (aliás, muito recorrente) até casos envolvendo traição entre cônjuges. Esses casos geralmente vinham acompanhados do processo catártico de berros, brigas e choros já descrito na etnografia do 14º DP, porém com maior frequência. O momento de catarse dos frequentadores parecia objetivar tanto o extravasamento da angústia momentânea quanto influir no atendimento do funcionário, na tentativa de convencê-lo da importância do seu caso e de vê-lo solidário com sua dor e seu problema. O *“discurso da vitimização”*, no qual predomina as descrições dos fatos com componentes moralistas, foi recorrente nesses casos. O atendimento se mostrava um reconforto psicológico, em decorrência de se poder falar e ter alguém para ouvir. O discurso de um escrivão evidencia o que acabamos de relatar: *“a delegacia é mais um espaço social e de assistência psicológica do que um espaço de cunho criminal”*. Era visível esta demanda por parte da população quando se tratava de envolvidos nos conflitos de relacionamento com vizinhos.

Ir ao distrito policial para resolver um conflito de relacionamento era, também, a busca por uma autoridade do Estado capaz de organizar a vida social e definir quem está certo ou quem está errado. A procura da população pelo distrito objetivava, muitas vezes, buscar uma autoridade externa ao conflito para mediar qual das partes tinha razão, a fim de finalizá-lo. Era comum que as partes envolvidas no caso se dirigissem ao distrito para que, no momento do atendimento, as visões da situação fossem expostas e que o atendente pudesse tomar decisões para resolver o conflito.

Este mesmo comportamento foi, também, verificado em casos de brigas em família e casos de brigas entre motoristas no trânsito, os quais se encaminhavam para o distrito policial na intenção de confeccionar um boletim de ocorrência que consolidasse seu ponto de vista dos fatos como verdadeiro. Ter um documento apresentando o seu ponto de vista e com o timbre oficial do governo era, para o declarante, uma espécie de oficialização da sua versão como a verdade, era a

permitiu tal abrangência, apesar do interesse na temática e desta especificidade que o 73º DP apresentou em relação aos outros distritos policiais.

legitimação do seu discurso. Não havia a compreensão, por parte do declarante, de que o boletim de ocorrência era apenas uma das interpretações do conflito.

No âmbito dessa percepção, um dos casos acompanhados pode ser exemplar, no qual um pai desejava fazer um boletim de ocorrência contra a mãe de seu filho que, segundo ele, havia espancado a criança que se encontrava em seus braços. Pouco depois a mãe chegou ao distrito e iniciou-se uma discussão no balcão de atendimento. A mulher aparentava estar bastante preocupada com a possibilidade da confecção do boletim, o que poderia fazê-la perder o direito de permanecer com a criança. A discussão iniciada seguia no sentido de convencer os investigadores, escrivães e delegado sobre suas versões da história, a fim de que os funcionários pudessem determinar a guarda da criança naquele exato momento. O envolvimento de outros membros das famílias que iam chegando tinha por objetivo que se tornassem testemunhas da versão de uma das partes e se definisse qual dos lados possuía o discurso legítimo. O fato relatado retrata um pouco da pretensão da população em estabelecer o espaço do distrito policial como um pequeno fórum imediato de julgamento e decisão, com direito a testemunhas e escuta das versões de ambos os lados.

Observam-se, cotidianamente, demandas da população feitas aos funcionários para formar um pequeno fórum de justiça adaptado, em que fosse decidido e julgado, no plantão, qual das partes possuía o discurso legítimo e qual seria o encaminhamento posterior, semelhante às ações dos fóruns especiais de pequenas causas. As demandas estendiam-se, também, à formação de instâncias de julgamento e consequente resolução do conflito. Não havia, por parte da população, distinção das funções da polícia e do judiciário ou clareza quanto aos trâmites necessários para se constituir um julgamento no judiciário.

Outra demanda da população junto à polícia era, muitas vezes, relacionada a funções que não lhe correspondiam institucionalmente e que iam além das práticas tipicamente “judiciárias”, como, por exemplo, casos em que o pedido do declarante era de dar um “susto” no acusado, mas não necessariamente prendê-lo ou levar sua queixa

adiante. Havia, ainda, demanda para que a função da polícia fosse a de ordenador da vida social, não no sentido circunscrito à Constituição Federal, que o define como responsável pela “*preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio*” (Art.144 da Constituição de 1988), mas no sentido em que a polícia adentrasse seus conflitos pessoais, os mediasse e tomasse decisões, mesmo que, para isso, fosse necessário não cumprir leis. As solicitações podiam ser direcionadas para o campo da ilegalidade, uma vez que a demanda era por finalizar conflitos a partir da defesa de um ponto de vista, seguido por dar um “susto” no acusado, mesmo que, para isso, ocorresse a violação dos direitos do acusado e a intransigência policial.

A resposta dos policiais a estas demandas caminhava em dois sentidos: em aceitar a demanda da população e estabelecer esses pequenos fóruns, ou em ignorar as solicitações, ponderando quanto à impossibilidade da polícia cumprir este papel. As atitudes dos funcionários de plantão variavam conforme a sua disposição. No primeiro caso, mais comum entre casos que envolviam conflitos entre familiares, vizinhos e motoristas no trânsito, os policiais estabeleciam pequenos espaços de escuta, a fim de saber a versão de cada uma das partes. A “forma de resolução” do conflito ocorria por meio de ameaças a uma das partes e/ou discursos quanto à capacidade dos envolvidos resolverem o problema de forma amigável sem a presença da polícia. Quando algum envolvido interrompia a manifestação do outro, geralmente o policial respondia com gritos e ameaças de prendê-lo caso este não o deixasse dar andamento no caso. Esta era a forma como controlavam a população em momentos que consideravam como “violação da ordem”, como um deles declarou.

No outro extremo, foi verificado o comportamento do policial de plantão que dificilmente respondia às expectativas do solicitante. Em vários casos, os funcionários se mostravam indiferentes aos comentários carregados de carga emocional e se recusavam a escutar os detalhes que não convinham à produção do boletim de ocorrência. Com um “ar desconfiado” a tudo que escutavam, os funcionários frequentemente teciam, entre eles, algum comentário sobre as histórias que as pessoas “inventavam” para parecerem ter a razão. Descreviam fatos de mães ou pais que denunciavam o(a) parceiro(a) por violação sexual dos filhos, objetivando a prisão do(a)

parceiro(a) e, ao longo da investigação, se averiguava que não houve qualquer consumação sexual entre o adulto e a criança. Esses eram casos descritos por eles como exemplares, que suscitam desconfiança, *a priori*, de qualquer declaração ao longo da jornada de trabalho. Mesmo os casos mais simples, como boletins feitos contra as agências bancárias relatando saques indevidos, eram analisados como exemplos de pessoas mal intencionadas, que utilizavam do distrito policial para ter algum benefício junto ao banco.

Dentre os procedimentos utilizados pelos funcionários para atender às diversas demandas da população, havia a elaboração do *boletim não criminal*, caracterizado por um documento intitulado boletim de ocorrência e constando a descrição dos fatos, mas sem conter o número do registro necessário para adentrar no banco de dados estatísticos da Secretaria de Segurança Pública. Constituía-se por um simples “papel” sem poder legal entregue aos frequentadores que, segundo os funcionários, atendia às expectativas do solicitante de sair do distrito policial com “alguma coisa escrita”. Como dito pelos funcionários, este era um procedimento comum adotado em casos em que o solicitante se negava a ir embora sem um boletim de ocorrência, como casos de perda de documentos, conflitos entre vizinhos, e casos não classificados no Código do Processo Penal.

A presença da rodovia Fernão Dias entrecortando a região atendida também trazia demandas diferenciadas dos demais distritos policiais. Uma grande quantidade de roubo de carga e sequestro de motoristas se apresentava no cotidiano do distrito policial. Contudo, apesar da situação estressante pela qual motoristas passaram durante o sequestro, no momento de descrever os fatos sua situação emocional era tranquila, sem demonstrações catárticas ou dramaticidade, se comparadas com os casos de relacionamento familiares e entre vizinhos. As expectativas de resolução desses casos pareciam ser menores, uma vez que casos que envolvem patrimônio, como roubo, furto ou sequestro relâmpago são mais difíceis de serem averiguados devido à ausência de informações a respeito do acusado. A expectativa do grupo de caminhoneiros quando estes se dirigem ao distrito é de apenas formalizar o ocorrido, sem a necessidade de convencer o funcionário da sua vitimidade.

O distrito não atuava flagrantes durante a semana e os casos da região eram encaminhados para o 20º DP. Somente nos finais de semana, o 73º DP se transformava em polo da região, no qual era o único distrito aberto para receber todos os casos, o que modificava completamente sua rotina. Os principais casos eram relacionados ao tráfico de drogas, com apreensão de pequenas e grandes quantidades de droga (principalmente maconha e cocaína). Casos, também, envolvendo roubo de moto era a segunda ocorrência mais comum. Contudo, apesar do flagrante, o processo de observação desses casos foi limitado, porque não havia autorização da equipe policial responsável do período para acompanhar os primeiros interrogatórios com os investigadores e o delegado de plantão.

Nesse período da semana a rotina se modificava, e mesmo os funcionários que faziam o plantão eram outros. Tinham uma postura mais agressiva e conversavam pouco entre eles. As exceções ocorriam quando discutiam questões operacionais como transporte dos presos, responsabilidade da confecção dos documentos do flagrante, retirada das impressões digitais do preso etc. Quando se dirigiam ao preso tinham por hábito fazê-lo com uma postura vexatória, ofendendo-os e xingando-os nos mais diferentes momentos. As poucas circunstâncias em que acompanhamos essas atitudes foram no momento do interrogatório, no momento de recolher as impressões digitais, medir a altura e na entrega da comida.

Os funcionários presentes nos plantões durante a semana apresentavam uma postura mais educada. Um em particular se destacava em dar informações úteis à população, como explicar de forma didática as etapas necessárias de um processo investigativo, encaminhar para possíveis lugares mais adequados a dar andamento ao caso, como encaminhar o solicitante aos fóruns de justiça cível, ou informar maneiras de como proceder diante de determinado cenário familiar. Havia a consciência por parte do funcionário de que as demandas do público eram por espaços de conciliação e escuta de suas angústias e necessidades, ou para afirmar seu caráter honesto e a injustiça pela qual estavam passando.

Apesar da clareza dos funcionários quanto às necessidades psicológicas do público por acolhimento e apoio, o que se via era um descaso quanto às necessidades da população. Quando ocorria o processo catártico do declarante ou casos em que o declarante tinha dificuldade de se expressar foi comum observar uma postura agressiva do funcionário no momento do atendimento. Quando isso acontecia, o funcionário apresentava irritação e cansaço no momento do atendimento.

Com frequência, foi observado algum funcionário desestimulando a pessoa a fazer um boletim de ocorrência por meio de posturas ásperas, informando a inviabilidade de o caso ser resolvido pela polícia, solicitando informações que o declarante não possuía, ou se negando a produzir um boletim quando estava relacionado a problemas de ordem pessoal. Todas eram posturas que causavam grande impacto no atendido e o deixava sem reação, uma vez que a expectativa do declarante era a de buscar um espaço para ajudá-lo a resolver seu problema. As observações acompanharam as seguintes variedades de casos recebendo este tratamento: caso envolvendo difamação, brigas entre vizinhos, lesão corporal, brigas entre familiares, furtos de comida, compras indevidas que gerou protesto do nome do reclamante no SERASA, denúncias de carros clonados e violência contra a mulher.

Este último exemplo era recorrente no distrito e se observava um tratamento ruim em relação às frequentadoras. Era comum ver o funcionário produtor do boletim de ocorrência tentando fazer a mulher desistir de denunciar o parceiro. Faziam isto de diversas formas: questionando se ela teria outra pessoa para lhe dar apoio porque senão não conseguiria continuar os trâmites; através de demandas burocráticas como pedir que ela apresentasse testemunhas e provas que seriam necessárias ao juiz, questionando-a como sobreviveria sem a ajuda financeira do parceiro. Foram situações que as desestimulavam a continuar a queixa, principalmente quando não tinham respostas para as questões indagadas. Para os funcionários essas *“eram mulheres que, sem apoio familiar iriam desistir de continuar os trâmites necessários. Mulheres que, se não denunciaram logo na primeira vez agora só utilizavam da delegacia para dar um “susto” no parceiro e não para revolver a situação de fato”*.

Um caso foi exemplar, dentre as observadas de violência contra a mulher, que se deu quando uma mãe, acompanhada de sua filha, desejava denunciar seu marido por uma violência física ocorrida há dois dias. Sua manifestação descrevia uma briga entre a filha ali presente e o pai. Para evitar o espancamento da filha, a mulher assumiu a frente, defendendo-a, e apanhou, apresentando hematomas em braços e pernas. O pai, que chegou logo após no distrito, tentou contar sua versão da história para o funcionário que atendia sua esposa. Contudo, o funcionário reagiu com agressividade e o ameaçou com uma arma caso não fosse embora. Dizia-lhe para tentar ser *“homem agora na frente de uma arma, se ele era tão macho assim”*. Afirmou que se não saísse de sua sala o prenderia. Nas declarações da mãe, percebia-se que sua preocupação, quando esta foi atendida pelo escrivão, era em como resolver a partilha dos bens familiares, como a casa e o caminhão. Esta preocupação gerou grande irritabilidade no escrivão, e seu esforço foi no sentido de desestimulá-la a continuar os trâmites necessários, utilizando-se, para isto, de uma descrição confusa do necessário para acionar a Lei Maria da Penha, da infinidade dos trâmites necessários para conseguir afastar o acusado da casa, informando a pequena probabilidade de resolução do caso e das consequências que haveriam caso ela estivesse mentindo. A própria filha, que se encontrava junto à mãe, passou a desestimulá-la a continuar o processo. Estas eram as formas mais comuns de se desestimular a declarante, principalmente em situações em que ela se sentia completamente sozinha e abandonada pelos amigos e familiares. Segundo a afirmação do próprio escrivão, não compensava continuar o caso se elas, de fato, não iriam dar prosseguimento nos trâmites, e isto só geraria *“mais papelada para a delegacia”*. Suas palavras foram marcantes no sentido de afirmar que este tipo de caso lhe irritava imensamente porque estas mulheres se dirigiram ao distrito policial sem, contudo, ter clareza do que desejavam da instituição. *“A própria filha está contra a mãe, não quer que o pai seja preso... Como ela vai levar isso pra frente? Isso não vai acontecer. Então não adianta ela vir aqui reclamar. Ela não tem força pra isso, vai desistir”*, comentou.

O escrivão solicitou à declarante que aguardasse o retorno da delegada de plantão para resolver sua situação. Após seu retorno, a delegada a chamou e a

questionou se desejava seguir com a representação, termo que claramente não foi entendido pela mulher. Sua única resposta foi: “*eu só quero que ele pare de me bater, porque isto acontece há muitos anos*”. A delegada interpretou que, como ela não afirmou interesse explícito em representar, apenas fariam um boletim⁵³, porque sua intenção era a de dar um “susto” no marido. Mais uma vez a falta de conhecimento burocrático dos trâmites do distrito policial se apresentava como empecilho na condução do caso pela declarante, exemplificado pela falta de conhecimento do procedimento “representar”.

Foi comum verificar situações em que o solicitante se sentia inibido pelo comportamento dos funcionários, principalmente quando se tratava de mulheres sozinhas, pouco instruídas e que relatavam casos de agressões, injúrias e calúnias. A situação de fragilidade emocional da mulher era evidente quando vítima de casos de violência, principalmente quando se encontrava numa situação solitária com relação à família, a amigos e vizinhos, sem apoio dos conhecidos. Essa evidente insegurança da depoente a tornava mais dependente do funcionário o que o demandava maior cuidado. Contudo, as cenas apresentadas revelaram que casos com este perfil foram tratados de forma menos cuidadosa, o que, costumeiramente, desembocavam em crises de choro da depoente e falas de desestímulo do escrivão. As consequências foram: mulheres totalmente descrentes na ação do Estado e da polícia em conseguir ter amparo para o seu caso.

O comportamento dos funcionários nesses casos seguia uma recorrência e representa bem os casos envolvendo principalmente mulheres de baixa renda e com pouca instrução. A pesquisa indicou que elas são o grupo mais vulnerável no espaço do distrito policial, tanto pelo atendimento que recebem quanto pela falta de apoio familiar quando denunciam o parceiro. Não foi verificado no 73º DP o encaminhamento de nenhum caso de violência contra a mulher para algum distrito especializado, como as

⁵³ Nesse caso em específico não temos como informar se o boletim de ocorrência elaborado foi do tipo “não criminal” ou adentrou os dados estatísticos da Secretaria de Segurança Pública. Como a situação estava tumultuada e a delegada de plantão retornava de férias não havia abertura para perguntar aos funcionários envolvidos qual o andamento dado ao caso. A irritabilidade do escrivão e da delegada restringiu nossa participação no caso.

Delegacias de Defesa da Mulher (DDM). Somente casos em que o boletim de ocorrência foi aberto em outro distrito policial, a instrução seguia em retornar ao mesmo distrito para acrescentar dados quando necessário.

Além da emotividade no momento do atendimento, outro fator que irritava os funcionários era a pouca clareza da apresentação dos fatos pelo declarante. O público com menor nível de instrução apresentava grande dificuldade em expressar os fatos, confundindo a ordem cronológica ou não tendo dados fundamentais, como o nome (e não o apelido) ou o endereço do acusado quando o conhecia. A ausência de informações essenciais para a construção do boletim gerava estresse no escrivão, que geralmente respondia a isto com falas grosseiras e um tom de voz que inibia o solicitante. Na visão dos funcionários, era um absurdo ir a uma delegacia e pegar quatro horas de fila sem ter os dados completos. Eram posturas classificadas por eles como desleixo do público.

Nos casos observados no 73º DP, nos quais o declarante possuía maior grau de escolaridade (ensino médio completo) ou melhor condição socioeconômica, a relação com os funcionários e com o espaço institucional era distinta. A apresentação dos fatos era relatada mais claramente e de forma menos emotiva, facilitando a produção do boletim de ocorrência com ideias mais organizadas, que demandavam do atendente menor esforço na compreensão dos fatos. A forma como se dirigiam aos funcionários era diferente, retratando os fatos de forma mais imparcial. Esses casos, geralmente, envolviam dano ao patrimônio, como, por exemplo, invasão domiciliar.

3. Comparando os distritos policiais

Apresentamos neste capítulo algumas similaridades no atendimento despendido ao público do 14º DP e do 73º DP. Observar os distritos localizados em regiões com perfis de públicos distintos possibilitou fazer comparações quanto aos quesitos escolaridade e poder aquisitivo. Este procedimento teve por objetivo entender qual o impacto que estes fatores têm no atendimento dado à população. Nossa principal observação foi a de que fatores, como grau de instrução e nível socioeconômico do

público, não são determinantes no atendimento despendido ao mesmo. Por outro lado, esses fatores colaboram para que o indivíduo adquira recursos jurídicos e conhecimento sobre o funcionamento do distrito, o que lhe possibilita utilizá-los em função de suas necessidades.

As observações indicaram que um melhor atendimento está mais associado às formas como o público se expressa (de forma clara e sem emotividade) e pelo tipo de crime (com provas irrefutáveis e facilidade de localizar o acusado) do que quesitos econômico-culturais. Quando avaliamos a forma como a pessoa se expressa – de forma mais clara e racionalizada – não podemos descartar o fato de que ela mobiliza códigos adquiridos socialmente, em ambientes que possuem o domínio do saber, e os utiliza a seu favor. O capital cultural, nessa perspectiva, se revelou o principal mecanismo que interfere na forma como a pessoa se expressa e consegue um melhor atendimento nos DPs acompanhados. Esse melhor atendimento ocorre devido à forma como o declarante se expressa, o que possibilita ao funcionário e ao declarante se comunicarem por meio dos mesmos códigos de linguagem. Aqueles que não conseguem se comunicar pelos códigos de linguagem comuns aos funcionários do distrito tendem a sofrer sanções dos mais diferentes tipos, desde ser ignorado nas suas solicitações até sofrer um atendimento mais ríspido.

Nesse capítulo analisamos os dados provenientes da pesquisa de campo nos distritos policiais de Pinheiros e Jaçanã, a partir de comparações do tratamento despendido à população. Observamos que fatores como melhor escolaridade e condição socioeconômica dos frequentadores, em si, não determinam um melhor atendimento nos distritos policiais. Constatamos, entretanto, que estes são fatores que podem colaborar nos recursos utilizados pelos indivíduos a fim de obter melhores informações e suporte jurídico adequado para não serem revitimados no momento do atendimento. Um dos fatores que se mostrou, de fato, determinante para um melhor atendimento foi a forma como o declarante se expressa, ou seja, de forma mais inteligível e menos emotiva, o que nos permite afirmar que o capital cultural tem papel decisivo para um bom atendimento nos distritos policiais pesquisados.

Capítulo 4

O USO DO CAPITAL SOCIAL NAS INSTÂNCIAS PARTICIPATIVAS: OS CONSELHOS COMUNITÁRIOS DE SEGURANÇA

No capítulo anterior constatamos a importância do *capital cultural* para que haja um bom atendimento aos frequentadores dos distritos policiais de Pinheiros e Jaçanã. No entanto, um dos objetivos da pesquisa era conhecer as redes de relações que pudessem influenciar um melhor atendimento, nos mostrando o uso do *capital social* no interior do DP. Observamos que mesmo a população bem atendida no plantão não nos forneceu indícios suficientes para afirmarmos que o declarante poderia interferir no processo investigativo por meio de redes de relações, beneficiando-se disso de alguma forma. Apesar da riqueza das observações de campo nos dois distritos policiais não havia nenhum indício claro do uso do capital social pelos frequentadores, restringindo-se, apenas, ao uso do capital cultural. O fato de algum declarante conhecer algum funcionário ou policial e, por essa razão, ter uma recepção acolhedora não implicava, necessariamente, na alteração da rotina do plantão.

Sendo assim, as observações indicam que os plantões dos DPs pesquisados não se revelaram, num primeiro momento, espaços onde o capital social se forma ou onde é possível apreendê-lo. A posse e uso do capital cultural foi, de fato, o mecanismo que se revelou eficiente para que haja um melhor atendimento, por meio de códigos de conduta e de linguagem comum entre funcionários e público possuidor desse capital. No entanto, não foram descartados outros espaços passíveis de identificarmos o uso do capital social. Isto pôde ser melhor explorado quando, durante as entrevistas com os funcionários dos distritos e, principalmente, com os delegados titulares, averiguamos que o principal meio de contato entre a população e os responsáveis pelos distritos policiais eram os Conselhos Comunitários de Segurança (CONSEGs). Era nos CONSEGs que os representantes da polícia civil e militar estavam disponíveis para escutar e negociar com a população soluções para os problemas dos seus bairros.

No intuito de descobrir o fluxo do capital social e sua origem, nossa pesquisa nos conduziu a alguns importantes espaços utilizados pelos moradores e comerciantes dos bairros, quando estes buscavam uma solução eficiente para um problema de conflitos interpessoais. A principal referência indicada pelos nossos informantes foram os CONSEGs, revelando-se importantes espaços de articulação feitos por meio de relações pessoais e do estabelecimento de contatos estratégicos, que visavam, em última análise, resolver problemas dos moradores.

A estrutura organizativa do CONSEG facilita esse espaço de contato, cuja função é discutir, analisar, planejar, avaliar e acompanhar a solução dos problemas de proteção social nos distritos e regiões onde a comunidade local habita. Nos Conselhos Comunitários de Segurança, é obrigatória a presença de representantes da polícia civil, da polícia militar e da sociedade civil, cujo número de conselheiros pode variar conforme o número de habitantes do município ou da região. Através de reuniões mensais o CONSEG organiza suas prioridades e seus próprios objetivos que podem ser:

“1 - Planejar a ação comunitária de segurança e avaliar seus resultados; 2 - Integrar a população e a polícia na tarefa de conseguir segurança para a população; 3 - Acompanhar a ação da polícia em benefício da comunidade; 4 - Levar diretamente à Secretaria de Segurança as reivindicações e queixas da comunidade; 5 - Desenvolver campanhas educativas, visando orientar a população sobre condições e formas de segurança; 6 - Trabalhar junto à população, à polícia e ao governo para combater as causas que gerem a criminalidade e a violência em geral”⁵⁴

Segundo a Secretaria de Segurança Pública, os Conselhos Comunitários de Segurança se definem como uma instituição de difusão e defesa dos conceitos dos direitos humanos na sociedade (Doc. SSP, 2004). Os CONSEGs foram criados no governo estadual de Franco Montoro, em 1985. São compostos por membros natos e membros efetivos. Os membros natos são os delegados de polícia civil e os capitães da Polícia Militar, responsáveis pela área circunscrita pelos CONSEGs. Desde 2002, foram incorporados a participação obrigatória da Guarda Civil Metropolitana (GCM) e de

⁵⁴ Fonte: Manual para fundação do CONSEG. Disponível em: <<http://www.cotianet.com.br/seg/quetxt.htm>>. Consulta realizada em: 20/9/2011.

representantes das subprefeituras nas reuniões dos Consegs. São membros que possuem cadeira fixa no conselho. Já os membros efetivos são todos aqueles que não são membros natos, podendo-se tratar de participantes assíduos ou visitantes.

Os membros natos têm a possibilidade de veto diante de alguma proposta, mas devem decidir de forma colegiada⁵⁵. O próprio regulamento do CONSEG do Estado de São Paulo apresenta uma série de artigos que possibilita aos membros natos controlar as votações, controlar a lisura das eleições, impugnar a participação de algum membro efetivo, controlar as pautas das reuniões e controlar a representação externa do presidente. Eles também não estão subordinados à Comissão de Ética e Disciplina, os quais somente respondem a seus superiores hierárquicos, como consta na *Seção XI, Dos deveres dos escalões policiais superiores*. O regulamento do CONSEG permite ampla ação política e administrativa dos membros natos e limita os poderes dos membros eleitos pela comunidade, como o presidente e o vice-presidente.

A diretoria do CONSEG é formada pelos membros natos e pelos membros eleitos a cada dois anos, nos quais são eleitos presidente e vice-presidente. Os demais membros da diretoria são indicados pelo presidente e compõem os seguintes cargos: dois secretários, o Diretor Social e o de Assuntos Comunitários e mais três membros da Comissão de Ética e Disciplina.

As observações de campo junto aos CONSEGs do Jaçanã e de Pinheiros ocorreram entre os meses de setembro e dezembro de 2011 e puderam constatar diferenças entre eles. Observamos alguns fatores que influenciam na dinâmica do conselho, como as diferenças de perfil do público e a forma como os participantes vivenciam o espaço, se associam a ele e criam uma identidade com os outros frequentadores.

⁵⁵ Regulamento dos CONSEGs do Estado de São Paulo:

Artigo 17 - Os membros natos deverão atuar em colegiado, decidindo, sempre que possível em consenso, em defesa dos interesses da comunidade e da imagem da instituição policial. Parágrafo Único - Em caso de divergência técnica entre os membros natos, o fato será levado aos superiores hierárquicos dos mesmos, para decisão, salvo em caso urgente, quando o fato poderá ser levado diretamente à decisão do Coordenador.

1. O CONSEG de Pinheiros

O CONSEG de Pinheiros realiza suas reuniões toda última terça-feira do mês, na Associação Comercial de São Paulo, em um prédio amplo, localizado em Pinheiros. O espaço possui boa infraestrutura para receber os membros e convidados, constituindo-se por um lugar fechado (fato importante para os dias de frio), possui um auditório amplo, microfones e cadeiras confortáveis e em bom número, como podemos observar nas fotos 19 e 20. É um espaço que oferece boa estrutura física e equipamentos de áudio para as reuniões, algo nem sempre disponibilizado nos demais.



FOTO 19 – Local onde se realiza as reuniões do CONSEG de Pinheiros: Associação Comercial de São Paulo. Possui boa estrutura física e de equipamentos.



FOTO 20 – Reunião do CONSEG de Pinheiros.

Seu público é constituído por membros itinerantes e fixos. O público itinerante é aquele que participa das reuniões de forma pontual, sem ter um comprometimento a longo prazo com o Conselho. Este procura o CONSEG para resolver problemas pontuais e não permanece vinculado ao grupo, independentemente da resolução ou não do seu problema. Já o público fixo é formado pelos membros natos e efetivos, ou seja, aqueles que estão presentes em quase todas as reuniões (destacando-se que o número de ausências autorizadas pelo regulamento é de, apenas, duas anuais). Os membros fixos são formados, majoritariamente, por moradores idosos da região e proprietários de estabelecimentos comerciais dos bairros de Pinheiros, Vila Madalena e Alto de Pinheiros. Moradores da região há mais de 30 anos, eles indicaram ter um sentimento de cuidado com o bairro, conforme as declarações fornecidas nas entrevistas. Os proprietários de estabelecimentos comerciais da região participam por questões objetivas: querem garantir maior segurança para seus estabelecimentos.

A maioria dos idosos que frequenta o CONSEG não tem uma demanda específica, simplesmente participam para saber quais são os problemas do bairro e como os órgãos governamentais estão trabalhando para a sua solução. Muitos deles revelaram, em entrevistas, que sua participação se iniciou após ficarem impressionados com programas televisivos sobre a violência em São Paulo e buscaram formas de

acompanhar qual a situação do seu bairro. Segundo suas avaliações, foi a violência que os conduziu a buscarem espaços de participação cidadã e revelou um sentimento de respeito e zelo diante da região que habitam. Essa relação de cuidado foi declarada em quase todas as entrevistas com esse grupo e revelou um elemento emocional na participação do indivíduo a fim de melhorar constantemente seu bairro, transformando-o num lugar cada vez mais agradável, seguro e mais valorizado do ponto de vista imobiliário. Porém, para além da participação cidadã enfatizada, as observações de campo mostraram a presença de um quesito importante que reforçava suas participações: a sociabilidade⁵⁶ que se constituía entre os frequentadores. Percebemos que os idosos haviam constituído uma rede de sociabilidade entre eles, e que as reuniões mensais se transformavam em ponto de encontro entre os moradores. O CONSEG se mostrava um espaço disponível de atualizar as conversas, saber as novidades do bairro, e após as mesmas, seguir para encontros em outros espaços, como restaurantes e lanchonetes.

O grupo dos proprietários de estabelecimentos comerciais da região possuía um objetivo totalmente diferente, cuja participação ocorria com o único intuito de resolver problemas relacionados à violência e à segurança no entorno dos seus estabelecimentos. A motivação da participação deste grupo era objetiva e não afetiva, como no caso dos idosos. Eles estabeleciam uma rede de relações que lhes possibilitava saber as regiões mais afetadas por assaltos, quais as táticas dos assaltantes e quais as ações utilizadas por alguns comerciantes que poderiam intimidar a ação dos criminosos. O CONSEG possuía uma dupla função para este grupo: participação política e decisória na comunidade local, e espaço de disseminação de informações quanto aos locais mais violentos e formas de prevenção. Mesmo as benfeitorias para os bairros lhes interessavam somente quando o entorno dos seus estabelecimentos comerciais fosse beneficiado.

⁵⁶ Nas ciências sociais existe uma distinção dos conceitos de *sociabilidade* e *socialização*, comumente confundidos. A socialização implica na aquisição de uma identidade a partir da interiorização de um processo social ao qual o indivíduo está inserido. Já a sociabilidade responde a processos mais simples, compreendendo a relação que o indivíduo estabelece com outras pessoas.

A forma de organização desse grupo ocorria por meio de articulações com os outros comerciantes locais e evidenciava modos organizacionais mais elaborados do que o restante da população que frequentava o CONSEG. Isto pôde ser observado ao se constatar a solicitação, de forma unânime no momento da votação, de ações policiais ou intervenção governamental mais efetiva. Era perceptível que as possíveis discordâncias e dúvidas daqueles que defendiam a mesma proposta já haviam sido discutidas anteriormente. Assim, a reunião do CONSEG apresentava-se somente como o momento da votação e legitimação das decisões de um grupo organizado.

Um bom exemplo da forma de organização dos comerciantes da região pode ser descrita com uma situação em que, após uma série de assaltos conhecidos como “arrastões” na região da Vila Madalena, um dos mais ativos membros fixos do Conselho, proprietário de uma rede de 5 restaurantes, organizou o grupo de donos de estabelecimentos comerciais da região para exigir que as viaturas da polícia militar fossem direcionadas a permanecerem estacionadas na frente dos estabelecimentos solicitantes, localizados próximo à rua Aspicuelta. A resposta da polícia militar naquele momento foi indicar que havia um número restrito de viaturas disponíveis para circular durante toda a noite na região e que era, portanto, impossível deixar algumas unidades fixas. Mesmo sob a argumentação contrária do representante da polícia militar, houve um acordo para definir a prioridade dos locais onde as viaturas permaneceriam. O acordo só foi possível porque o grupo dos proprietários tinha papel central no desenvolvimento das reuniões do CONSEG, tanto do ponto de vista político, quanto oferecendo estrutura física para sua realização.

O exemplo da articulação dos proprietários de estabelecimentos comerciais possibilita verificar a capacidade de mobilização dos comerciantes locais e sua rápida articulação a fim de garantir segurança para seus estabelecimentos. Sua mobilização em prol de assuntos de seu interesse também ocorre por meio da imprensa. No caso dos arrastões, por exemplo, o grupo se mobilizou para exigir medidas do governo a fim de garantir a segurança da região e, como resposta, conseguiram ações rápidas, como o deslocamento de viaturas de outras regiões da cidade para cobrir as áreas demandadas. Outra forma de organização do grupo ocorre por meio do sistema

legislativo, cujos contatos pessoais com vereadores e deputados estaduais são utilizados para articular alguma ação que proteja seus estabelecimentos comerciais. Esse tipo de caso foi mais verificado quando se tratou de novos impostos e taxas.

O outro grupo de frequentadores do CONSEG são aqueles que denominamos público itinerante, identificado no regulamento como membro participante. A presença dos membros itinerantes nas reuniões ocorre de forma descontínua. Geralmente são moradores da região (mas também podem se constituir em proprietários de comércios) que necessitam de alguma ação mais pontual e participam das reuniões do CONSEG a fim de resolver sua demanda. Independentemente do resultado da demanda pleiteada, não integram o núcleo permanente do Conselho. Suas reivindicações são as mais diversas: problemas com mendigos nas ruas, festas em alguma praça da região que perturba os moradores do entorno, presença de camelôs, falta de iluminação, terreno baldio sujo etc.

A diretoria do CONSEG de Pinheiros é composta pelo representante da subprefeitura de Pinheiros, o delegado titular do 14º distrito policial da região, o tenente coronel da polícia militar da Companhia da região, o representante da Guarda Civil Metropolitana e a presidente do CONSEG, representando a sociedade civil. A relação entre eles é organizada através de um trabalho de parceria, segundo o qual qualquer ação decidida pelos membros efetivos ou pelos itinerantes da reunião só pode ser implementada quando todos os membros da diretoria concordam. Foi possível notar que, mesmo quando há uma pressão por parte da plenária em implementar uma determinada ação, só ocorre sua efetivação se a diretoria concorda. Parece haver um acordo não explícito de que se alguma demanda prejudicar setores das polícias nenhum dos representantes concordará em aprová-la. Essa forma de organização consensual do colegiado é sustentada pelo próprio regulamento do CONSEG, que autoriza a condução dos trabalhos somente quando há consenso entre os membros da diretoria.

Havia inúmeras demandas que chegavam ao CONSEG e não eram necessariamente do âmbito da segurança pública, mas envolviam áreas de

zoneamento e infraestrutura da região. A reunião permitia que, após os informes de cada membro da mesa, fossem discutidas as demandas do público através do preenchimento de um formulário, o qual solicitava os dados pessoais do indivíduo e a indicação por escrito da reivindicação ou problema. Apesar das leituras das questões ocorrerem por ordem de entrega do formulário, foi possível perceber um tratamento diferenciado dedicado às demandas dos membros efetivos e membros itinerantes. Quando as demandas vinham dos membros efetivos havia um acolhimento muito maior por parte da mesa e da plateia que ali se encontrava. Ocorria uma relação de alteridade⁵⁷ entre o solicitante, o público e a mesa, havendo uma identificação com o solicitante e com sua demanda, por meio do acolhimento da proposta, do debate da sua situação e das várias possibilidades sugeridas para conseguir ajudá-lo. Havia uma identidade coletiva entre os membros efetivos e suas demandas, possível somente entre aqueles que colaboravam na construção daquele espaço.

Também havia um acolhimento dos membros efetivos e da legitimidade de suas propostas por parte do restante do grupo e da diretoria. Inclusive, as propostas dos membros efetivos apresentavam similaridades e revelavam certo entrosamento do grupo quando valorizavam questões mais imediatas e de fácil execução. Esta unidade do grupo e das suas demandas garantia o atendimento àqueles que se dedicavam ao Conselho de forma permanente e, de certa forma, se opunham aqueles que não apresentavam as mesmas características.

O contrário ocorria com as demandas provenientes dos membros itinerantes, em relação aos quais pudemos observar uma repulsa por parte da plateia e da mesa. A relação de alteridade capaz de tornar a solicitação do indivíduo uma demanda comum a todo o grupo não ocorria da mesma forma quando o indivíduo não despende seu tempo e disposição para participar da vida societária do bairro. Assim sendo, as prioridades do CONSEG foram, aos poucos, sendo reveladas, cuja prioridade não ocorre segundo a

⁵⁷ Alteridade: Diz respeito à questão ontológica da individuação da pessoa. Relações com outrem em que o indivíduo se posiciona a partir da visão e dos sentimentos do outro. É o processo de transcendência para a realidade em que o outro se encontra.

urgência do caso ou a vontade da maioria, mas conforme a influência pessoal que o solicitante tem junto à diretoria do CONSEG e sua dedicação às atividades do Conselho.

A frequência dos proprietários de estabelecimentos comerciais no Conselho revelou-se uma importante ferramenta na definição da pauta das reuniões e das urgências de ações locais. Permanecer como membro efetivo do CONSEG era garantir a escuta da diretoria quando necessitavam de respostas as suas demandas. Para permanecerem como efetivos os membros necessitavam realimentar constantemente as relações com outros donos de comércios e representantes das polícias, a fim de ter legitimidade nas falas e demandar ações do CONSEG. O que não acontecia com os membros itinerantes do Conselho. Eles, por apresentarem pautas específicas e não contribuírem para o coletivo de forma rotineira, não tinham o mesmo espaço de escuta e a mesma legitimidade para demandar ações da polícia.

A participação dos proprietários de estabelecimentos comerciais na condução do CONSEG Pinheiros é tão ampla que os gastos com eventos, festas, e material administrativo são cobertas pelo financiamento que as empresas e comércios locais disponibilizam. A festa que ocorreu na sede da Associação Comercial de São Paulo no final do ano de 2011, teve coquetéis e jantares financiados pelos donos de restaurantes frequentadores das reuniões. Os presentes natalinos doados aos membros das polícias e da diretoria também foram patrocinados pela rede de supermercados da região. Não há uma separação clara dos gastos que são de competência e responsabilidade administrativa e financeira do Estado e o os gastos da participação da iniciativa privada. Ambas se confundem e se estendem através do processo decisório que ocorre no interior do CONSEG, em parte devido ao financiamento que o CONSEG recebe da iniciativa privada, que lhe delega um maior controle sobre as decisões.

A pesquisa etnográfica de Ana Paula Galdeano (2009) também revelou imbricamento de relações entre o público frequentador do CONSEG e os policiais participantes. Ela revela a fragilidade que a população apresenta em relação aos mecanismos de produção da política nos CONSEGS.

“Tal domínio depende fundamentalmente de desenvolver certas competências específicas, como reconhecer publicamente os policiais como aliados importantes para a resolução dos problemas. Tal qual observado na pesquisa de campo, sobretudo no Conseg Campo Belo, rituais como entrega de certificado para o policial do mês e jantares de confraternização, são atividades que os moradores organizam para mostrar que apoiam as polícias.” (p.231)

Este imbricamento de relações entre os proprietários de comércio e a diretoria se revela natural aos olhos do público fixo do CONSEG. Não foi observado nenhum constrangimento pelos participantes quanto a esta imbricação de relações público-privada no interior do órgão. Parece ser algo natural desde sua fundação. Inclusive esta foi uma das observações feitas quando entrevistamos o “fundador do CONSEG”, um senhor com mais de 80 anos, proprietário de sete estabelecimentos comerciais da região de Pinheiros e resistente à qualquer repórter ou pesquisador que lhe solicitasse uma entrevista. Quando foi consultado sobre esta possibilidade ele foi categórico em afirmar que só responderia a questões que envolvessem o CONSEG e no local e horário que ele determinasse.

Após o agendamento da entrevista, o “fundador do CONSEG”, nos descreveu o histórico de sua fundação, órgão responsável pela proteção do bairro. Foi ele quem primeiro articulou junto aos seus amigos comerciantes e amigos policiais as primeiras reuniões que visavam garantir a segurança dos estabelecimentos comerciais da região. As ações protetivas aconteciam de maneira informal, e revelaram, desde seu início, haver um acordo com alguns comerciantes específicos, interessados em priorizar seus estabelecimentos comerciais. A proposta inicial de parceria entre comerciantes e policiais simplesmente foi formalizada por lei com a existência dos CONSEGs, nos bairros desde 1985. Simplesmente transformaram um grupo já consolidado em uma instituição comunitária. Desta forma, o CONSEG Pinheiros assumiu todos os bônus e ônus do coletivo anterior, revelando forte presença e poder dos comerciantes nas decisões que são do âmbito do CONSEG Pinheiros. Inclusive as reuniões extraordinárias do CONSEG ficam condicionadas a agenda desse senhor e é também reforçada pela disponibilidade do auditório da Associação Comercial de São Paulo, da qual ele é presidente.

2. O CONSEG do Jaçanã

As características do imbricamento entre as relações dos representantes dos órgãos públicos e privados não é exclusividade do CONSEG Pinheiros, tendo sido observada situação similar no CONSEG Jaçanã, com algumas especificidades que avaliamos serem interessantes.

As reuniões do CONSEG do Jaçanã ocorrem na primeira quinta-feira do mês em uma creche municipal. Sua estrutura física é mais precária se comparada a de Pinheiros. Com frequência, as reuniões se alternavam entre as escolas da região, e aconteciam no pátio das escolas. O local acompanhado não era confortável, principalmente nos dias de frio, quando o vento gelado atravessava o espaço das reuniões até altas horas da noite. Havia um esforço da diretoria em manter um mínimo conforto para o público. Podemos dizer que, das cinco reuniões que acompanhamos no CONSEG Jaçanã, o mesmo reuniu em torno de cinquenta participantes em cada uma, que avaliamos como representativo ponderando-se que suas reuniões terminam em torno das 23 horas. Nas fotos 21 e 22 podemos observar um pouco da estrutura física e dos equipamentos disponibilizados, assim como a quantidade de pessoas que frequenta o CONSEG.



FOTO 21 – Reunião do CONSEG Jaçanã. Observam-se as filmagens da reunião.



FOTO 22 – Reunião do CONSEG Jaçanã, realizada em uma creche da região. Observa-se a quantidade de pessoas convidadas a compor a mesa, bem superior às das reuniões dos CONSEGs de outros bairros.

O público é constituído por moradores e proprietários de pequenos estabelecimentos comerciais da região. Os moradores vinham dos mais diferentes bairros da região, alguns demoravam até 45 minutos para conseguir chegar ao local onde ocorriam as reuniões, em um local mais central na região do Jaçanã. A variedade socioeconômica dos moradores era grande, constituindo-se por um público de classe média baixa e até moradores de ocupações de regiões que reivindicavam a legalização do terreno. Havia, também, representantes de associações de moradores de bairros, que eram costumeiramente valorizados pelo presidente do CONSEG em suas falas.

Diferentemente do CONSEG de Pinheiros, a dinâmica nesse CONSEG era voltada a se conseguir agregar o maior número de pessoas da comunidade e representantes de órgãos governamentais. Era comum encontrar em reuniões até 12 convidados na mesa para discutir os problemas apontados e pautados na reunião anterior. A totalidade dos convidados que se sentavam à mesa eram composta por

representantes de órgãos governamentais, que estavam ali para dar alguma solução aos problemas identificados pelo público ou para justificar as dificuldades encontradas em resolver tais problemas.

As reuniões eram bem receptivas, nas quais todos os organizadores faziam o possível para que público presente se sentisse acolhido. Havia um espaço reservado para lanches e cafés, onde algumas senhoras, além de preparar os lanches, ajudavam nessa boa recepção. Contudo, o grande responsável por essa dinâmica receptiva e acolhedora era o presidente do CONSEG. Comerciante da região a anos e bastante comunicativo, ele congregava em torno de si pessoas dos mais diferentes níveis econômicos e culturais na construção daquele coletivo. Quase todos os indivíduos ali presentes tinham algum vínculo com o presidente, desde o responsável pela filmagem, até moradores de uma área de ocupação irregular, policiais civis e militares, assistentes sociais, vereadores, policiais rodoviários e representantes de órgãos governamentais convidados para compor a mesa.

O jargão constantemente repetido pelo presidente era: *“Aqui nunca deixamos nenhum assunto de lado. Diga-me qual o problema e eu buscarei quem pode resolvê-lo”*. E de fato seu lema era aplicado a todos que o procuravam. Sua rede de relações era tão ampla que, por mais diferenciado que fosse o problema, ele saberia quem seria o responsável para indicar uma solução. Este comportamento tornava o presidente elemento central no andamento das atividades do CONSEG e tornou-se essencial para as articulações. Em uma das reuniões, por exemplo, alguns participantes reclamaram do grande número de pessoas morando nas ruas, em especial em algumas das principais avenidas comerciais da região do Jaçanã. Sua postura foi a de buscar saber qual órgão da prefeitura era responsável e convidar a representante da Secretaria da Assistência Social da região para a próxima reunião do CONSEG, a fim de buscar uma solução para o problema. Seu comportamento público sempre caminhava nesse sentido: identificar o responsável pelo problema apontado, conseguir convencê-lo a responder às dúvidas do público e desenvolver e aprimorar relações entre as pessoas que solicitam os favores e aqueles que resolvem os problemas.

O presidente funcionava como uma espécie de articulador das relações que ocorriam no Conselho e as ações se centravam na sua figura. O bom desenvolvimento do CONSEG Jaçanã não se caracterizava pelo funcionamento de um órgão autônomo, como determina seu regimento, mas assumia uma liderança personalista, na qual todas as atividades estavam centradas no seu poder de decisão.

Esta centralização de funções e atividades não ocorria, entretanto, de forma autoritária, mas como consequência de seu carisma e de sua habilidade de negociar com os participantes e articular os interesses dos grupos, favorecendo ambos os lados interessados nas “trocas” de favores. Todos os entrevistados, público ou membros da diretoria, descreveram momentos em que foram ajudados pelo presidente em alguma solicitação e agora estavam retornando o favor por meio de algum trabalho. O operador de câmera, os responsáveis pelo café, os responsáveis administrativos, vereadores, policiais, funcionários da CET, todos, de alguma forma, estavam vinculados a ele por laços de amizade ou por possibilidades de oferecer ajuda e trabalho.

A presença do presidente era tão essencial para congregar pessoas que houve casos em que uma parte do público do CONSEG se tornou membro fixo e assumiu algumas responsabilidades devido à eficiência do presidente do Conselho em resolver seus problemas quando apresentaram a demanda. Descreviam ter procurado o presidente e ele ter sido muito eficiente para tentar ajudá-los. Como forma de retribuir o favor, estas pessoas participavam do CONSEG e se responsabilizavam por alguma atividade.

Um exemplo de como essa rede de relações opera pode ser descrito com a situação de chegada de um dos novos membros da Comissão de Ética e Disciplina ao CONSEG Jaçanã. A senhora indicada havia sido convidada ao cargo após seu envolvimento em uma discussão com um membro do CONSEG em sua lanchonete. Ela relatou que o membro do CONSEG, no meio da discussão, usou o fato de ocupar um cargo no Conselho para ameaçá-la. Após investigar o papel e a função do órgão, acionou seu tio, tenente-coronel da polícia militar, que entrou em contato com o presidente do CONSEG para resolver a situação constrangedora de sua sobrinha. O

presidente, após saber o ocorrido, pediu desculpas formais e a convidou a compor a Comissão de Ética, em nome do CONSEG. Ela mesma afirmou não ter ideia de qual seria sua função no conselho, mas confirmou interesse em aceitar o cargo para que “a população local pudesse respeitá-la mais”, segundo suas palavras no depoimento.

Participar do CONSEG se revelou uma forma de adquirir respeito local, como descrito por vários entrevistados. Os membros efetivos ou da diretoria assumiam um status privilegiado nas relações pessoais da região, o que possibilitava reconhecimento, respeito e credibilidade no bairro. Permitia, também, acesso a espaços políticos e policiais que, em tese, poderiam lhes beneficiar de alguma forma. As relações de apoio no âmbito político ocorriam por meio da presença de vereadores nas reuniões para solicitar apoio da população para a aprovação de um projeto de lei ou para a difusão dos seus projetos já aprovados. O apoio dado ao vereador era recompensado com a sua ajuda a uma população que estava correndo o risco de ser despejada de um loteamento irregular. As reuniões do CONSEG se desenvolviam segundo uma dinâmica na qual todos podiam pedir algo desde que também oferecessem alguma ajuda ou apoio em troca.

Observamos que os benefícios não aconteciam somente no universo simbólico, com o estabelecimento de *status* e de hierarquias entre os envolvidos, mas assumia características bem objetivas. Um caso exemplar ocorreu junto ao delegado titular do 73º DP, membro nato do CONSEG. Em uma das entrevistas ele nos revelou que muitas das suas necessidades para melhorar o distrito policial não eram encaminhadas à Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo devido ao fato do seu cargo ser indicado pelo DECAP, cujas solicitações poderiam comprometê-lo junto aos seus superiores. Nesse sentido, era por meio do CONSEG que ele encaminhava suas demandas, que assumiam um caráter de reivindicação da população. Foi o que se sucedeu quando o 73º DP necessitava de mais uma viatura e o CONSEG oficializou o pedido ao órgão responsável, que liberou a viatura. Dessa forma, os vínculos relacionais existentes entre os membros do CONSEG e representantes do distrito policial favoreciam a ambos e, nesse exemplo particular, a população também era beneficiada.

A pesquisa pôde acompanhar, por meio das observações de campo e de entrevistas, que são recorrentes as trocas de favores feitas entre os integrantes do distrito policial e os do CONSEG, objetivando melhores equipamentos e estruturas e material administrativo. Essas melhoras estruturais do distrito não são totalmente custeadas pelo governo do Estado, mas boa parte é custeada pelos proprietários de estabelecimentos comerciais e moradores da região através das doações feitas ao CONSEG. O próprio regulamento do CONSEG possibilita estes acordos e formas de financiamento pelos membros efetivos, quando afirma, no artigo 22, as competências dos membros natos⁵⁸.

Os proprietários de comércios também se mostraram outro grupo que exercia influência nas relações de trocas de favores que ocorriam no interior do CONSEG Jaçanã. Suas demandas circundavam em torno de mais luz e segurança nos seus pontos comerciais, pedidos facilmente aceitos pelo presidente e pela diretoria. Segundo as opiniões dos comerciantes, sua participação numericamente superior a dos moradores condiz com sua necessidade de sobrevivência financeira, que demanda um bairro mais valorizado e mais seguro. Como os próprios comerciantes apontaram, o olhar diante dos problemas e necessidades do bairro se torna mais latente e exige deles maior dedicação em relação ao olhar dos outros grupos sociais da região.

As relações pessoais que beneficiavam as atividades do CONSEG Jaçanã ficam evidenciadas quando, em uma das reuniões ordinárias, o presidente declarou ter amizade há mais de 30 anos com um dos membros que se encontrava na mesa, o comandante da Polícia Rodoviária Federal. Ele foi convidado para tentar resolver o grande número de assaltos que estavam ocorrendo na Rodovia Fernão Dias no período da pesquisa. O comprometimento do comandante em desempenhar sua função da melhor forma possível trazia conforto ao público solicitante, mesmo sem a apresentação de propostas mais efetivas.

⁵⁸ SEÇÃO V - DAS COMPETÊNCIAS, Artigo 22: XVII - *Informar ao CONSEG, caso solicitado, sobre as necessidades materiais prioritárias da Polícia, de modo a permitir que a Diretoria, caso delibere e tenha êxito em captar recursos para atendimento dessa necessidade, possa dirigir esforços para suprir as carências mais acentuadas da área.*

Os convites feitos pelo presidente não necessariamente significavam a resolução do problema, mas reforçavam o comprometimento do convidado com o grupo de empenhar-se nas atividades designadas pela sua função. Era assim que o presidente estabelecia vínculos e aumentava a rede de relações dos membros do CONSEG, garantindo um forte comprometimento do convidado. Observou-se que o vínculo relacional construído entre o convidado e o anfitrião, no caso o presidente, se estabelecia para além do simples compromisso profissional com o grupo, e ganhava contornos pessoais, chamando o convidado à responder de forma mais enfática às solicitações do CONSEG.

O delegado titular, quando beneficiado pelo CONSEG, também oferecia privilégios aos membros efetivos. Foi comum observar o delegado declarando nas reuniões sua disposição em atender qualquer membro do CONSEG que necessitasse de algo do distrito policial. Para tanto, quem necessitasse poderia solicitar diretamente a ele sem passar pelo plantão. E assim se procedeu com os casos de proprietários de estabelecimentos comerciais que, quando vítimas de violência ou da criminalidade, se dirigiram diretamente ao delegado titular e recebiam ótimo atendimento e a garantia de um maior empenho na investigação do caso.

Essa rede de relações entre o delegado titular e os membros efetivos somente pôde ser observada no interior do CONSEG, uma vez que a pesquisa empírica realizada nos distritos policiais não conseguiu apreender este fluxo do capital social. Exceção a um caso, quando questionamos a um dos funcionários do distrito sobre a pessoa que acabara de perguntar pelo delegado e subira diretamente à sala dele para ser atendida. A resposta indicou um vínculo interessante: *“é um dos conhecidos do delegado, lá do CONSEG. As pessoas de lá geralmente sobem direto pra sala dele e nem passam por aqui”*. Esse foi o primeiro indício de que pessoas vinculadas ao CONSEG recebiam algum tratamento diferenciado no interior do distrito.

Ao longo dos meses que acompanhamos os CONSEGS percebemos que esse vínculo relacional era algo comum entre seus membros. Havia uma negociação de trocas de favores que não acontecia de forma explícita, mas por meio de pedidos de

ajuda que retornariam em forma de apoio político, apoio nas eleições do CONSEG, apoio nas eleições municipais, maior custeio aos órgãos públicos etc. Os vínculos entre os envolvidos se tornaram fortes o suficiente para garantir essas trocas sem necessariamente haver uma negociação explícita do valor de cada ajuda.

Para o indivíduo ser beneficiado nesse entremeio de relações, era necessário que se cumprisse algumas exigências, como a presença permanente no grupo e disponibilidade de atender as solicitações na mesma proporção que recebia ajuda, ou seja, era necessário participar das relações de troca simbólica que ocorriam no interior do CONSEG. Essa rede de relações era administrada pelo presidente, cujo papel era de construtor das relações pessoais e negociador das trocas, ao mesmo tempo em que era beneficiado pelas trocas alheias. Seu poder de ação se dava em vários níveis: como administrador do capital econômico – com a escolha de como e onde usar o fundo de doações dos comerciantes e buscando doadores –,; possuidor de capital simbólico – agregando-lhe *status*, o que permite sua transição nos espaços necessários – e mobilizador do capital social, capaz de ser o grande responsável pelas articulações, contatos e conhecimentos que circulam no interior do CONSEG Jaçanã. Todos esses são recursos que permitiam sua articulação no âmbito político, intersectando-os ao âmbito pessoal, um bom exemplo de como o capital social circula entre os participantes do CONSEG e afeta diretamente aqueles que são responsáveis pelo distrito policial.

3. Uma abordagem comparativa

Com um olhar etnográfico sobre as regiões do Jaçanã e Pinheiros foi possível adensar o conhecimento sobre seus moradores a respeito do modo como se relacionam com o espaço, com seus vizinhos, com as instituições policiais encarregadas de promover a lei e a ordem e com os espaços políticos participativos. Foi possível identificar aspectos recorrentes de conflitos sociais locais que colaboram para a definição de formas de representação sobre a violência, a insegurança e funções da polícia. Contudo estas formas de representação são distintas para cada grupo social

que compõem os bairros, conforme segmentações por grau de escolaridade, condição socioeconômica e acesso a bens culturais. Os grupos sociais também se diferem pelo tempo que vivem em um bairro ou são capazes de analisar as transformações ao longo do tempo e permanecer no mesmo bairro sem intenção de abandoná-lo. O famoso termo “bairrista”, usado para designar os paulistanos que nascem, crescem e morrem no mesmo bairro sem nunca ter perspectivas de mudar-se, apareceu com força durante a realização das etnografias e entrevistas feitas com moradores dos diferentes bairros. É um termo recorrente que muito expressa um sentimento da vida comunitária paulistana.

A pesquisa de campo nos revelou disparidades entre as regiões estudadas, quando observadas sob os aspectos socioeconômicos e culturais. Os CONSEGs foram espaços que nos desvendaram formas de organização entre seus participantes por meio do uso do capital social nas relações mais cotidianas. Algumas especificidades distinguem a forma como o capital social circula entre seus possuidores que, ora aparecia de forma mais amadora e personificada na figura do presidente do Conselho do Jaçanã, ora mais dispersa entre o grupo de comerciantes de Pinheiros que atuava num caráter mais institucionalizado e sólido quanto aos fluxos do capital social, como ocorria no Conseg de Pinheiros.

Essas características, no entanto, são reflexos da própria constituição dos bairros, que gestou uma maior articulação e formalização dos vínculos relacionais em Pinheiros. Em oposição está o Jaçanã, com uma história mais recente (assim como a juventude de seus moradores) e relações vinculadas a algumas pessoas-chave que desenvolvem sua atuação ainda de forma amadora e centralizada, característica do início dos processos relacionais e institucionais.

Não resta dúvida de que a existência dos CONSEGs foi um avanço na participação da população nas decisões democráticas sobre questões concernentes à segurança pública em pequenas escalas, como nos bairros e distritos. Este tem sido um espaço popular construído para monitorar as polícias do bairro, bem como colaborar para as decisões envolvendo temáticas, como segurança, criminalidade, distribuição

dos equipamentos públicos e acesso à informação. Os CONSEGs se revelaram importantes espaços para a consolidação da democracia e da participação popular, fundamentais quando afirmamos a necessidade de construção de espaços que fortaleçam a relação entre Estado e sociedade civil. O uso do capital social no interior dos CONSEGs revelou suas contradições, que poderão ser constatadas no capítulo 5.

Capítulo 5

O CAPITAL SOCIAL EM USO

Neste capítulo apresentaremos as análises feitas a partir das observações realizadas em campo tendo como referência as categorias teóricas desenvolvidas no capítulo um. Após a análise da pesquisa de campo realizada nos distritos policiais e nos Conselhos Comunitários de Segurança de Pinheiros e do Jaçanã faremos uma reflexão com o objetivo de entender como ambas as instituições se vinculam e em que medida o capital social é elemento essencial nesse vínculo.

Vimos como os Conselhos Comunitários de Segurança (CONSEGs) podem funcionar de forma contraditória em relação a sua própria definição, uma vez que deveriam ser estruturas democráticas, cuja função é possibilitar a participação da comunidade nas decisões locais. Contudo, nossa pesquisa mostrou que, na prática, seu funcionamento dificulta a participação de pessoas interessadas que já não estejam articuladas com os grupos decisórios. Além disso, este capítulo tem como objetivo mostrar a organização interna das estruturas decisórias do CONSEG, de como os membros passam a fazer parte dos grupos decisórios por meio do uso do capital social. Pretendemos, também, explorar como se estabelecem as redes de relações entre os atores que frequentam ambos os espaços: CONSEGs e distritos policiais. Essa rede dá origem a um fluxo do capital social, que se forma nos CONSEGs e é mobilizado nos distritos policiais.

1. Os distritos policiais e o capital cultural

Como mencionado nos capítulos anteriores nossas observações nos distritos policiais de Pinheiros e Jaçanã permitiram agrupar o público freqüentador em dois grupos principais: aqueles que detêm melhor nível de instrução e condição

socioeconômica e os que apresentam nível de instrução e condição socioeconômica mais baixa. Observamos diferenças no atendimento ao público que frequenta os distritos policiais, quando necessitam fazer um boletim de ocorrência. Isso indica que a percepção do senso comum que associa um melhor atendimento à condição socioeconômica do solicitante, levantadas na introdução, tem correspondência com a realidade. No entanto, essa correspondência deve ser compreendida com ressalvas: melhor escolaridade e melhor condição socioeconômica, em si, não determinam um melhor atendimento. Ou seja, não podemos afirmar que pessoas com maior escolaridade e com melhores recursos financeiros são, necessariamente, melhor atendidas pelos funcionários. Durante a pesquisa observamos situações em que pessoas com essas condições receberam um mau tratamento, assim como pessoas com o nível de instrução e condição socioeconômica mais baixa receberam um bom atendimento. Portanto, podemos afirmar que as pessoas com essas características tem mais acesso a recursos jurídicos (acesso à advogado, conhecimento das leis penais, etc.) e maior conhecimento do funcionamento do distrito, utilizando-as de forma mais funcional segundo suas necessidades.

As pessoas portadoras de capital cultural, representado pelo acesso às informações sobre o funcionamento do distrito policial, são, como já apontado pela teoria bourdiana, portadores de armas simbólicas acionadas por meio das interpretações da lei, do conhecimento técnico e dos recursos jurídicos. Essas armas simbólicas não estão disponíveis a todos, mas somente aqueles que são dotados de competências técnicas e sociais e podem mobilizar recursos jurídicos e conhecimento para fazer triunfar a sua causa. Significa dizer que as armas simbólicas, intrínsecas ao campo jurídico (campo com o qual a instituição policial dialoga diretamente), estão distribuídas de forma desigual, apesar da aparente máscara ideológica de neutralidade e autonomia, como aponta o autor. Sendo assim, quando alguns grupos sociais detêm recursos jurídicos e de conhecimento sobre o funcionamento dos distritos, possuem, na verdade, capital social e cultural já adquiridos em outros campos.

O capital cultural se revela como resultado de um esforço individual em adquirir patrimônio em bens culturais, investimento material e de tempo, a fim de obter

conhecimento e armazenando-o por meio da apreensão dos códigos do saber. Esse conhecimento a respeito do funcionamento do distrito policial e do Código de Processo Penal Brasileiro possibilita saber qual a função do distrito, do funcionário que lhe atende e como pode utilizar estas informações a seu favor para o bom desenrolar do processo jurídico que virá *a posteriori*. O conhecimento, utilizado como ferramenta para determinado fim no campo jurídico, é resultado do investimento que o agente social fez ao longo de sua trajetória de vida quando adquiriu bens simbólicos como livros, diplomas, viagens, cursos, aprendizagem escolar, êxitos em concursos, cursos de línguas e tempo para o estudo, que são objetivamente reconhecidos como competências pela sociedade. Adquirir tais bens simbólicos geralmente é possível quando se tem recursos econômicos para tanto.

Apesar de não podermos afirmar que fatores como melhor escolaridade e condição socioeconômica determinam por si um bom atendimento, sabemos que são fatores que colaboram para a satisfação de certas demandas no interior do distrito policial. Significa dizer que o indivíduo que procura uma delegacia não é atendido de forma diferenciada por delegados e seus auxiliares por pertencer a classe social A, B ou C, mas o que faz diferença é “a bagagem” de informações que possui e que o leva a saber o que falar, como se expressar e a ter consciência dos seus direitos.

A pesquisa revelou que os fatores determinantes para o bom atendimento de ambos os distritos policiais foram elementos como *o tipo de crime* e *a forma como o declarante de expressa*, sem emotividade e por meio de expressões e frases claras. Quando analisamos a forma de expressão do declarante, já vimos acima que o capital cultural é fator essencial para o agente social conseguir ferramentas linguísticas que possibilitem que este se expresse melhor e mais claramente. Além disso, verificamos durante a pesquisa que, quando a população é atendida nos plantões do distrito, há uma diferença de comportamento e expectativa conforme o grupo social ao qual a pessoa pertence. Grupos sociais com menores recursos socioeconômicos e simbólicos geralmente têm por hábito classificar pessoas e fatos com características morais, rotulando como “bons” ou “maus” os envolvidos no seu caso. A emotividade se manifesta como elemento essencial de expressão desses grupos que, mais

especificamente nos casos que envolvem conflitos entre pessoas conhecidas, observou-se um momento de catarse do declarante.

Tais características, pertencentes a esse grupo social, foram explanadas por Bourdieu ao definir o *princípio ético* como o sistema das normas que norteia as explicações de mundo do grupo dos dominados (2007, *passim*). Ou seja, aqueles que, no interior do campo jurídico estão na parte inferior da hierarquia social, utilizam referências éticas para se expressar e sentir o mundo. Assim, como observado na pesquisa exploratória, seus recursos linguísticos estão circunscritos as expressões éticas e moralistas capazes de classificar o mundo ao seu redor. Quando se exprimem através de manifestações corporais como o choro e o grito, estão utilizando as ferramentas linguísticas que possuem.

No sentido inverso, vimos que os grupos sociais com melhores recursos econômicos e culturais apresentam a antítese do comportamento catártico. Observação constatada no DP de Pinheiros. Os indivíduos desse grupo se expressam com uma aparente neutralidade na descrição dos fatos, sem o uso de adjetivos ou expressões moralistas. À luz da teoria de Bourdieu, podemos interpretar que este grupo classifica-se como os dominantes do campo jurídico, porque detêm o capital cultural, econômico e simbólico. As ferramentas linguísticas que utilizam para se expressar possuem características de neutralidade e imparcialidade. É por meio da *“neutralização e distanciamento que o discurso burguês⁵⁹ supõe e opera sobre o mundo social”* (Id. 2007, p. 47). A forma distanciada e imparcial de se expressar manifesta-se como consequência dos grupos sociais que almejam afastar-se do mundo da necessidade econômica. Como já apontado pelo autor, o processo de distinção que os grupos dominantes estabelecem em relação aos dominados, tem como uma das principais características a distinção do mundo da necessidade econômica. Esta distinção se

⁵⁹ Apesar de Bourdieu fazer referência ao *discurso burguês* ou ao termo *classe burguesa* em sua publicação *A Distinção* (2007), ele nega a definição de classe social a partir da posse da propriedade como único elemento classificatório para este grupo social. Para o autor, sua definição se dá *“pela estrutura das relações entre todas as propriedades pertinentes que confere seu valor próprio a cada uma delas e aos efeitos que ela exerce sobre as práticas”* (op cit., p. 101).

manifesta nas mais diferentes categorias sociais, da qual a linguagem é uma das suas expressões.

Quando um melhor atendimento é despendido ao declarante por este apresentar os fatos de forma clara e objetiva, ocorre uma identificação entre aqueles que pertencem ao mesmo grupo social dominante. Isto porque declarantes com melhores recursos econômicos e funcionários operam com as mesmas categorias linguísticas do campo jurídico, se posicionando em seu interior como agentes dominantes. Há uma afinidade entre os agentes que se auto-identificam como iguais, estabelecidas por meio do “*reconhecimento de um mínimo de homogeneidade ‘objetivo’ e que exerce efeito multiplicador sobre o capital possuído com exclusividade*” (Id., 2007, p. 67). Isso indica que, a forma mais clara e objetiva de se expressar no momento da confecção do boletim de ocorrência, é uma das maneiras pelas quais os agentes dominantes do campo jurídico se reconhecem. O melhor atendimento pelos funcionários surge como consequência desse reconhecimento entre os iguais, preservando a exclusividade daqueles que detêm as armas simbólicas intrínsecas ao campo jurídico.

Sobre o segundo fator determinante do atendimento, o *tipo de crime* também se mostrou relacionado às condições socioeconômicas, quando se observou que pessoas com melhores recursos econômicos geralmente são vítimas de crimes envolvendo subtração de patrimônio (bens materiais), enquanto pessoas com menores recursos financeiros geralmente se envolvem em casos de crimes contra a pessoa, ou seja, casos envolvendo conflitos entre pessoas. Este último caso podemos enquadrar em três tipos principais: *desordem* (caracterizada pelos casos de ameaça, invasão a domicílio, perturbação do sossego alheio), *ofensa moral* (aqueles classificados como crimes contra a honra: calúnia, difamação e injúria) e *agressão física* (lesão corporal e vias de fato).

Observamos que os envolvidos em casos de subtração de patrimônio costumam ter uma postura mais tranquila e emitir descrições mais técnicas. O objetivo da visita ao distrito se dá, geralmente, para produção do boletim de ocorrência, visando funções específicas junto ao judiciário. Quando esse grupo social acessa a polícia está, com

vistas, a acionar o sistema de justiça brasileiro, cujo boletim é apenas a primeira etapa necessária para dar andamento aos trâmites legais.

A maior presença dos grupos sociais com menores recursos econômicos no DP não é novidade, já evidenciado por alguns autores (Paixão e Beato, 1997⁶⁰; Vianna e D'Araújo *Apud* Oliveira, 2003) quando afirmam que esses grupos procuram mais os distritos policiais, enquanto os estratos médios e altos da população procuram mais os Juizados Especiais. Um indício disso condiz com a pesquisa de Vianna (*loc. cit.*) quando aponta que 32,6% da população que aciona o Judiciário têm curso superior, 51,4% têm ensino médio completo e somente 16% têm ensino fundamental completo e incompleto. Isto evidencia que a Justiça ainda é pouco acionada pelos setores menos favorecidos da população.

Já nos casos que envolvem conflitos entre pessoas, tradicionalmente apresentados por declarantes com poucos recursos econômicos, as pessoas costumam revelar grandes expectativas na resolução do seu problema quando buscam o distrito policial. A pesquisa de Luciano Oliveira (2003) verificou que há predomínio de casos de crimes contra a pessoa (pelo menos em regiões mais pobres de Recife) em relação aos casos de natureza patrimonial. Os primeiros correspondiam a mais de 60% dos casos relatados nos DPs. Em nossa pesquisa de campo, este predomínio também foi observado em regiões com menores recursos econômicos, como no caso do Jaçanã. A população se dirige ao distrito policial na pretensão de resolver seus conflitos por meio da instauração de “pequenos fóruns especiais” para julgamento imediato, a ser realizado pelo funcionário que o atende. Ressaltamos duas formas de condução feita pela polícia às demandas da população: uma, na aceitação da demanda do público em assumir a condição de Judiciário. Noutro, ignorando as solicitações do indivíduo e declarando a impossibilidade da polícia resolver seu caso.

Verificou-se que, tais práticas tipicamente “judiciárias” exercidas pela polícia, ocorrem na resolução de pequenos casos vivenciados pelos grupos populares.

⁶⁰ PAIXÃO, Antônio Luís e BEATO, Claudio. Crimes, vítimas e policiais. 1997. *Tempo Social - Revista de Sociologia da USP*, 9 (1): 223-248.

Contudo, não podemos afirmar, simplesmente, que a polícia não cumpre o determinado pela lei e assume um papel que não lhe diz respeito, exercendo-o de forma intransigente. As ações policiais, nesse sentido, são uma resposta as demandas de uma parte da população, principalmente quando de baixa renda. A forma utilizada pela polícia para mediar esses conflitos ocorre das mais diversas maneiras, que vão desde estabelecer uma conversa com os envolvidos, tentando convencê-los a resolver a questão pacificamente, até fazer ameaças verbais de prisão e murros da mesa, na intenção de intimidar os envolvidos. Um bom exemplo desse tipo de demanda da população, que foge das competências iniciais da polícia, são os pedidos para dar um “susto” no acusado, situação em que a polícia teria a função de ir ao local onde se encontra o acusado e o ameaçar, visando resolver o conflito. Esta foi uma demanda exemplar das solicitações da população junto à polícia, evidenciando o papel arbitrário que a população solicita a polícia. Tal procedimento indica a lógica do funcionário do distrito em querer resolver os problemas que ele considera mais simples antes que evoluam até um delito mais grave.

O desempenho policial, desde suas origens, sempre respondeu a essas demandas da população por envolver-se em casos de cunho pessoal. O próprio Código do Processo Penal do Império, de 1830, atribuía explicitamente à polícia competência judicial sobre alguns pequenos delitos que envolvem a pessoa, designados como “crimes policiais”. A pesquisa tem mostrado que esta realidade ainda permanece no interior dos distritos policiais, em boa parte pela própria demanda da população.

A população tem se mostrado interessada nesse tipo de resolução para casos principalmente que envolvem conflitos entre pessoas, porque, além do pouco acesso ao Judiciário, os questionários respondidos pelos frequentadores dos distritos (ver roteiro 1 de entrevistas, em anexo) apontaram que a justiça é burocrática, lenta e custosa, inviabilizando grupos com poucos recursos econômicos em acioná-la. O desejo dos grupos quando chegam ao distrito policial é por soluções rápidas e com mínimos custos, que possibilite o acesso ao Estado de alguma forma. Pondera-se que, quando o julgamento se encontra a mercê de um bom ou mau atendimento do funcionário, conforme seu interesse e disposição, geralmente ocorrem diferenças de tratamento. O

atendimento não se dá de forma equitativa com respeito aos direitos de ambos os lados.

A polícia que intervém por meio do processo de mediação de conflitos junto à população é uma ferramenta que tem sido referenciada pela literatura especializada em polícia cidadã quando afirma a necessidade de ações policiais para além da política do confronto. Autores como Luiz Eduardo Soares e Guaracy MInguardi apontam a necessidade de construção de uma polícia cidadã que atue como mediador dos conflitos antes de sua evolução para uma etapa criminal. Nesse sentido, o distrito policial circunscrito ao modelo de mediação de conflito, seria o espaço propício para a recepção da população e uma atuação diferenciada da polícia. Esta, por sua vez tende a rejeitar este papel, crendo que sua atuação se restringe a política do confronto.

Em oposição aos casos em que a polícia exerce o papel do judiciário, há os casos em que os funcionários do plantão ignoravam completamente as solicitações da população. Para eles, os problemas que chegavam ao distrito, eram incompatíveis com a função da polícia, restrita a casos de cunho criminal. Em várias situações eles se mostraram indiferentes aos comentários carregados de carga emocional e se recusavam a escutar os detalhes que não convinham à produção do boletim de ocorrência. A orientação dada à população que demandava estas intervenções se limitava à sugestão de procurarem outros órgãos públicos, como os Juizados especiais de pequenas causas (cíveis e criminais). Quando ocorria a negativa para tais solicitações, observou-se uma grande frustração quanto às expectativas da população sobre as funções da polícia, geralmente acompanhadas de reclamações quanto à ineficiência dos funcionários e afirmações de que eram “vagabundos”⁶¹.

O que pudemos observar ao longo das semanas de pesquisa de campo no Jaçanã e em Pinheiros foi que os grupos com menor acesso ao universo da lei e do

⁶¹ Esta adjetivação que o público classificava a polícia não ocorria diretamente ao funcionário que o atendeu, mas entre outros declarantes ou com o acompanhante que se dirigiu junto com o solicitante. Raramente acontecia de algum cidadão reclamar formalmente do atendimento despendido no distrito. Quando ocorria, eram situações mais restritas a grupos com melhores condições socioeconômicas e completamente ignoradas pelo funcionário. Os casos em que houve reclamações da postura do funcionário ocorreram somente no distrito de Pinheiros.

direito buscam formas alternativas de resolver seus problemas, que não necessariamente passa pelo judiciário. O Estado, representado pela polícia, não foi absolutamente excluído do processo, porque ainda se constitui como uma possível solução, restrita aos grupos com limitações financeiras e educacionais. Pondera-se que a resolução que este grupo demanda à polícia, assume outra função da designada pelo Código de Processo Penal, com perspectivas de se desenvolverem em condições similares ao do Judiciário. Ocorre uma divergência interpretativa entre o que a lei determina em relação aos procedimentos legais e o que este grupo, de fato, compreende como sendo justiça. Para o grupo, as funções das instituições que envolvem questões legais se misturam, e quando procuram o distrito policial, seu objetivo primeiro é ter acesso a uma justiça tão distante quanto indefinida para eles.

Essa falta de clareza quanto as funções da polícia e de outros órgãos do Estado se mistura com a perspectiva subjetiva do declarante quando relata seu problema. Seu universo subjetivo interpreta os fatos ocorridos como se ele, detentor da verdade absoluta e incontestável, fosse capaz, inclusive, de convencer os representantes do Estado quanto a sua visão da verdade dos fatos. Quando o universo subjetivo do agente entra em contato com o universo da lei, por meio do distrito policial, ocorre um choque, gerando a indignação do indivíduo quanto às funções que o Estado cumpre junto à sociedade. Essa revolta fica evidente e vem acompanhada em geral do descrédito no Estado em resolver seu problema. Essas demandas por “justiça”, nos moldes desejados, e pautados na subjetividade do declarante, não podem ser cumpridos, uma vez que as normas e leis que operam nesse universo subjetivo são específicas e possuem referenciais distantes, e até mesmo inexistentes, do conhecido na legislação.

2. Os CONSEGs e o capital social

As limitadas perspectivas de se resolver os problemas da população junto ao distrito policial têm levado alguns grupos sociais a procurar alternativas com vistas a se sentirem mais seguros e escutados nos locais onde habitam. Nesse sentido, os CONSEGs, nesta pesquisa, revelaram-se a principal forma de articulação dos grupos

locais, que objetivam obter alguma influência na produção de políticas públicas na área de segurança.

As comparações realizadas entre os CONSEGs do Jaçanã e Pinheiros revelaram similaridades e diferenças, das quais a principal similaridade corroborou nossa hipótese ao constatar o uso do capital social como principal elemento mobilizador no funcionamento desses conselhos gestores de segurança.

Os CONSEGs observados contam com grande participação dos proprietários de estabelecimentos comerciais, revelando maior mobilização política desse grupo quando comparados a quaisquer outros. Sua mobilização objetivava interesses específicos, como maior segurança e melhora na estrutura física ao redor de seus estabelecimentos. Verificou-se que suas demandas não necessariamente objetivavam a atingir um número maior de beneficiados, como, por exemplo, a comunidade local ou os moradores que também compunham os CONSEGs. Na intenção de efetivar suas demandas, notamos que os comerciantes se apresentavam nas reuniões dos CONSEGs na condição de grupo organizado, defendendo suas propostas em bloco e estabelecendo-as como prioridades nas reuniões.

Os CONSEGs, para os comerciantes, possuíam uma dupla função: de participação política na comunidade local, a fim de decidir as prioridades de investimento e locais a serem protegidos; e como espaços de construção de redes de sociabilidade, no qual a construção do capital social junto a outras pessoas lhes rendiam vantagens. Ambas as funções estavam intrinsecamente ligadas, uma vez que a construção de redes de sociabilidade mostrou-se fundamental para adquirir apoio político e estabelecer suas demandas como prioridades nas reuniões.

Tais observações nos permitem discordar dos autores norte-americanos quando definem o capital social, basicamente, pela capacidade de uma comunidade de estabelecer laços de confiança interpessoal e redes de cooperação com vistas à produção de bens coletivos. Nossa pesquisa de campo revelou haver limitações por parte dos conselhos gestores de segurança no que se refere a absorver a ampla participação da população nas reuniões, da definição de pautas e prioridades devido ao uso do capital

social. Os CONSEGs se mostraram espaços monopolizados por grupos constituídos por donos de estabelecimentos comerciais da região que objetivavam, por meio de articulações políticas, defender suas prioridades. Eles se dirigiam às reuniões dos conselhos gestores visando somente ratificar suas demandas, sem, contudo, incorporar e discutir questões pertinentes a outros públicos ali presentes. Percebemos uma exclusão daqueles agentes ou grupos que não estivessem de acordo com suas demandas.

Esta realidade não parece nova, como indicada por Galdeano (2009) quando, em sua pesquisa, já havia observado caso similar com relação à distribuição das bases comunitárias da polícia militar pelas regiões paulistanas, definida nas reuniões dos CONSEGs. Ela já apontava em entrevista com, o então, secretário de segurança pública do governo Mario Covas, Marco Vinicio Petrelluzi (1999-2001) a proliferação de bases comunitárias em São Paulo sem planejamento em relação ao mapeamento dos índices de criminalidade. O dado apresentado indicava que comerciantes e policiais combinavam a instalação das bases de acordo com interesses privados, resultando na ausência de efetivo para patrulhamento em outras regiões com índices de criminalidade mais altos da cidade.

Galdeano também indicou um maior domínio dos moradores com maior capital de relações junto aos policiais e aos técnicos das subprefeituras na cena pública, em contraste com os que desejavam propostas mais concretas no âmbito da proteção social. A autora afirma que:

Os participantes assíduos são aqueles que traduzem uma visão mais pragmática do problema no que se refere ao controle social via polícia. Pedem para fechar bares que vendem bebidas alcoólicas para jovens, demandam por Ronda Escolar nas escolas, solicitam ações conjuntas para fechamento de casas de massagem e *blitz* para coibir a prostituição. Em virtude da ausência de propostas concretas no âmbito da proteção social, que supõem relações entre esferas estaduais e municipais, são os assuntos de polícia que encontram maior possibilidade de serem resolvidos (GALDEANO, *op. cit.*, p. 231).

A formação do capital social nos conselhos gestores dá-se por meio de articulações entre os donos de comércios e pessoas-chave dos CONSEGs e distritos

policiais. O próprio estatuto do CONSEG possibilita esta rede de relações duráveis, uma vez que obriga os representantes do distrito policial, da Polícia Militar e da Guarda Civil Metropolitana a estabelecerem espaços de discussão junto aos representantes da sociedade civil para efetuar decisões quanto às políticas de segurança da região. A partir daí, firma-se uma rede durável de relações que permite aos seus membros se reconhecerem por meio de trocas, por meio de lugares comuns ou de práticas. Os membros se reconhecem quando se ajudam em questões mais pontuais, como a solicitação de novas viaturas ao governo ou maior atenção policial em determinado local, sem, contudo, interferir na dinâmica policial da região com propostas muito transformadoras no âmbito político e/ou social.

A rede de relações se mantém devido ao investimento constante que seus agentes fazem quando participam das reuniões mensais e quando procuram criar um ambiente propício àqueles que podem oferecer algum benefício ao grupo. A troca de favor é elemento-chave para a manutenção da rede de relações e, conseqüentemente, do capital social. É assim que o capital social é constantemente retroalimentado, vinculando os membros do grupo por meio de demandas similares e pelo oferecimento de benefícios. Aqueles que não possuem visões similares às desse grupo quanto ao desenvolvimento das atividades ou à oferta de algum benefício são, geralmente, excluídos do grupo decisório. Sendo assim, verificou-se que o acúmulo de capital social é capaz de propiciar monopólios de decisão junto a alguns grupos, bem como a exclusão ou a auto-exclusão de agentes sociais não dotados de capital social nas instâncias do CONSEG. As conseqüências desse monopólio, como observado, são negativas para a consolidação dos espaços democráticos por meio da participação da comunidade.

Os agentes sociais pertencentes ao CONSEG e ao distrito policial estão vinculados por meio de um “fluxo” de capital social, que permite seu trânsito de uma instituição à outra, angariando benefícios ao grupo. Os benefícios podem caracterizar-se pelas mais diferentes formas, desde cargos e bens duráveis até acesso a posições de poder no interior dessas e de outras instituições públicas e privadas. Nesse “fluxo” de capital social o CONSEG figura como o principal espaço onde se *forma* esse capital, enquanto os distritos policiais geralmente são os espaços onde se *mobiliza* o capital

social. Isto significa que os indivíduos, quando buscam o CONSEG, pretendem conhecer pessoas, articular relações e assumir posições de poder no seu interior. O mesmo não foi observado nos distritos, local de *uso* do capital social, onde as pessoas, já detentoras desse capital, acessam este espaço para adquirir informações e agilizar casos de cunho criminal.

Apesar dos distritos policiais constituírem-se como um dos espaços onde se usa o capital social, ressaltamos que há outros espaços que também podem mobilizar esse mecanismo. O CONSEG, nesse sentido, revelou-se como outro espaço de uso do capital social. Ele oferece condições dinâmicas, capazes de produzir o capital e possibilitar situações para seu uso entre as pessoas que ali se encontram. Observamos, contudo, que quando alguma dessas pessoas necessitam de ajuda no âmbito criminal, elas buscam soluções no distrito policial, junto àqueles que pertencem a sua rede de relações, como o delegado titular e policiais.

2.1. O capital social e suas diferentes mobilizações

A pesquisa de campo também pôde revelar diferenças entre o CONSEG do Jaçanã e de Pinheiros. A mais relevante se refere às diferentes formações de capital social que variam conforme o local de atuação das pessoas que o possuem. Observamos que a formação histórica, econômica e social das regiões estudadas são fatores importantes nas características das relações sociais e das redes de relações que são produzidas pelos frequentadores dos CONSEGs. Assim, se relações sociais são sinônimos de capital social, como aponta Heloiza Matos (2009), as diferentes configurações que as relações sociais assumem também são observadas nas diferentes configurações que o capital social assume conforme local e grupo que o detêm.

No CONSEG de Pinheiros, observou-se que a formação de capital social segue as características das redes de relações que constituíram o bairro. O principal grupo que constituiu a região foi de comerciantes, exercendo forte influência nas decisões políticas, administrativas e nas transformações urbanísticas locais. A configuração atual da região foi fruto das decisões locais dos donos de estabelecimentos comerciais a

mais de três séculos, possibilitando uma solidez institucional nos espaços de decisão desse grupo social. Um reflexo disso foi a criação de sólidas organizações comerciais, como a Associação dos Comerciantes de Pinheiros, Associação Comercial de São Paulo, Associação de Comerciantes do Mercado de Pinheiros, que garantem sólida participação política na vida societária da região.

Devido a configuração sócio-histórica de Pinheiros, as redes de relações se tornaram, sólidas ao longo das décadas, assumindo um caráter autônomo em relação à presença ou a ausência de algum indivíduo-chave da rede. O capital social assumiu as características dessa rede de relações, definindo-se pela sua capacidade de consolidar-se no interior de um grupo sólido. Isso significa que a configuração do capital social não se altera com a entrada ou saída de algum membro importante do grupo, porque sua autonomia se baseia no grupo e não sobre indivíduos. O fato dos indivíduos que dão sustentação ao capital social estarem numa posição social similar (culturalmente e economicamente) é um elemento que colabora para a durabilidade do grupo que o detêm. Como afirma Bourdieu, *“um grupo social tem tanto ou mais oportunidades de existir e subsistir de maneira durável quanto mais os agentes que se agrupam para constituí-lo já estejam mais próximos no espaço social”* (Id., 1996, p.50). Assim, o capital social do CONSEG de Pinheiros tem como característica uma solidez pouco vulnerável a interferências externas. Possui, também, autonomia, no sentido de que não se transfigura com a entrada ou saída de membros do grupo.

No sentido oposto encontra-se o funcionamento do capital social do CONSEG do Jaçanã. Resultado, também, da configuração histórica da região, este conselho possui características personalistas e com práticas pouco consolidadas. Isso se deve à recente formação histórica da região, em processo de constituição dos principais espaços e grupos influentes nas decisões locais. Todos os espaços ou grupos identificados na pesquisa são recentes ou temporários, ocorrendo uma substituição constante daqueles que tem poder de decisão sobre os problemas que envolvem ações na área de segurança da região. Quando a pesquisa de campo foi realizada, encontramos um número restrito de responsáveis pelas questões que tangem a segurança local.

Percebemos que há um acúmulo de tarefas a serem solucionadas por esses responsáveis, que dá ao grupo um caráter centralizador e personalista.

É dessa forma que o presidente do CONSEG é o agente social fundamental para todas as articulações locais e para a própria existência da instituição. Sua forma de centralizar as atividades e contatos-chave da região é um reflexo da pouca institucionalização dos organismos decisórios locais, que reflete diretamente no tipo de capital social que se formou. Podemos dizer que o capital social que circula no CONSEG do Jaçanã é personalista, porque suas instâncias decisórias se centram em algumas poucas pessoas-chave. Além disso, tal capital firma-se sobre a informalidade, uma vez que as pessoas que o detêm realizam as trocas de favor de forma mais pessoal e explícita em relação ao CONSEG de Pinheiros, sem perceber que, dependendo dos acordos, pode-se responder juridicamente pelo uso do cargo para favorecimentos. A informalidade e transparência com que os membros do CONSEG do Jaçanã usam o capital social revela certa ingenuidade. Não existe clareza de que algumas ações e trocas de favor podem ter consequências legais e administrativas junto ao judiciário. Um pouco em consequência da escassa experiência que possuem em articular uma rede de relações; outro tanto, pelo ínfimo número de pessoas que conhecem o universo da lei, o que lhes permitiria se precaverem.

Quando comparamos a maior consolidação do capital social de Pinheiros em relação ao do Jaçanã, percebemos que isso se deve a uma maior *expertise* dos membros natos e efetivos quando agem em benefício de seus interesses. Notamos que as trocas de favores no CONSEG de Pinheiros, são mais discretas e menos centralizadas em alguém que poderia, em tese, ser o responsável por utilizar o CONSEG para favorecer indivíduos ou grupos. As reuniões mensais se desenvolvem com uma aparente democracia, as quais servem para ratificar o que já foi decidido anteriormente pelo pequeno grupo decisório. Esta análise acontece, ao menos, junto às decisões mais relevantes para os representantes da polícia e comerciantes. Essas são características do grupo, são reflexo não somente da experiência adquirida ao longo dos anos, mas também de um maior conhecimento jurídico a respeito do que é lícito ou ilícito.

As características que o capital social assume, conforme a região em que as pessoas atuam, são derivadas da experiência e das estratégias conscientes e inconscientes delas. Cada pessoa, como ressaltou Bourdieu, é produtora e reprodutora do sentido de suas ações⁶². Ao mesmo tempo é produto de um *modus operandi* do qual não possui o domínio (2000, p.182). Então, quando apreendemos as diferenças do capital social em cada conselho gestor, vemos que são o resultado da forma como a pessoa vê e interpreta o mundo que lhe cerca. As representações simbólicas que as pessoas produzem estão entranhadas nas ações mais cotidianas, sendo passível de apreensão quando observamos suas ações, representações, disputas e mobilidades entre grupos e espaços. Quando observamos como as pessoas se relacionam com seu grupo, como criam uma identidade a partir desse grupo e como mobilizam benefícios, estamos, de fato, apreendendo sua forma de mobilizar seu capital social. Capital este que se diferencia a cada novo agente, a cada nova região com hábitos, históricos e representações distintas.

Em resumo, podemos afirmar que quando apreendemos o fluxo do capital social que viabiliza o trânsito das pessoas nos distritos policiais e nos CONSEGs, estamos, na verdade, observando como esses grupos monopolizam o poder de decisão e, conseqüentemente, mantêm suas posições de dominantes do interior do campo jurídico. A existência e a subsistência dos dominantes do interior do campo só são possíveis por meio da *diferenciação*, pois ocupam posições relativas em um espaço de relações. No mais, o campo jurídico está circunscrito ao que Bourdieu denominou *espaço social global*, que, quando passa por alguma reconfiguração, é capaz de redefinir as forças no interior de cada campo.

Assim, quando definimos o espaço onde ocorrem as disputas entre as pessoas no interior do campo jurídico, estamos analisando as relações de poder entre as pessoas, analisando como ocorre o sistema de dominação de uns sobre outros e como essas relações são reproduzidas. O capital social encarna o poder que os agentes possuem num determinado espaço físico, simbólico e social. Quando analisamos tais relações estamos, no limite, analisando o exercício do poder.

⁶² Quando Bourdieu se refere ao termo *ações* caracteriza-o como um dispositivo filosófico que indica o conceito de prática dos agentes sociais. São suas práticas cotidianas baseadas num cálculo racional, e ao mesmo tempo consequência de seu *habitus*, que define suas ações (ou práticas).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta dissertação discutimos a influência do capital social na rede de relações que intersecta o público dos distritos policiais e dos CONSEGs. Vimos que há uma série de fatores ligados à condição socioeconômica e cultural que interferem na capacidade da pessoa em obter ferramentas para ser melhor atendido nos distritos policiais. Vimos, também, que fatores como tipo de crime e a forma como o declarante de expressa no momento da produção do boletim de ocorrência estão diretamente ligados a um bom ou mau atendimento, uma vez que são fatores ligados à posse de capital cultural de uma pessoa. Capital esse adquirido ao longo de sua trajetória social e individual.

Além da pesquisa empírica nos distritos policiais, acompanhamos os Conselhos Comunitários de Segurança e observamos o “fluxo” do capital social que se forma nesses espaços. Esse fluxo influencia a dinâmica dos distritos policiais por meio de trocas de favores, que ocorrem entre as pessoas pertencentes ao campo jurídico. Nesse sentido, observamos que os favorecimentos obtidos pelos membros da população civil pertencente a esse campo – majoritariamente proprietários de estabelecimentos comerciais – são: a investigação de casos criminais, o deslocamento de viaturas para pontos comerciais específicos e melhoras na infraestrutura urbana. Em troca, os membros da polícia são favorecidos por reformas físicas dos distritos policiais, pela obtenção de equipamentos e de material de trabalho, por apoio político para intervenções policiais e garantia da não interferência na dinâmica de trabalho das instituições policiais locais. Esta rede de troca de favores delimita quem é o grupo que domina o campo jurídico.

Nosso autor de referência para explicar as apreensões em campo foi Pierre Bourdieu, que, por meio de seus conceitos de campo, capital social, capital cultural e

habitus, revelou o quão pertinente é a sua teoria para nossas observações de campo, e nos forneceu importantes categorias sociológicas para elucidar as redes de relações que ocorrem no interior dos distritos policiais e conselhos gestores de segurança.

Nossa pesquisa possibilitou algumas importantes contribuições para a área da sociologia urbana. Podemos afirmar que a pesquisa apresenta duas contribuições relevantes para as discussões na área de Ciências Sociais. A primeira contribuição se refere à discussão teórica a respeito das consequências positivas ou negativas do estabelecimento do capital social, apresentando elementos empíricos que corroboram a leitura bourdiana. Colaboramos, também, para desenvolver um debate – ainda inicial – sobre a posição da Polícia Civil Brasileira no interior do campo jurídico, em que Bourdieu se debruça. A segunda contribuição está vinculada ao universo empírico, cuja pesquisa de campo pôde trazer algumas contribuições importantes: apontar as características que o capital social pode assumir conforme o grupo que o detêm; identificar um “fluxo” do capital social baseado em trocas de favores entre membros dos distritos policiais e dos CONSEGs; e a verificar a relevância do capital cultural vinculado ao atendimento despendido nos plantões dos distritos.

Do ponto de vista teórico, a discussão conceitual que desenvolvemos centrou-se nas consequências que o capital social pode trazer para a comunidade em que um indivíduo está inserido. A maior parte da literatura que discute o conceito tende a defini-lo como um mecanismo que possibilita a construção de espaços democráticos, ressaltando sua capacidade de construção cívica. Por esse motivo, essa literatura define o capital social como positivo, associando-o a consequências positivas, produzidas para a comunidade cívica. Em contraposição, trouxemos uma contribuição às leituras que se contrapõem à definição de capital social como positivo, evidenciando os benefícios individuais que o capital social pode trazer para um indivíduo que se insere nos espaços coletivos. Dessa forma, o capital social assumiria uma classificação negativa, devido às consequências negativas para a comunidade.

As pesquisas feitas no Brasil que visam definir o conceito de capital social como negativo são poucas, e raramente trazem observações de campo que corroborem as

afirmações. Nesse sentido, nossa pesquisa pôde colaborar para esta interpretação do conceito como negativo, identificando grupos restritos nos CONSEGs e distritos policiais que se utilizam de sua rede de relações para obter benefícios. Isto reforça a análise de que o capital social são relações sociais que assumem as características do grupo que o mobiliza.

Ainda no âmbito das discussões teóricas, o conceito de campo jurídico foi pouco explorado por Pierre Bourdieu, identificado apenas num capítulo de sua obra *O Poder Simbólico* (2000). Nossa pesquisa pôde explorar este conceito aplicando-o à realidade brasileira, e partindo da análise da instituição policial e dos conselhos gestores de segurança quando incorporados nesse campo. As instituições pesquisadas apresentaram-se em um nível intermediário, em que respondem diretamente ao executivo, ao mesmo tempo em que dialogam diretamente com os órgãos da justiça. Sendo assim, trouxemos uma ampliação da leitura do conceito – bem como suas limitações – quando aplicado à nossa realidade.

Além das contribuições teóricas, nossa pesquisa de campo possibilitou aportes à sociologia urbana, uma vez que realizamos pesquisas exploratórias nos dois distritos policiais e CONSEGs das regiões do Jaçanã e de Pinheiros. Apesar de não podermos fazer afirmações mais amplas devido ao restrito número de locais pesquisados (nossa amostra corresponde a apenas 2,15% do total de 93 distritos policiais do município de São Paulo) a pesquisa permitiu identificar como aspectos sócio-históricos dos bairros podem influenciar na formação de grupos decisórios. A constituição da região de Pinheiros, caracterizada pelos altos índices de escolaridade e poder aquisitivo da população, são reflexo da grande participação que os proprietários de comércios tiveram na região desde o século XIX. Uma participação política intensa desse grupo social possibilitou a realização de melhoras urbanísticas na região e garantiu, até os dias atuais, sólida influência desse grupo nas decisões políticas, urbanas e que tangem a segurança pública. Da mesma forma, a região do Jaçanã se constituiu pela presença de italianos e descendentes com baixo poder aquisitivo, que compraram terrenos baratos na região. A pouca infraestrutura e a localização distante do centro da cidade não despertou o interesse das construtoras e colaborou para definir um entorno

tipicamente residencial e habitado por uma população majoritariamente de baixa renda e baixo nível de instrução. Uma das principais análises desta pesquisa se relaciona com as especificidades sócio-históricas de ambas as regiões que estão diretamente ligadas à forma como a população participa das decisões políticas locais. Isto ocorre quando as formas de organização social definem as redes de relações e o modo como estas atuam nos conselhos gestores. Assim, as características de organização da população se expressam e se identificam, bem como se refletem, nas suas redes de relações e nas características que o capital social assume conforme o grupo que o mobiliza.

Apesar das especificidades do capital social serem estabelecidos conforme a região de atuação, observamos um “fluxo” desse capital em ambos os CONSEGs e distritos policiais. Foi dessa forma que constatamos um vínculo entre os distritos policiais e os CONSEGs, através de um “fluxo” do capital social que permite o trânsito de benefícios entre grupos sociais restritos. Esse “fluxo” viabiliza que as decisões nos conselhos gestores interfiram nas atividades desenvolvidas nos distritos policiais, e, do mesmo modo, que os representantes dos distritos influam na dinâmica decisória dos CONSEGs. Nesse sentido, as observações de campo puderam trazer leituras inovadoras quanto ao conceito de capital social a partir das interpretações da realidade.

Além das leituras interpretativas do conceito de capital social, nossa pesquisa de campo trouxe outro conceito ligado a nossa hipótese. Um melhor atendimento nos plantões dos distritos policiais não ocorre devido ao uso do capital social, como havíamos levantado na hipótese do início desta pesquisa. O melhor atendimento nos plantões ocorre quando o declarante possui capital cultural. Isto proporciona aos seus possuidores códigos de linguagem, formas de se expressar e conhecimento a respeito dos trâmites do distrito policial que lhes permite acioná-lo na condição de armas simbólicas e ter um melhor atendimento.

Talvez o leitor se pergunte a respeito de alguns conceitos que não ampliamos ao longo desta dissertação. Dois deles que não foram desenvolvidos de forma explícita referem-se ao conceito de *violência simbólica* e de *poder*. O primeiro foi conceituado

por Bourdieu como a violência que se exerce numa forma aceita socialmente por meio de uma ação ou discurso. É o reconhecimento de uma violência como legítima e aprovada publicamente. Sua característica marcante é estar tão introjetada no *habitus* de quem pratica e de quem a recebe, que não é vista como violência, mas como parte integrante do sistema ou do campo que atua.

O segundo conceito, de poder, é um dos mais explorados pelas ciências humanas, sendo, em si, tema para uma pesquisa a parte. Bourdieu explora esse tema, mas sempre o relacionando às suas noções operatórias, vinculando-o a algum outro conceito – como o poder simbólico. Sua pesquisa mais direta sobre o tema foi feita em sua publicação *O Poder Simbólico* (2000), que analisa as relações informais de poder, as quais são apresentadas sob os mais diferentes aspectos. Sua intenção, nesse trabalho, é reorientar o olhar do observador para os fenômenos de percepção social, da reprodução simbólica e das relações informais de poder. Optamos por não adentrar nas discussões teóricas sobre *poder* devido a sua complexidade e pela quantidade de autores que o abordaram com grande propriedade em uma série de publicações. Seria um descuido não explicar as ideias de Michel Foucault, de Max Weber e Giorgio Agamben, autores referenciais das ciências humanas que abordaram o tema de forma central em suas análises. Contudo, ressaltamos que estes são possíveis caminhos para um futuro doutorado.

Apesar dos temas, *poder e violência simbólica*, não terem sido desenvolvidos de forma explícita, eles estiveram presentes ao longo de todo nosso percurso intelectual, durante nossas observações em campo e perpassando nossas análises. Foram temas presentes quando apreendemos as práticas dos grupos dominantes no interior do campo jurídico. Estiveram presentes, também, quando analisamos o uso do capital social pelos agentes sociais e a forma como produzem e reproduzem seus sistemas de disposições duráveis: o *habitus*.

Outro fator importante em nosso recorte da pesquisa foi optar por não nos determos nos grupos despossuídos de capital social e cultural. Apesar de nossa etnografia nos distritos policiais ter abordado o público que possui a ausência ou raridade desse

capital, a preferência foi focar naqueles que o detém e entender como utilizam este mecanismo para se beneficiar. Abrir a pesquisa para incorporar os despossuídos de capital não forneceria as respostas que buscávamos. Isto não significa que esse grupo não recorra a alternativas para conseguir acesso à justiça, buscando formas de pressionar as instâncias públicas ou mecanismos de participação quando se sente vítima, tema pertinente para pesquisas futuras.

A presente pesquisa nos levou a refletir quanto à lógica das instituições brasileiras funcionarem conforme os privilégios a determinados grupos. Questionamo-nos se as relações de favorecimento são parte da constituição cultural brasileira, nos quais hábitos e costumes peculiares são, posteriormente, consolidados e se tornam tradições. Questionamo-nos se esses privilégios estão enraizados no *ethos* da nossa cultura. As discussões iniciadas com Raimundo Faoro e Sérgio Buarque de Holanda mostraram que no Brasil, diferentemente de outras nações, as relações públicas se estabeleceram no âmbito da pessoalidade e da informalidade, solapando a burocracia administrativa racional. Segundo os autores, constituiu-se um corpo de funcionários e súditos que se apropriavam do Estado e o utilizavam em benefício próprio, num caráter particularista. Tais apontamentos nos fazem pensar se o que denominamos nessa pesquisa como “fluxo do capital social” e suas redes de relações não podem ser fruto das relações patrimonialistas que estão instauradas no interior das instituições públicas desde o seu nascimento. Estas são perguntas que se mantêm suspensas, para serem aprofundadas e estudadas com maior cautela.

Todos estes apontamentos se colocam como desafios para futuras investigações, estudos e pesquisas de problemas sociais e das relações entre a sociedade civil e o Estado, tão presentes na realidade brasileira, assim como nos temas de análise da Sociologia.

Bibliografia

ADORNO, S., PASINATO, W. Violência e Punição. Estudo da Impunidade Penal no Município de S. Paulo, 1991-1997. Relatório de Pesquisa. Projeto NEV-CEPID/FAPESP, 1999.

AMARAL, Antonio Barreto do. O bairro de Pinheiros. Série Histórias dos bairros de São Paulo II. Departamento de Cultura da Secretaria de Educação e Cultura da Prefeitura do Município de São Paulo. São Paulo, 1969.

AQUINO, Jakson Alves de. “As teorias da ação social de Coleman e de Bourdieu”. Revista Humanidades e Ciências Sociais, vol. 2, nº 2, 2000, p. 17-29

BAQUERO, Marcello; BAQUERO, Rute; KEIL, Ivete. Para além do capital social: juventude, empoderamento e cidadania. Disponível em: <<http://www.capitalsociaisul.com.br/capitalsociaisul/desenvolvimentoregional/Grupo%202/18.pdf>>. consulta realizada em: 20/6/2010.

BOURDIEU, Pierre. “The forms of capital”. IN RICHARDSON, J.G. (org), “Handbook of Theory and Research for Sociology of Education”, New York, Greenwood, 1985, p. 241-258.

_____. “Coisas Ditas”. Tradução Cássia R. da Silveira e Denise Moreno Pegorim. São Paulo, Brasiliense, 2004.

_____. “O capital social: notas provisórias” e “Os três estados do capital cultural” IN NOQUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (orgs.). “Escritos de Educação – Pierre Bourdieu”. Petrópolis, Rio de Janeiro, Vozes, 2007.

_____. “A força do direito: elementos para uma sociologia do campo jurídico” *IN* “O Poder simbólico”. Tradução: Fernando Tomaz (português de Portugal)- 3ª edição – Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2000.

_____. “O senso prático”. Petrópolis, Vozes, 2009.

_____. “A Distinção: crítica social do julgamento”. São Paulo, Edusp, Porto Alegre, RS: Zouk, 2007.

_____. “Esquisse d’une théorie de la pratique. Précédé de trois études d’ethnologie Kabyle”. Éditions Droz, 1972. Poche, édition revue et augmentée: Seuil, Points Essais, 2000.

_____. “Razões práticas: sobre a teoria da ação”. Campinas: Papyrus, 1996.

_____. “A Economia das trocas simbólicas. São Paulo, Perspectiva, 2005.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. Cidade de Muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Ed. 34/Edusp, 2000.

CARVALHO, Bruno Sciberras de. As condições sociais da ação instrumental: problemas na concepção sociológica da teoria da escolha racional. Vol.50 no. 4 Rio de Janeiro 2007.

CHAUVIRÉ, Christiane; FONTAINE, Olivier. “Le vocabulaire de Bourdieu”, Paris, Ellipses, 2003.

COLEMAN, James Samuel (1990). Foundation of Social Theory. Havard University Press, 1994.

_____. Social Capital in the creation of the human capital, American Journal of Sociology; n. 94, 1988. p. 95-120.

_____. Norms as social capital, in Gerard Radnitzky and Peter Bernholz (orgs) Economic Imperialism. Paragon, House Publishing, 1987, 133-155.

D'ARAUJO, Maria Celina. Capital social. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

ELIAS, Norbert. "A sociedade de Corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2001.

_____. "O processo civilizador" volume 2: formação do Estado e Civilização. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1993.

FAORO, Raymundo. "A aventura liberal numa ordem patrimonialista". Revista USP. São Paulo, n. 17, 1993, p. 14-29.

_____. "Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro". 2 vol. 4 ed. Porto Alegre: Globo, 1977.

FUKUYAMA, Francis. Confiança: as virtudes sociais e a criação da prosperidade. Tradução de: Alberto Lopes. Rocco: Rio de Janeiro, 1996.

_____. A Grande Ruptura: A natureza humana e a reconstituição da ordem social. Rio de Janeiro, Rocco, 1996.

FURLANETTO, Egidio Luiz. Instituições e desenvolvimento econômico: a importância do capital social. Revista de Sociologia Política, Curitiba, v. 16. supl., p. 55-67, ago. 2008. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-44782008000300005>

GALDEANO, Ana Paula. Para falar em nome da segurança: o que pensam, querem e fazem os representantes dos conselhos comunitários de segurança. Tese de doutorado em Ciências Sociais. Orientadora: Prof^a. Dr^a. MARIA FILOMENA GREGORI, Universidade Estadual de Campinas, 2009.

HOLANDA, Sergio Buarque de. "Raízes do Brasil". 5. ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1969.

MACHADO, Luiz. Grandes Economistas XIV: Robert Lucas e as expectativas racionais. Conselho Federal de Economia. 13 de August de 2007. http://www.cofecon.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=940&Itemid=1

MATOS, Heloiza. O lado escuro do capital social: implicações sociais e políticas. Revista Líbero, São Paulo, v. 12, n. 23, p. 53-62, jun. 2009b. Disponível em: <http://www.facasper.com.br/rep_arquivos/2010/03/16/1268758057.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2010.

OLIVEIRA, Luciano. “Sua excelência o comissário: a polícia enquanto justiça informal das classes populares da grande Recife”. Revista Brasileira de Ciências Criminais, São Paulo, vol. 44, set 2003, p. 279-300.

ORTIZ, Renato. “Ciências Sociais e Trabalho Intelectual”. São Paulo, Olho D’água, 2002.

PONCIANO, Levino. Bairros Paulistanos de A a Z. 2ª Ed. Revista – São Paulo: Ed. SENAC, São Paulo, 2002.

PORTES, Alejandro. “Capital social: as origens e aplicações na sociologia contemporânea”. Sociologia, Problemas e Práticas, nº33, Oeiras set. 2000. Pg. 133-158.

PUTNAM, Robert D. Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna. Tradução de: Luiz Alberto Monjardim. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

REALE, Ebe. Brás, Pinheiros e Jardins – três bairros, três mundos. São Paulo, Pioneira: Ed. da Universidade de São Paulo, 1982.

SANTOS, Boaventura de Souza. Introdução a uma ciência pós-moderna. Biblioteca das Ciências do Homem. Porto, Edições Afrontamento, 1989.

WEBER, Max. (1922) Economia e Sociedade. 3ª Ed. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1994.

Documentos consultados:

SSP [Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública]. Doc. SSP, 2004. 14 Estágio de Qualificação para Líderes de CONSEG [Material Didático, regulamento do Conseg e outros anexos].

DNA Paulistano. Datafolha, Caderno “Cotidiano”, Publifolha. São Paulo, 2009.

Sítios virtuais consultados:

CONSEGs: <http://www.cotianet.com.br/seg/quetxt.htm> - consulta realizada em: 20/9/2011.

Regulamento dos Conselhos Comunitários de Segurança do Estado de São Paulo: http://www.conseg.sp.gov.br/DownloadDetalhe.aspx?id_grupo=4. Consulta realizada em: 11/01/2012.

Critério de Classificação Econômica Brasil (CCEB). Ver mais em: <http://www.abep.org/novo/Content.aspx?SectionID=84> - Consulta realizada em: 24/12/2011.

Secretaria Municipal do Planejamento, Orçamento e Gestão: <http://sempla.prefeitura.sp.gov.br/infogeral.php> - consulta realizada em: 8/8/2011.

Índios na cidade de São Paulo. Comissão Pró-Índio de São Paulo. <http://www.cpisp.org.br/pdf/indios1.pdf> - consulta realizada em: 28/12/2011.

Associação Museu Memória do Jaçanã: <http://www.museujacana.com.br/> - consulta realizada em: 28/12/2011.

IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada): www.ipea.gov.br/portal/

SILVEIRA, Daniel Barile da. “Patrimonialismo e a formação do estado brasileiro: uma releitura do pensamento de Sergio Buarque de Holanda, Raymundo Faoro e Oliveira Vianna”, site: www.conpedi.org.br/manaus/.../Daniel%20Barile%20da%20Silveira.pdf

Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo:

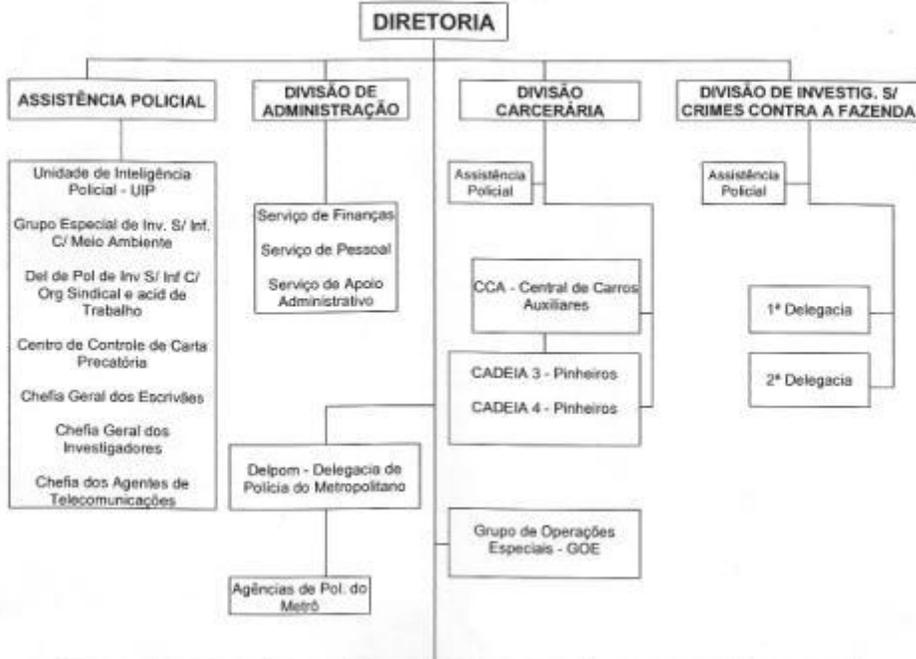
http://www.ssp.sp.gov.br/estatistica/porDP.aspx?dp_id=1257&mun_id=565#ctI00_ContentPlace

Holder1 IbIDP - consulta realizada em: 13/4/2012.

Anexos

ANEXO 1 ORGANOGRAMA DA POLÍCIA CIVIL

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA JUDICIÁRIA DA CAPITAL - DECAP



1ª Secc. Centro (sede 3ª DP)	2ª Secc. Sul (sede 96ª DP)	3ª Secc. Oeste (sede 14ª DP)	4ª Secc. Norte (sede 13ª DP)	5ª Secc. Leste (sede 81ª DP)	6ª Secc. S. Amaro (sede 102ª DP)	7ª Secc. Itaquera (sede 103ª DP)	8ª Secc. S. Mateus (sede 69ª DP)
DEL. IDOSO DEL. INF. JUV. 1ª DDM (8 Rod.)	DEL. IDOSO DEL. INF. JUV. 2ª DDM (160P)	DEL. IDOSO DEL. INF. JUV. 3ª DDM (87ª DP)	DEL. IDOSO DEL. INF. JUV. 4ª DDM (28ª DP)	DEL. IDOSO DEL. INF. JUV. 5ª DDM (52ª DP)	DEL. IDOSO DEL. INF. JUV. 6ª DDM (39ª DP)	DEL. IDOSO DEL. INF. JUV. 7ª DDM (43ª DP)	DEL. IDOSO DEL. INF. JUV. 8ª DDM (66ª DP)
1ª D.P.	16ª D.P.	9ª DDM (87ª DP)	9ª D.P.	10ª D.P.	11ª D.P.	22ª D.P.	41ª D.P.
2ª D.P.	17ª D.P.	7ª D.P.	13ª D.P.	18ª D.P.	25ª D.P.	24ª D.P.	44ª D.P.
3ª D.P.	26ª D.P.	14ª D.P.	19ª D.P.	21ª D.P.	43ª D.P.	32ª D.P.	49ª D.P.
4ª D.P.	27ª D.P.	15ª D.P.	20ª D.P.	29ª D.P.	47ª D.P.	50ª D.P.	53ª D.P.
5ª D.P.	35ª D.P.	23ª D.P.	28ª D.P.	30ª D.P.	48ª D.P.	59ª D.P.	54ª D.P.
6ª D.P.	36ª D.P.	33ª D.P.	38ª D.P.	31ª D.P.	80ª D.P.	62ª D.P.	56ª D.P.
8ª D.P.	83ª D.P.	34ª D.P.	39ª D.P.	42ª D.P.	85ª D.P.	63ª D.P.	66ª D.P.
12ª D.P.	(94ª D.P.)	37ª D.P.	40ª D.P.	52ª D.P.	92ª D.P.	64ª D.P.	69ª D.P.
(76ª D.P.)	95ª D.P.	46ª D.P.	45ª D.P.	56ª D.P.	98ª D.P.	65ª D.P.	70ª D.P.
77ª D.P.	96ª D.P.	51ª D.P.	(71ª D.P.)	57ª D.P.	99ª D.P.	67ª D.P.	
78ª D.P.	97ª D.P.	75ª D.P.	72ª D.P.	58ª D.P.	100ª D.P.	68ª D.P.	
(73ª D.P.)		(84ª D.P.)	73ª D.P.	(60ª D.P.)	101ª D.P.	103ª D.P.	
(82ª D.P.)		(86ª D.P.)	74ª D.P.	(61ª D.P.)	102ª D.P.		
		(87ª D.P.)	87ª D.P.	81ª D.P.			
		(88ª D.P.)					
		89ª D.P.					
		91ª D.P.					
		93ª D.P.					
12	11	16	13	13	14	13	10

DECRETO 20.872/83
DECRETO 33.429/91
DECRETO 35.596/92 (Del. Idoso)
DECRETO 37.808/93
PORT DECAP 11/98
DECRETO 41.793/97
DECRETO 44.448/98
PORT DOP 19/98 (Meio Ambiente)
PORT DECAP 01/00 (Meio Ambiente)
PORT DECAP 02/00 (DOSA1)
DECRETO 34.478/85 (DEL/POM)
DECRETO 47.166/02 (UIP)

DISTRITOS POLICIAIS	93
DELEGACIAS DA MULHER	9
DELEGACIA DO IDOSO	1
DELEGACIA DO METRÔ	1
DEL. CRIMES FAZENDÁRIOS	2
DELEGACIA ACID TRABALHO	1
GRUPO MEIO AMBIENTE	1
TOTAL	108
UNIDADES NÃO INSTALADAS	(25)

ANEXO 2

Roteiro 1 - entrevista com frequentadores dos distritos policiais

* As entrevistas foram feitas com informalidade buscando não tencionar o entrevistado e deixá-lo à vontade na condução da mesma para onde sentisse necessidade.

1. Motivo da ida à delegacia
2. Grau de escolaridade
3. Profissão
4. Local de moradia
5. O que você acha do seu bairro?
6. Seu bairro é um lugar seguro?
7. Você tem boas relações com seus vizinhos e pessoas que vivem em seu bairro?
8. Descreva-me como são seus vizinhos.
9. Descreva-me como é seu bairro.
10. Como é sua relação com sua família?
11. Porque a presença na delegacia? Você acha que a polícia tem condições de te ajudar a resolver seu problema?
12. Você já pensou em formas alternativas que não a polícia para resolver seu problema?
13. O que você espera que será feito pela polícia depois do atendimento? Você tem alguma expectativa ou não?
14. Você conhece quais os trâmites de uma investigação da polícia? Quais as etapas necessárias para a investigação?
15. Você conhece o procedimento “representação” após efetuar seu boletim de ocorrência?

ANEXO 3

Roteiro 2 - entrevista com representantes de associações de bairros e comerciantes que participam do CONSEG

Questões para investigar...

Sobre o fluxo do CS:

1. Qual a motivação dos atores envolvidos no fluxo do CS?
2. Como eles entram no campo?
3. Como atuam para não perder CS?
4. Qual o raio de atuação deles?
5. Qual o perfil da maioria das demandas?
6. Qual o perfil na maioria das pessoas que participam do CONSEG?
7. Indicar as 3 pessoas mais influentes para a resolução dos problemas

DP e CONSEG:

1. Como acontece a ligação entre estas instituições?
2. Qual a participação do delegado (ou outro funcionário do DP) na atuação do CONSEG?
3. Qual a participação dos membros do CONSEG na delegacia?

ANEXO 4

Ocorrências Mensais - 014 DP – Pinheiros em 2011 segundo informações cedidas pela SSP-SP

OCORRÊNCIAS POLICIAIS REGISTRADAS POR TIPO

ITEM	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
HOMICÍDIO DOLOSO (2)	0	1	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	3
Nº DE VÍTIMAS EM HOMICÍDIO DOLOSO (3)	0	1	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	3
HOMICÍDIO CULPOSO POR ACIDENTE DE TRÂNSITO	2	1	2	0	0	1	1	1	1	0	0	0	9
HOMICÍDIO CULPOSO OUTROS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TENTATIVA DE HOMICÍDIO	1	2	0	0	0	1	1	1	0	1	0	1	8
LESÃO CORPORAL DOLOSA	26	42	39	21	13	17	17	20	32	28	24	37	316
LESÃO CORPORAL CULPOSA POR ACIDENTE DE TRÂNSITO	33	50	33	43	38	44	44	34	42	47	43	28	479
LESÃO CORPORAL CULPOSA - OUTRAS	0	0	0	2	8	1	1	0	3	6	1	7	29
LATROCÍNIO	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
Nº DE VÍTIMAS EM LATROCÍNIO	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	2
ESTUPRO	0	0	0	1	2	1	1	1	0	0	0	2	8
TRÁFICO DE ENTORPECENTES	1	4	3	4	0	1	1	7	1	4	1	1	28
ROUBO - OUTROS (1)	132	155	221	129	159	135	135	122	88	118	119	103	1616
ROUBO DE VEÍCULO	23	35	31	12	29	39	39	29	17	29	11	25	319
ROUBO A BANCO	1	0	0	0	1	1	1	1	0	0	1	0	6
ROUBO DE CARGA	2	2	4	2	2	0	0	4	0	0	0	0	16
FURTO - OUTROS	491	487	439	383	484	605	605	451	291	391	343	281	5251
FURTO DE VEÍCULO	98	143	119	124	31	95	95	124	79	101	98	90	1197

* FONTE: Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo:

http://www.ssp.sp.gov.br/estatistica/porDP.aspx?dp_id=1257&mun_id=565#ctl00_ContentPlaceholder1_lbIDP

ANEXO 5

Ocorrências Mensais - 073 DP – Jaçanã em 2011 segundo informações cedidas pela SSP-SP

OCORRÊNCIAS POLICIAIS REGISTRADAS POR TIPO

ITEM	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
HOMICÍDIO DOLOSO (2)	4	3	0	3	4	1	0	2	3	1	3	4	28
Nº DE VÍTIMAS EM HOMICÍDIO DOLOSO (3)	4	3	0	3	4	1	0	2	3	1	3	4	28
HOMICÍDIO CULPOSO POR ACIDENTE DE TRÂNSITO	1	1	5	4	0	2	1	2	0	1	4	3	24
HOMICÍDIO CULPOSO OUTROS	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	2
TENTATIVA DE HOMICÍDIO	3	2	1	5	4	1	1	3	2	4	7	2	35
LESÃO CORPORAL DOLOSA	100	81	72	87	68	76	80	95	84	90	94	123	1050
LESÃO CORPORAL CULPOSA POR ACIDENTE DE TRÂNSITO	30	33	29	43	41	33	33	39	18	43	22	34	398
LESÃO CORPORAL CULPOSA - OUTRAS	0	1	0	1	3	1	1	1	2	1	0	0	11
LATROCÍNIO	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	2
Nº DE VÍTIMAS EM LATROCÍNIO	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	2
ESTUPRO	4	5	4	5	7	7	5	5	3	5	4	4	58
TRÁFICO DE ENTORPECENTES	10	11	21	17	16	28	11	3	6	7	7	14	151
ROUBO - OUTROS (1)	156	139	149	151	172	144	131	138	138	119	96	98	1631
ROUBO DE VEÍCULO	69	47	62	34	29	28	32	41	42	61	48	50	543
ROUBO A BANCO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ROUBO DE CARGA	5	2	5	7	6	4	5	0	3	3	3	5	48
FURTO - OUTROS	139	172	151	146	138	144	111	198	161	170	157	164	1851
FURTO DE VEÍCULO	21	26	17	39	19	29	39	47	33	40	38	17	365

* FONTE: Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo:

http://www.ssp.sp.gov.br/estatistica/porDP.aspx?dp_id=1257&mun_id=565#ctl00_ContentPlaceholder1_lbIDP

ANEXO 4

Total de pessoas entrevistadas: 80

Frequentadores do distrito policial de Pinheiros: 20

Frequentadores do distrito policial do Jaçanã: 31

Delegados: 2

Policiais e escrivães e auxiliares: 15

Membros do CONSEG Pinheiros: 5

Membros do CONSEG Jaçanã: 7